



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

GRASIELI DE FÁTIMA RODE

**PRONAF: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

LARANJEIRAS DO SUL – PR

2019

GRASIELI DE FÁTIMA RODE

**PRONAF: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E DA AGROECOLOGIA, NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel.
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Anelise Graciele Rambo.

LARANJEIRAS DO SUL – PR

2019

GRASIELI DE FÁTIMA RODE

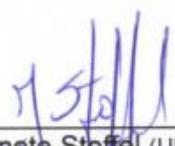
REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A
AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU
A PARTIR DO PRONAF

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

4 / 11 / 2013

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Janete Stoffel (UFFS – presidente / orientadora)



Prof. Dr. Márcio Gazolla (UTFPR– 1º membro)



Prof.ª Dra. Rozane Maria Triches (UFFS – 2º membro)

Prof. Dr. Roberto Antonio Finatto (UFFS – suplente)

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rode, Grasieli de Fátima
PRONAF:: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL E DA AGROECOLOGIA, NO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR / Grasieli de Fátima Rode.
-- 2019.
173 f.

Orientadora: Doutora em Desenvolvimento Regional
Janete Stoffel.

Co-orientador: Doutora em Desenvolvimento Rural
Anelise Gracieli Rambo .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável-PPGADR,
Laranjeiras do Sul, PR , 2019.

1. Rural. 2. Crédito. 3. Desenvolvimento. 4.
Agroecologia. I. Stoffel, Janete, orient. II. , Anelise
Gracieli Rambo, co-orient. III. Universidade Federal da
Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GRASIELI DE FATIMA RODE

**PRONAF: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E DA AGROECOLOGIA, NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Janete Stoffel – Orientadora
UFFS

Prof.^a Dra. Anelise Gracieli Rambo – Coorientadora
UFFS

Prof.^a Dra. Rozane Marcia Triches
UFFS

Prof. Dr. Marcio Gazolla
UTFPR

Prof. Dr. Roberto Finatto
UFFS

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento ímpar, palavra que resume a conclusão desta etapa. Agradeço inicialmente a **Deus**, pelo dom da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta vivência. Agradeço pelas oportunidades de errar, pois assim aprendi e cresci.

Agradeço aos **agricultores familiares** que fizeram parte deste estudo, obrigada pela recepção carinhosa e pelas valiosas contribuições à pesquisa.

Agradeço a professora **Janete**, pela orientação, compreensão, profissionalismo e dedicação. Obrigada por ouvir meus desabafos, dificuldades, por todas as palavras de incentivo e por acreditar em mim. Você foi mais que uma orientadora, será sempre minha mestre e amiga. Agradeço também a coorientadora **Anelise**, que mesmo distante não mediu esforços para contribuir com a pesquisa, obrigada pela dedicação, carinho e apoio.

Agradeço aos membros da banca examinadora, que gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, pela dedicação e compromisso com o ensino. Vocês são para mim, fonte de inspiração.

Agradeço aos colegas do mestrado, pelo companheirismo, pela divisão de angústias, anseios, sonhos. Agradeço em especial, aos amigos Rosecleia, Leideliane, Marcio e Silmara, vocês com certeza fizeram a diferença e tornaram as dificuldades do mestrado mais amenas.

Agradeço as amigas, Adriana, Elisangela, Fernanda, Sabrina e Silvana, as quais me deram apoio nas horas difíceis e souberam compreender meu afastamento durante o desenvolvimento deste estudo.

A minha família deixo um agradecimento especial, por todos os ensinamentos de amor, compreensão, carinho e dedicação. Obrigada aos meus pais **Valdir** e **Ilda**, sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pais tão especiais. Aos meus irmãos **Eleandra** e **Sergio**, aos sobrinhos **Jhonatan**, **Pollyana** e **Ketlin** e ao meu companheiro **Wellington**, obrigada pela resiliência, pela compreensão, pelo amor e apoio incondicionais. Vocês são presentes de Deus em minha vida.

*...E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar,
Não tem tempo nem piedade, nem tem hora de chegar.
Sem pedir licença muda a nossa vida,
depois convida a rir ou chorar.
Nessa estrada não nos cabe conhecer ou ver o que virá.
O fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar.
Vamos todos numa linda passarela
De uma aquarela que um dia, enfim, descolorirá.*

(Toquinho e Vinícius de Moraes)

RESUMO

A agricultura familiar vem sendo reconhecida e conquistando notoriedade no mundo por sua pluralidade, diversidade cultural e produtiva, geração de trabalho e renda. Apesar de sua importância, a implantação de intervenções estatais para esse setor é recente, iniciando na década de 1990, tendo como marco o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em 1995. O Programa foi criado com o objetivo de conceder crédito rural e com isso promover o desenvolvimento rural da agricultura familiar. Desde a sua criação, o Pronaf passou por diversas mudanças e em torno desta política pública existem questionamentos sobre os reais efeitos gerados na agricultura familiar. Dentre os efeitos positivos, estão o reconhecimento da categoria agricultor familiar, existência de um instrumento para aumento da produção, ampliação de áreas plantadas, aumento da mecanização e modernização do sistema produtivo. Já os efeitos negativos apontam para incentivo ao monocultivo, redução da diversidade nos sistemas produtivos, diminuição das atividades de subsistência em prol de atividades mercantis, promoção da especialização dos agricultores, possibilidade de causar endividamento. Neste contexto, o presente estudo parte da compreensão de que a Agroecologia, apresenta-se como alternativa para a agricultura familiar e essa se mantém mesmo sem apoio do Pronaf. Desta forma, a pesquisa buscou verificar como vem acontecendo o acesso ao crédito para a produção agroecológica na linha Pronaf Agroecologia, assim como compreender as limitações e potencialidades geradas por essa política pública no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Para isto foi utilizada a pesquisa bibliográfica, e a análise de dados secundários disponíveis no anuário estatístico do crédito rural e na matriz de dados do crédito Rural. Além disso, também foram aplicadas entrevistas com agricultores familiares em 31 unidades de produção com certificação na agroecologia, e em transição, a fim de identificar a relação dos pesquisados com o Pronaf. A partir dos dados secundários do Pronaf Agroecologia, se observou que na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu o acesso é inexistente. Na análise dos dados primários foi observado, dentre os respondentes, que quanto maior a inserção na agroecologia, mais distante do acesso ao Pronaf. Nesse sentido, foi evidenciado que no processo de transição para a agroecologia a necessidade de crédito rural é mais evidente, mas ao longo do desenvolvimento da agroecologia os agricultores familiares vão conquistando progressivamente autonomia, conquistando um desenvolvimento rural sustentável. Foi observado que os movimentos sociais e a ação do Estado exercem papel importante e podem delinear o perfil da agricultura familiar. Tais constatações apontam para um extenso trajeto a ser trilhado na melhoria do Pronaf, a fim de conquistar uma política pública com maior proximidade da realidade dos agricultores familiares, pois a existência do Pronaf, ou da linha Pronaf Agroecologia, por si só não garantem que os agricultores familiares tenham acesso ao crédito e consigam se desenvolver.

Palavras-chave: Crédito. Rural. Desenvolvimento. Agroecologia.

ABSTRACT

Family farming has been recognized and gaining notoriety in the world for its plurality, cultural and productive diversity, generation of work and income. Despite its importance, the implementation of state interventions for this sector is recent, beginning in the 1990s, with the emergence of the National Program for the Strengthening of Family Farming - Pronaf, in 1995. The Program was created with the objective of granting rural credit and thereby promote the rural development of family farming. Since its inception, Pronaf has undergone several changes and around this public policy there are questions about the real effects on family farming. Among the positive effects are the recognition of the family farmer category, the existence of an instrument for increased production, expansion of planted areas, increased mechanization and modernization of the production system. On the other hand, the negative effects point to incentive to monoculture, reduction of diversity in productive systems, reduction of subsistence activities in favor of mercantile activities, promotion of specialization of farmers, possibility of causing indebtedness. In this context, the present study starts from the understanding that Agroecology is presented as an alternative for family farming and it remains even without Pronaf support. Thus, the research sought to verify how the access to credit for agroecological production has been taking place in the Pronaf Agroecology line, as well as to understand the limitations and potentialities generated by this public policy in the Cantuquiriguaçu Citizenship Territory. For this we used the bibliographic research and the analysis of secondary data available in the rural credit statistical yearbook and the Rural credit data matrix. In addition, interviews were also conducted with family farmers in 31 agroecology-certified production units and in transition to identify the relationship of those surveyed with Pronaf. From the secondary data of Pronaf Agroecology, it was observed that in the region of the Cantuquiriguaçu Citizenship Territory access is non-existent. In the analysis of primary data, it was observed, among the respondents, that the greater the insertion in agroecology, the farther from access to Pronaf. In this sense, it was evidenced that in the process of transition to agroecology the need for rural credit is more evident, but along the development of agroecology, family farmers are gradually gaining autonomy, achieving sustainable rural development. It was observed that social movements and state action play an important role and can outline the profile of family farming. These findings point to an extensive path to be taken in improving Pronaf in order to achieve a public policy that is closer to the reality of family farmers, since the existence of Pronaf, or the Pronaf Agroecology line, does not in itself guarantee that family farmers have access to credit and can develop.

Keywords: Credit. Rural. Development. Agroecology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das Operações de Pronaf Custeio e Investimento (Em Bilhões de R\$) – Safra 1999/2000 a 2017/2018 (em valores correntes).....	67
Gráfico 2 - Idade dos agricultores familiares pesquisados com 100% da área certificada na agroecologia.....	86
Gráfico 3 - Número de pessoas por unidade de produção pesquisada	87
Gráfico 4 - Grau de escolaridade dos agricultores familiares pesquisados com 100% da área certificada na agroecologia	87
Gráfico 5 - Tempo (em anos) que a família está na unidade de produção agrícola X tempo (em anos) na agroecologia nas unidades de produção 100% certificadas - 2019	90
Gráfico 6 - Participação dos entrevistados em organizações coletivas: associação, cooperativa ou rede, nas unidades com 100% de produção agroecológica.....	92
Gráfico 7 - Acesso a benefícios sociais nas unidades de produção com 100% da área certificada na produção agroecológica	93
Gráfico 8 - Principais dificuldades enfrentadas durante o processo de transição nas unidades com 100% da área certificada na produção agroecológica	95
Gráfico 9 - Idade dos entrevistados nas unidades de produção com área parcialmente certificada na agroecologia.....	101
Gráfico 10 - Número de pessoas por unidade de produção com área parcialmente certificada para a agroecologia - Concomitância	102
Gráfico 11 - Grau de escolaridade dos entrevistados nas unidades de produção com área parcialmente certificada - Concomitância	103
Gráfico 12 - Condição de posse da terra nas unidades de produção com área parcialmente certificada – Território Cantuquiriguaçu – 2019.	105
Gráfico 13 - Área total por unidade de produção com área parcialmente certificada - Concomitância.....	106
Gráfico 14 - Tempo de atuação na agroecologia das unidades de produção com área parcialmente certificada– Concomitância	106
Gráfico 15 - Participação dos entrevistados em organizações coletivas: Associação, cooperativa ou rede, nas unidades de produção com área parcialmente certificada. ...	107
Gráfico 16 - Acesso a benefícios sociais nas unidades de produção com área parcialmente certificada.....	108
Gráfico 17 - Principais dificuldades enfrentadas durante o processo de transição das unidades com área parcialmente certificada.....	110
Gráfico 18 - Idade dos agricultores familiares, entrevistados, no grupo de agricultores em transição para a agroecologia	112
Gráfico 19 - Número de pessoas por unidade de produção no grupo de agricultores em transição para a agroecologia	113

Gráfico 20 - Grau de escolaridade dos entrevistados no grupo de agricultores em transição para a agroecologia	114
Gráfico 21 - Tempo em que a família está na unidade de produção agrícola no grupo de agricultores em transição para a agroecologia.....	116
Gráfico 22 - Tempo na agroecologia no grupo de agricultores em transição para a agroecologia.....	116
Gráfico 23 - Participação dos entrevistados em organizações coletivas - Associação, cooperativa ou rede- no grupo de agricultores em transição para a agroecologia	118
Gráfico 24 - Principais dificuldades no processo de transição no grupo de agricultores em transição para a agroecologia.....	119
Gráfico 25 - Acesso aos recursos do Pronaf pelos agricultores com 100% da área certificada na agroecologia.....	125
Gráfico 26 - Ano do último acesso ao Pronaf pelos Agricultores com 100% da área certificada na agroecologia.....	125
Gráfico 27 - Instituições financeiras nas quais ocorreu acesso ao Pronaf pelos agricultores com 100% da área certificada na agroecologia	126
Gráfico 28 - Classificação da dependência de recursos externos nas unidades de produção dos agricultores com 100% da área certificada na agroecologia.....	128
Gráfico 29 - Acesso ao Pronaf por agricultores familiares com área parcialmente certificada na agroecologia.....	132
Gráfico 30 - Número de operações acessadas junto ao Pronaf pelos agricultores com área parcialmente certificada na agroecologia.....	132
Gráfico 31 - Ano de último acesso no Pronaf nas unidades de produção familiar com área parcialmente certificada na agroecologia.....	133
Gráfico 32 - Instituições financeiras nas quais as unidades de produção familiar, com área parcialmente certificada na agroecologia, acessaram o Pronaf	134
Gráfico 33 - Classificação da dependência de recursos externos nas unidades de produção com área parcialmente certificada na agroecologia.....	135
Gráfico 34 - Acesso ao Pronaf por agricultores familiares em transição para a agroecologia.....	136
Gráfico 35 - Número de operações acessadas por entrevistados em transição para a agroecologia.....	137
Gráfico 36 - Ano do último acesso ao Pronaf nas unidades de produção familiar em transição para a agroecologia	138
Gráfico 37: Instituições financeiras em que as unidades de produção familiar, em transição para a agroecologia, acessaram o Pronaf	139
Gráfico 38: Classificação da dependência de recursos externos nas unidades de produção em transição para a agroecologia.....	140

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Pirâmide dos modos de produção capitalista, empresarial e camponês ...	45
Ilustração 2 - Ciclo de políticas públicas	53
Ilustração 3 - Diagrama do triângulo de ferro	55
Ilustração 4 - Montantes e contratos acessados no Pronaf, por estado brasileiro, no período de 1999 a 2018	68
Ilustração 5 – Técnicas de pesquisa para coleta de dados e informações segundo objetivos específicos da pesquisa	79

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu: área de abrangência da pesquisa	25
Mapa 2- Estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar, no Brasil em 2006	49
Mapa 3 - Localização dos agricultores familiares com área 100% certificada na agroecologia – Território Cantuquiriguaçu – Paraná - 2019	84
Mapa 4 - Localização dos agricultores familiares com área parcialmente certificada na agroecologia – Território da Cidadania Cantuquiriguaçu – Paraná - 2019	99
Mapa 5 - Localização dos agricultores familiares em transição para a agroecologia – Território da Cidadania Cantuquiriguaçu – Paraná - 2019	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões da Agroecologia.....	35
Quadro 2 - Tempo mínimo para a transição do agroecossistema de acordo com o tipo de	37
Quadro 3 - Fórum de comunidades de políticas públicas.....	59
Quadro 4 – Características dos Beneficiários do Pronaf – MCR 2018	65
Quadro 5 - Características operacionais da linha Pronaf Agroecologia - Plano Safra 2017/2018	71
Quadro 6 – Caracterização da população da pesquisa, Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, 2019.....	78
Quadro 7 - Tipologia de agricultores, características e quantidade de unidades de produção pesquisadas	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade e Valor dos Contratos de todas as linhas do Pronaf (Custeio e Investimento) por grandes regiões e Brasil na Safra 2017/2018 (em valores correntes)	68
Tabela 2 - Acesso ao Pronaf Investimento - linha Agroecologia no Brasil, por Ano Safra, no período de 2005/2006 a 2017/2018 (em valores correntes)	72
Tabela 3 - Acesso ao Pronaf Investimento - linha Agroecologia por região e UF – Ano Safra 2015/2016 a 2017/2018 (em valores correntes)	73
Tabela 4 - Acesso ao Pronaf Investimento – Linha Agroecologia no Paraná - Ano Safra 2015/2016 a 2017/2018 (em valores correntes)	74
Tabela 5 - Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade nas unidades com 100% da área certificada com produção agroecológica	89
Tabela 6 - Área total da Unidade de Produção x percentual da área certificada na agroecologia.....	99
Tabela 7 - Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade nas unidades de produção com área parcialmente certificada para a agroecologia.....	104
Tabela 8 - Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade no grupo de agricultores em transição para a agroecologia	115

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEAGRO	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CMMAD	Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Projeto Técnico de Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
MCR	Manual do Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PNCF	Programa de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização do Pequeno Agricultor
SIT	Sistemas de Informações Territoriais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	AGRICULTURA FAMILIAR E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	27
2.1	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGROECOLOGIA.....	27
2.2	ABORDAGEM CONCEITUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	40
3	POLÍTICA PÚBLICA: CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL	51
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	51
3.2	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	61
3.2.1	Características operacionais do Pronaf na safra 2017/2018	64
3.2.2	Pronaf Agroecologia	71
4	DELINEAMENTO METODOLÓGICO	76
4.1	TIPO DE PESQUISA	76
4.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	77
4.3	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS	78
4.4	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	80
5	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS	82
5.1	PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO 100% CERTIFICADOS NA AGROECOLOGIA OU PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	83
5.2	PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES CERTIFICADOS EM CONCOMITÂNCIA COM PRODUÇÃO CONVENCIONAL	98
5.3	PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA	111
5.4	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS TRÊS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS.....	120

6 LIMITES E POTENCIALIDADES DO ACESSO AO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR	124
6.1 DIAGNÓSTICO DE ACESSO AO CRÉDITO DOS AGRICULTORES FAMILIARES 100% CERTIFICADOS NA AGROECOLOGIA.....	124
6.2 DIAGNÓSTICO DE ACESSO AO CRÉDITO DOS AGRICULTORES FAMILIARES CERTIFICADOS EM CONCOMITÂNCIA COM PRODUÇÃO CONVENCIONAL	131
6.3 DIAGNÓSTICO DE ACESSO AO CRÉDITO RURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA	136
6.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS TRÊS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS.....	142
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	149
ANEXO A : NÚMERO DE ASSENTAMENTOS NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU – DADOS DE 2017	163
ANEXO B: FOTOS DA RESIDÊNCIA DOS ENTREVISTADOS EM ACAMPAMENTO, 2019	164
ANEXO C: FOTO DE HORTA MANDALA DE UM DOS ENTREVISTADOS, DIVERSIDADE DE CULTURAS PRODUZIDAS, 2019	165
ANEXO D: FOTOS APRESENTANDO PROBLEMAS DE PRODUTIVIDADE NA BETERRABA POR INCIDÊNCIA DE PRAGAS, 2019	166
ANEXO E: PRECARIEDADE NA INFRAESTRUTURA PARA ACESSO A UMA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ENTREVISTADAS – PONTE DANIFICADA	167
ANEXO F: QUANTIDADE E VALOR DOS CONTRATOS POR PROGRAMA, SUBPROGRAMA E PRODUTO – LINHAS DO PRONAF – DADOS SAFRA 2013/2014 À 2017/2018	168
ANEXO G: FILTRO PARA PESQUISA DE CUSTEIO – PRONAF AGROECOLOGIA– DADOS SAFRA 2015/2016 À 2017/2018	169

**ANEXO H: QUANTIDADE E VALOR DOS CONTRATOS POR MUNICÍPIO –
PRONAF AGROECOLOGIA – PARANÁ - DADOS SAFRA 2015/2016 À 2017/2018**
170

**ANEXO I: QUANTIDADE, VALOR E FINALIDADE DOS CONTRATOS POR
MUNICÍPIO – PRONAF AGROECOLOGIA – PARANÁ - DADOS SAFRA
2013/2014 À 2017/2018 171**

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar ocupa espaço de destaque, principalmente no que tange à sua pluralidade, capacidade produtiva, abastecimento interno, diversidade cultural, geração de trabalho e renda a milhares de famílias. Devido à importância desta categoria no país, ela tem sido foco de diversos estudos e tem aparecido com frequência nos discursos governamentais.

Ao longo da história ocorreram inúmeras mudanças na agricultura brasileira, às quais repercutiram sobre os agricultores familiares. A agricultura do país foi moldada pelos pressupostos da modernização conservadora¹, os quais surgiram com a promessa de aumentar a produtividade e resolver a fome no mundo. Ainda que tenham contribuído com a produção de alguns cultivos, esses pressupostos mostraram não ser sustentáveis, não resolveram o problema da fome e ocasionaram perdas irreparáveis à biodiversidade, ao solo, à saúde, ao conhecimento tradicional dos agricultores, causando dependência em relação aos recursos externos (ABRAMOVAY, 1998). Além disso, favoreceram os agricultores patronais em detrimento dos agricultores familiares, que para acompanhar as tecnologias e os pacotes disseminados na Revolução Verde, endividaram-se (ALTIERI, 2004). Algumas políticas públicas² também contribuíram para a condução dos agricultores à problemática supracitada.

A implantação de intervenções estatais para a agricultura familiar é recente, desponta na década de 1990, época em que a categoria ganha expressividade e um delineamento³. Um dos marcos destas intervenções foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no ano de 1995. O Programa surge

¹ A modernização conservadora da agricultura refere-se ao processo que se iniciou na década de 50, objetivando introduzir na agricultura amplo aparato tecnológico. A tecnologia em questão, envolve plantas transgênicas, utilização de agrotóxicos e de maquinários. A partir da década de 1960 diversos países latino-americanos aderiram ao processo supracitado, que também ficou conhecido como Revolução Verde (ALMEIDA, 2011).

² Com base em Souza (2006) política pública é o campo do conhecimento que compreende as ações do governo e/ou verifica essa atividade (variável independente) e, quando preciso, estabelece alterações no sentido dessas ações (variável dependente). A concepção de políticas públicas estabelece-se no exercício em que os governos democráticos traduzem seus propósitos em ações que gerarão efeitos ou mudanças no mundo real.

³ A visibilidade da agricultura familiar na década de 90 é marcada por intensas lutas: reivindicações intensas pela reforma agrária, protagonizadas, sobretudo, pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra, massacres de sem-terra em Corumbiara (agosto de 1995) e Eldorado de Carajás (abril de 1996), marcha dos sem-terra em 1997. Esses acontecimentos, fortaleceram a inclusão da agricultura familiar na agenda da política nacional (DELGADO, 2010).

com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento sustentável do segmento rural composto pelos agricultores familiares, através do acesso ao crédito (BRASIL, 2000).

Observa-se que a partir deste Programa ocorre uma caracterização formal dos agricultores familiares. No Pronaf, o beneficiário é compreendido como aquele que desenvolve atividades no meio rural e que detém: área de até 4 módulos fiscais; mão de obra predominantemente familiar; 50% da renda familiar proveniente de atividades econômicas da unidade de produção familiar; renda anual de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) (MCR, 2018).

Desde a sua criação, o Pronaf passou por diversas mudanças e em torno desta política pública existem questionamentos sobre os reais efeitos gerados na agricultura familiar. Alguns estudos como Balestrin (2010), Fernandes (2013), Belik (2015) identificaram fatores positivos em relação ao Pronaf, sendo esses: reconhecimento da categoria agricultor familiar, instrumento para aumento da produção, ampliação de áreas plantadas, aumento da mecanização e modernização do sistema produtivo.

Outros estudos como os de Weid (2006); Gazolla, Schneider (2013); Costa (2013); Passos (2014); Coelho (2015) identificaram problemas relacionados ao Pronaf, evidenciando que o desenho institucional da política pública está em descompasso com o desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar. Dentre as críticas apresentadas destacam-se: que o Pronaf incentiva o monocultivo⁴, direciona a produção para atividades específicas, reduz a diversidade nos sistemas produtivos, apoia a produção mercantil, promove a especialização dos agricultores⁵, concentra a destinação dos recursos para agricultores mais capitalizados, exclui os que não possuem os requisitos para acessar o crédito nas instituições financeiras⁶, podendo causar endividamento devido aos riscos inerentes ao mercado, etc. À medida em que as contradições começam a ser identificadas, nota-se que o Pronaf pode não estar atendendo as reais necessidades da agricultura familiar, mas sim contribuindo para ampliação de disparidades.

Neste contexto, o presente estudo parte da compreensão de que a Agroecologia, pode se apresentar como alternativa para a agricultura familiar, considerando toda problemática gerada pela Revolução Verde, bem como as repercussões negativas do

⁴ Conforme dados da Matriz do Crédito Rural, há predominância do acesso ao Pronaf para custear plantio de SOJA, TRIGO, MILHO, ou seja, estimula a monocultura, além de maquinários para atender a esta produção de commodities, principalmente no Sul do país (BACEN, 2019). As cultivares preditas, necessitam de altas cargas de insumos químicos (COELHO, 2015).

⁵ Na medida que os agricultores familiares se especializam na produção de apenas uma cultura, tem sua autonomia reduzida (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2013).

⁶ Questão relacionada às garantias, ou a não aceitabilidade do projeto técnico pela Instituição Financeira.

Pronaf. Desta forma, a pesquisa buscou verificar como vem acontecendo o acesso ao crédito para a produção agroecológica na linha Pronaf Agroecologia.

O conceito e perspectiva da agroecologia estão intimamente ligados ao Desenvolvimento Rural Sustentável. A agroecologia busca o equilíbrio energético na agricultura, a máxima conservação dos recursos, centrando sua abordagem na sustentabilidade (SOUZA, 2000). A agroecologia objetiva pensar/realizar a produção de alimentos de forma diferenciada, prevendo reduzir a dependência da unidade de produção de insumos externos, valorizar o conhecimento prático dos agricultores, preservar o meio ambiente, proporcionar ganhos justos ao agricultor, considerando, portanto, aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais (GLIESSMAN, 1998; ALTIERI, 2004; CAPORAL, 2009).

O crédito rural é um mecanismo importante para estimular e promover atividades produtivas, uma vez que pode possibilitar o amparo e modernização dessas atividades. Em função disso, é tido como instrumento importante para o desenvolvimento. Por outro lado, se mal aplicado poderá gerar problemas ao agricultor, podendo refletir negativamente na sucessão, permanência, qualidade de vida no campo. Por isso, é importante compreender as limitações e potencialidades geradas pelo Pronaf, para entender que tipo de desenvolvimento esta política pública tem fomentado e que resultados gera para a Agroecologia, fato esse, que instiga a proposição deste estudo.

Diante do contexto até aqui apresentado, a pesquisa ora exposta se propôs a investigar quais as limitações e potencialidades do Pronaf, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu⁷, no estímulo à produção agroecológica. As limitações são compreendidas como fraquezas oriundas do Pronaf no incentivo a Agroecologia. Essas podem estar relacionadas a regras burocráticas que dificultam o acesso ao crédito, exclusão de acesso para agricultores menos capitalizados, favorecimento no custeio de *commodities* (soja, milho, trigo). Já as potencialidades buscam captar os benefícios gerados pelo programa para o desenvolvimento da Agroecologia junto aos agricultores familiares. Esses benefícios estão relacionados a possibilidade de realizar investimentos na propriedade, com longo prazo e juros reduzidos.

⁷ Em 2008, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania objetivando superar a pobreza e gerar trabalho e renda no meio rural. Apesar do programa ter sido descontinuado, a denominação Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu servirá de referência da abrangência da área utilizada neste estudo.

Além destas percepções preditas, o Pronaf também pode contribuir de forma indireta, fazendo com que agricultores endividados na agricultura modernizada, migrem para Agroecologia como alternativa de sobrevivência. Além disso, as respostas obtidas nesta investigação permitem refletir sobre elementos que uma política pública de crédito rural para agroecologia deva conter.

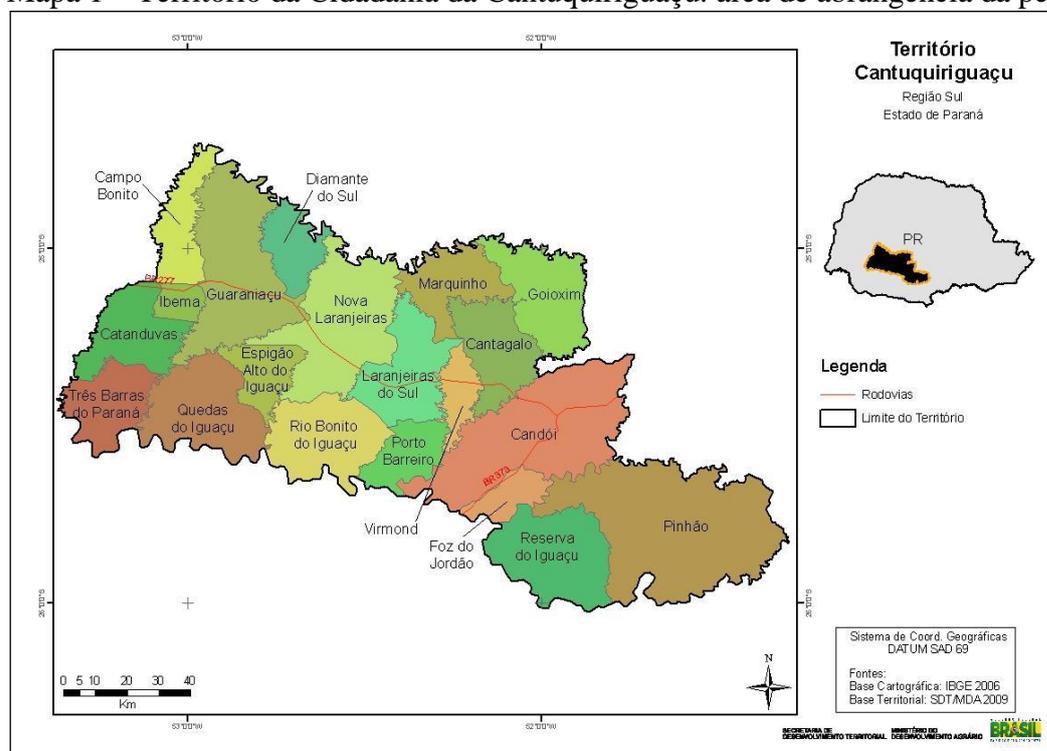
Considerando a importância da agricultura familiar, é relevante construir estudos que mensurem os impactos das políticas públicas, a fim de verificar se, de fato, estão gerando o desenvolvimento a que se propõem. Diante dessa problemática o objetivo geral desta pesquisa é: analisar em que medida o Pronaf vem estimulando a produção agroecológica na agricultura familiar do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Para atender o objetivo geral, proposto por esta pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Caracterizar com dados secundários o Pronaf a nível nacional, estadual e regional, procurando analisar o acesso a este tipo de crédito por parte dos agricultores familiares certificados e em transição para a agroecologia; Analisar o perfil dos agricultores familiares e das suas práticas agroecológicas; Descrever e analisar as potencialidades e limitações do Pronaf no estímulo à produção agroecológica no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, com base nos agricultores familiares pesquisados.

Os objetivos supracitados estão pautados na justificativa acerca da importância desta pesquisa. Pois, com base em dados do IBGE (2006), dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes no Estado do Paraná, 81,63% correspondem a agricultura familiar. Apesar desse setor ser numericamente mais significativo, ocupa apenas 27,8% da área total em relação aos demais estabelecimentos. Além disso, cerca de 70% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, são da agricultura familiar, isso revela que além da representatividade do setor no estado, também apresenta notável relevância na geração de trabalho. As culturas desenvolvidas nas propriedades familiares são diversificadas e se distribuem principalmente em lavouras temporárias, pecuária, horticultura. Em relação às lavouras temporárias, as culturas de soja, milho e trigo lideram o *ranking* das produções.

A área de abrangência desta pesquisa compreende o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, que corresponde a uma área de 13.486,40 Km². Em termos de extensão territorial constitui o segundo maior território da cidadania do estado do Paraná. Nessa região, prevalecem estabelecimentos da agricultura familiar, representando 82% em relação a não-familiar. No entanto, assim como ocorre a nível estadual, a área ocupada

pelos agricultores familiares corresponde a 30%, em relação aos não familiares. Apesar de existirem iniciativas agroecológicas, o modelo de agricultura que predomina no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu é o da agricultura modernizada (CONDETEC, 2004; IBGE, 2017). Na região, os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) formado por dados relacionados à expectativa de vida ao nascer, educação e produto interno bruto *per capita* (PIB *per capita*), evidenciam uma região fragilizada que apresenta níveis baixos de desenvolvimento. A média do IDH dos municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, é de 0,651, menor do que a média do Estado do Paraná que é de 0,749 e menor do que a média brasileira que é de 0,727. Para ilustrar, cabe citar o município com o maior IDH-M do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, qual seja, Virmond, cujo índice é IDH-M de 0,722. Este não chega na média nacional, nem na média do estado (IBGE, 2010; PNUD, 2018). Esses dados retratam a fragilidade e necessidade de estudos aprofundados relacionados ao tema. A localização do Território pode ser evidenciada no Mapa 1.

Mapa 1 – Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu: área de abrangência da pesquisa



Fonte: SIT (2018).

Com base no exposto, torna-se importante a realização de estudo que analise a política pública de crédito rural Pronaf. Primeiro, pela importância e representatividade da categoria estudada (agricultura familiar) no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Segundo, na finalidade de compreender o comportamento do acesso ao Pronaf na região, quais seus reais impactos, assim como, identificar de que forma limita ou potencializa a agroecologia. Este levantamento contribui para que sejam construídas alternativas mais adequadas a este grupo social e reflexões acerca da eficácia da proposta da política pública. Em havendo tais constatações, pode-se agregar a outros resultados, gerando mais discussões que despertem possibilidade de mudanças nas políticas públicas atualmente vigentes.

Além da justificativa acima, cabe ressaltar que o Pronaf é uma política pública que envolve custos e subsídios, desta forma, é importante a realização de estudos que avaliem suas influências e benefícios, de modo a justificar sua existência.

Além dos argumentos acima expostos, esta pesquisa poderá proporcionar uma contribuição analítica e acadêmica aos estudos que envolvem políticas públicas, sobretudo da agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável e agroecologia. E ainda, motivar a necessidade de novas pesquisas, que tenham como objetivo analisar outras problemáticas envolvendo estes temas.

Em termos estruturais, esta pesquisa está organizada em sete capítulos seções, considerando esta introdução. O segundo e terceiro capítulos, trata da revisão bibliográfica e contém discussões acerca do desenvolvimento rural sustentável, agroecologia, agricultura familiar e políticas públicas. Além destes elementos, a revisão aborda aspectos relacionados ao Pronaf e características, dados de acesso da linha Pronaf Agroecologia. O quarto capítulo contém elementos acerca dos aspectos metodológicos, detalhando a forma como a pesquisa foi construída. Nos capítulos cinco e seis, são apresentados os resultados e discussões da pesquisa e por fim, as considerações finais, as referências, anexos e o apêndice.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A revisão bibliográfica está composta de discussões acerca de alguns conceitos e abordagens importantes a este estudo. A primeira delas trata do conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agroecologia. A segunda discussão é composta de apontamentos acerca dos conceitos agricultura familiar e camponesa.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGROECOLOGIA

O conceito de desenvolvimento tem perspectivas diversas inclusive nas abordagens teóricas. Deste modo é fundamental para quem o utiliza apresentar com clareza a interpretação que é seguida. Neste trabalho o objetivo é definir a percepção da autora no enfoque do desenvolvimento rural sustentável e da agroecologia na agricultura familiar.

A utilização de desenvolvimento como sinônimo de crescimento é uma concepção utilizada por diversos autores, havendo nestes casos a compreensão de que, onde há dinamismo econômico prolongado, há melhores indicadores sociais. Entretanto, esta concepção é questionada, uma vez que na prática os indicadores de crescimento não refletem necessariamente em qualidade de vida e distribuição de renda equitativa entre as pessoas. A linha de pensamento que defende crescimento e desenvolvimento como sinônimos compreende que para superar o atraso e conquistar o progresso, a exploração dos recursos naturais é algo corriqueiro (FAVARETTO, 2006; CAPORAL, COSTABEBER, 2009; SOUZA, 2012).

A partir dos estruturalistas⁸, os conceitos de desenvolvimento e crescimento passam a ser considerados distintos, no entendimento de que crescimento é apenas um meio para se chegar ao desenvolvimento, e não condição única. Nesta perspectiva, Sachs (2008) e Sen (2010) definem desenvolvimento como algo que ultrapassa a mera multiplicação da riqueza material, considerando o crescimento uma circunstância

⁸ O estruturalismo latino-americano surge no final da década de 40, no Chile, na esfera da Cepal, tendo como fundadores, Raul Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Anibal Pinto. Estas ideias constituem uma escola de pensamento mais extensa a teoria econômica do desenvolvimento (BRESSER PEREIRA; GALA, 2010).

necessária para existência do desenvolvimento, mas de maneira alguma condição suficiente para se obter qualidade de vida melhor, mais feliz e de forma equitativa.

Além das atribuições citadas anteriormente, pode-se destacar a associação do desenvolvimento como liberdade⁹, no sentido de esta ser o principal fim e principal meio para se obter o desenvolvimento (SEN, 2010). De forma específica, apenas as elucidações que contemplem “o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento” (SACHS, 2008, p. 46).

Na perspectiva do Desenvolvimento Rural, Sevilla Guzmán (2005) identifica três categorias históricas do conceito, sendo elas o desenvolvimento comunitário, Desenvolvimento Rural Integrado e o Desenvolvimento Rural Sustentável. O Desenvolvimento Comunitário, tem origem norte-americana, trata-se da reestruturação de mecanismos para introduzir os camponeses a uma nova agricultura relacionada ao mercado, na qual a condução dos recursos naturais torna-se um negócio. Os esforços para garantir o sucesso desse modelo, centraram-se na introdução de uma sociedade científica no campo, objetivando superar o atraso. A Revolução Verde foi o meio de difusão desse modelo. O Desenvolvimento Rural Integrado, seguiu com as mesmas ambições do Desenvolvimento Comunitário, mas incorporou estratégias para melhorar o nível de vida da população rural, através de infraestruturas, apoio à saúde, garantindo e fortalecendo a ideia inicial de uma agricultura cada vez mais dependente do mercado.

O modelo mencionado anteriormente, denominado de “Revolução Verde”, tinha por objetivo aumentar a produtividade agrícola e reduzir a fome no mundo. No Brasil, a primeira fase do projeto, ocorre na década de 50, inicialmente com apoio financeiro de grandes corporações, sendo que progressivamente essa atribuição foi repartida com o poder público (GRAZIANO NETO, 1985; BRUM, 1988; DELGADO, 2012). A fase notável da Revolução Verde ocorre na década de 60, sobre a qual Brum (1988, p. 47) explica que os países adeptos ao programa:

[...] eram orientados e induzidos a usar novas técnicas de correção do solo, fertilização, combate às doenças e pragas, bem como a utilizar maquinaria e equipamentos modernos. A esse conjunto de técnicas inovadoras se deu o nome de “pacote tecnológico”. E a toda essa estratégia de comércio se chamou de “modernização tecnológica”.

⁹ A liberdade a que Sen (2010) se refere, trata das liberdades instrumentais (oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora), que ocorrem tanto por “processos que permitem a liberdade de ações como por oportunidades reais que as pessoas tem, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (p. 32).

No Brasil, as décadas de 50 a 80 constituem o período que reúne as principais articulações para o desenvolvimento desse modelo de agricultura. Em 1954, o presidente Juscelino Kubitschek, em parceria com o governo norte-americano, criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), objetivando uma cooperação técnico-financeira, para desenvolvimento de projetos rurais. Nos anos seguintes, diversos escritórios ETAs foram implementados nas unidades da federação brasileira (PEIXOTO, 2008). Ao longo das décadas de 50 e 60 são instituídos nos estados as Associações de crédito e assistência rural (ACAR), dirigidas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)¹⁰, entidades que atuavam na extensão rural e elaboração de projetos técnicos para acesso ao crédito nas instituições financeiras.

O regime militar consolida e estatiza esse sistema criando novas entidades de pesquisa, extensão rural e fortalecendo as normativas e diretrizes do Crédito Rural. Em 1965 é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, estrutura responsável por “conduzir os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento” (MCR, 2018, p. 9). Em seguida, é criada a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) vinculadas ao Ministério da Agricultura.

Para completar o sistema, os estados recebem a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (PEIXOTO, 2008; DELGADO, 2012). A criação dessas instituições objetivou, conforme destaca Brum (1988, p. 49) “o controle da articulação dos produtores rurais, a introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo e manuseio do solo e, também, a orientação alimentar”. Através do controle do capital financeiro somado às articulações com os principais agentes do mercado, como bancos, indústrias, jornais, rádios, televisões, técnicos de campo, formou-se o pacto que “viabilizou” o agronegócio (DELGADO, 2012; GÖRGEN, 2017).

A indústria foi uma das maiores beneficiárias da Revolução Verde, pois as vendas de insumos agrícolas como máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, pesticidas, foram alavancadas. O crédito rural (subsidiado pelo governo), foi o instrumento utilizado para favorecer estes setores da economia. Neste âmbito, os agricultores foram se tornando cada vez mais dependentes de insumos externos à

¹⁰ No contexto conflituoso em termos políticos, econômicos e militares da Guerra Fria, a criação das associações foram motivadas pela Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA) instituição filantrópica vinculada à família Rockefeller (PEIXOTO, 2008).

propriedade. Molina (2013) explica que isso reduziu a capacidade de decisão dos agricultores sobre os tipos de cultivos, seu manejo, além de saberes tradicionais, de modo que quanto mais pobre o agricultor, maior o impacto vivenciado

Com efeito, há uma correlação óbvia e direta entre o modelo de agricultura industrializada e altamente comercializada e os danos ambientais sofridos pelos agroecossistemas que a praticam. O mesmo pode ser dito dos efeitos sobre as economias camponesas mais pobres que as relações comerciais mercantis entre países pobres e ricos tiveram, e commodities alimentares, entre grandes e pequenas empresas agroalimentares e entre os próprios camponeses e o mercado. Essa relação é de natureza estrutural, pois a busca por benefícios em um mercado, que não leva em conta o meio ambiente e o estado dos recursos, impõe formas de gestão que interferem nos ciclos de energia e nutrientes até que sejam completamente distorcidos, transformando a agricultura em fonte de poluição, esgotamento de recursos e degradação de solos e redução da diversidade biológica (MOLINA, 2013, p.22).

Este modelo altamente dependente de insumos químicos, além de causar danos irreparáveis ao meio ambiente, também tem como característica o progressivo descontrole de pragas e doenças (KHATOUNIAN, 2001). Esse panorama mostra as crescentes limitações existentes, dentre as quais Graziano Neto (1985) aponta: uso excessivo de químicos; migração da mão de obra empregada na agricultura para outros setores; progresso técnico científico (que favoreceu mais as indústrias do que a agricultura); produção agrícola com crescimento mais acelerado do que o crescimento populacional, aumento do desemprego e pobreza.

Conforme destacam Graziano Neto (1985), Brum (1988), Guzmán Casado; Gonzáles de Molina, Sevilla Guzmán, (2000), Almeida (2011), Caporal (2013), Molina (2013), a modernização da agricultura, promovida pela Revolução Verde, provocou diversas mudanças, de caráter técnico, produtivo, aumento da dependência em relação aos insumos externos à propriedade, mecanização, especialização na produção de *commodities*.

Destaca-se que esse sistema de modernização da agricultura contribuiu para o crescimento da produção de alimentos, mas não resolveu a fome no mundo, apesar de constituir o objetivo declarado das políticas de desenvolvimento rural defendidas por governos como o brasileiro. A título de ilustração cabe destacar que no ano de 2017, conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura FAO (2017) um total de 815 milhões de pessoas ainda padeciam com a fome no mundo, o que expõe claramente que a Revolução Verde não resolveu o problema da falta de alimentos ou do acesso ao mesmos no mundo. Além disso, os alimentos já não possuem

a mesma qualidade biológica, pois estão contaminados por venenos, comprometendo a Segurança Alimentar e conseqüentemente a saúde das pessoas (CAPORAL, 2009).

Às externalidades¹¹ mencionadas no parágrafo anterior, outras se somam, tais como a degradação do solo, descontrolo de pragas e doenças, contaminação dos alimentos e da saúde humana, a poluição do meio ambiente. Quem mais perdeu nesse sentido, “foram os excluídos do processo produtivo agrícola e que hoje engrossam as periferias urbanas com todos os seus problemas” (BRUM, 1988, p. 175). Diante de tais evidências, não restam dúvidas de que é necessário repensar o modelo atual de desenvolvimento agrícola adotado. Quando a contabilidade social puder incorporar as externalidades, será estabelecida a dimensão do estrago deixado às futuras gerações pela agricultura convencional utilizada pelos defensores da modernização da agricultura resultante da Revolução Verde (KHATOUNIAN, 2001).

A sustentabilidade fica comprometida com a poluição do ar, presença de chuvas ácidas, constatação de problemas ambientais causados pela expansão de atividades industriais, e indiretamente pelas mudanças na agricultura (RIBEIRO, 2001). O modelo de “desenvolvimento”, pautado apenas no aspecto econômico e apoiado pelo pressuposto químico-mecânico, ocasionou danos irreparáveis de caráter socioeconômico¹² e ambiental¹³, que por si só, fundamentam a revisão de todo esse projeto colocado à agricultura, uma vez que não condiz com a lógica de desenvolvimento sustentável.

Além das críticas apresentadas até aqui sobre o conceito de desenvolvimento, há ainda as críticas a serem feitas acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, sendo a maior delas, o fato deste representar um discurso vazio¹⁴ do “desenvolvimento sustentável”, oriundo da Comissão Brundtland em 1987 (FAVARETTO, 2006; CAPORAL, COSTABEBER, 2009; SOUZA, 2012). Nesta perspectiva o crescimento econômico confronta-se com sustentabilidade, na visão de que “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender suas próprias necessidades” (CMMAD, 1992, p. 24).

¹¹ O conceito de externalidades é uma abordagem da Economia Ambiental, fundamentado pelo pensamento neoclássico, e surge com a finalidade de manifestar as falhas produzidas pelo funcionamento do mercado. Podendo ser externalidades positivas ou negativas (MONTIBELLER-FILHO, 2008; MUELLER, 2012).

¹² Exclusão de produtos e produtores, dependência da indústria e do setor financeiro, concentração fundiária, êxodo rural e favelização urbana, péssimas condições de trabalho no campo.

¹³ Expansão das fronteiras agrícolas, utilização de insumos e defensivos químicos, ocasionando poluição, contaminação e perda de biodiversidade, empobrecimento do solo, comprometimento de recursos hídricos, poluição do ar, aumento da produção de lixo.

¹⁴ Compreendido naqueles conceitos que trazem proposições que não conseguem se aplicar na prática.

A palavra necessidade trazida pelo conceito supracitado é um termo subjetivo que produz indagações, pois pode gerar muitos desdobramentos e interpretações, e é a partir desse ponto de vista que o conceito oriundo de Brundtland é considerado vago. Para Souza (2000) trata-se de um economicismo otimista, que negligencia o interesse das gerações futuras. Conforme complementa Gliessman (1998), nessa visão as evidências da sustentabilidade permanecem sempre no futuro, fora de alcance, sendo impossível saber se de fato, um determinado conjunto de práticas é sustentável.

A defesa do desenvolvimento sustentável relaciona-se com as premissas da economia ambiental. Nessa perspectiva, os recursos naturais não são considerados finitos, compreendidos como fatores do processo produtivo, que podem ser substituídos, assim como os demais fatores. A base referencial da economia ambiental parte da análise do critério custo-benefício, dentro do circuito da racionalidade de maximização do bem-estar, orientada a satisfazer as necessidades imediatas dos indivíduos (SOUZA, 2000; MONTIBELLER-FILHO, 2008; MUELLER, 2012). Sevilla Gúzman (2005, p. 122) explica e critica os pressupostos desse conceito.

Basta dizer que o desenvolvimento sustentável corresponde ao falso discurso ecologista esboçado pelos organismos internacionais, por meio de uma construção teórica ecotecnocrática, que transmite a mensagem pela qual o planeta está em perigo, não porque os países ricos tenham desenvolvido uma forma de produção e consumo dilapidadora de energia e recursos, contaminante e destruidora dos equilíbrios naturais. Ao contrário, o argumento utilizado é o de que os países pobres têm um grande crescimento de população e deterioram a natureza devido a sua pobreza e degradante apropriação dos recursos naturais, mediante a derrubada das matas e uma agricultura esgotadora da terra (cientificamente marginalizada).

Apesar das controvérsias e discussões acerca do desenvolvimento sustentável, cabe ressaltar que ele trouxe contribuições iniciais acerca das reflexões sobre o modelo de desenvolvimento predominante no mundo até então.

O Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) é uma concepção mais recente. Favaretto (2006), Schneider (2010) e Ribeiro (2015), conceituam como algo relacionado ao processo produtivo, mas que além disso, contempla aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, político-institucionais, que objetivam a promoção do bem-estar da população rural. Na perspectiva social, prevê autonomia das comunidades, participação ativa da população rural. Além disso, uma nova maneira de consumir, um olhar diferenciado para o processo produtivo, novas formas produtivas e de organização social também fazem parte dessa concepção. Do ponto de vista ambiental, exige ações voltadas

ao benefício de todos os elementos do ecossistema, garantindo a produtividade e continuidade do sistema para futuras gerações. No sentido econômico, prevê o retorno financeiro e a distribuição equânime de renda. E na perspectiva político-institucional, pressupõe distribuição de terra e promoção de uma concorrência justa no mercado.

Veiga (1996), elenca a terra e a preservação dos recursos disponíveis, como condições básicas para promover o desenvolvimento rural sustentável. Sem a terra, não há produção de alimentos, entretanto, ela é um recurso limitado e que não pode ser reproduzido. Por isso, sua importância não pode ser menosprezada, observando apenas a produtividade e não os demais elementos que formam um ecossistema. Neste sentido, a contabilidade do custo ambiental¹⁵ no processo produtivo deveria ser elemento primordial.

Autores, como Sevilla Gúzman (2005), e outros defensores da vertente da Economia Ecológica criticam a corrente do DRS. Para esses autores, essa vertente reforça o processo de descampesinização e inserção dos agricultores no mercado, ideia presente na citação a seguir de Sevilla Gúzman (2005, p. 123).

O DRS haveria de apegar-se a tais requisitos, isto é, à aplicação do manejo industrial dos recursos naturais às áreas rurais que resistissem à sua aceitação com a introdução de atividades não agrárias que contribuíssem para o processo de privatização, mercantilização e cientificação dos recursos naturais, estabelecido pelo modelo produtivo urbano-industrial e ajustado economicamente pelo desenvolvimento rural, nas diferentes formas históricas até agora avaliadas. O processo de descampesinização, aqui demonstrado, se acha reforçado pelo DRS.

Os autores preditos defendem a linha do Ecodesenvolvimento, que com base em Souza (2000), é o modelo que confronta o desenvolvimento sustentável, propõe uma abordagem diferenciada, pautada no desenvolvimento local, bom senso ambiental, tecnologias adaptadas, fortalecendo internamente as localidades, sobretudo, através da participação comunitária neste processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva a questão ambiental é compreendida do ponto de vista socioambiental, incorporando o enfoque ecológico, social, econômico e cultural. Mas cabe ressaltar que não existe um pensamento homogêneo dentre os defensores da Economia Ecológica, tendo em vista a existência de

¹⁵ Na Economia Ecológica existe a defesa da contabilização do sistema econômico-ecológico, que prevê “a inclusão dos custos e benefícios oriundos da perda ou ganho de capital natural nas contas nacionais do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Nacional Bruto (PNB)” (SOUZA, 2000, p. 157). O PIB corresponde a soma dos bens e serviços finais, produzidos dentro do território brasileiro, seja por empresa nacional ou multinacional, em determinado país/estado/cidade e período. Já o PNB representa a soma de todos os bens e serviços produzidos por empresas que são de propriedade de residentes no país, assim compreende toda a produção realizada por empresas nacionais estejam elas em território nacional ou internacional.

autores radicalmente críticos e aqueles mais adeptos ao sistema de mercado e à Economia Ambiental. Também não existe uma homogeneização na utilização do termo Ecodesenvolvimento, pelos autores que apreciam as teorias da Economia Ecológica.

Exemplificando esta heterogeneidade de concepções, pode-se apontar que Casado, Molina e Guzmán (2000), compreendem Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da Agroecologia, na perspectiva de construção de um processo a partir da identidade local, construído de forma participativa, objetivando transformações socioeconômicas, ambientais, garantindo o bem-estar das populações rurais. Esta percepção relaciona-se com a economia ecológica, que compreende o sistema econômico como algo que está dentro de um sistema maior, no caso o sistema ecológico. Nesta perspectiva, o sistema ecológico é compreendido como algo complexo, ambiente composto de diversas relações e devido a sua complexidade exige abordagem interdisciplinar¹⁶ (SOUZA, 2000; MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Souza (2000, p. 153) acrescenta que a Agroecologia é a versão mais solidificada dos conceitos defendidos pela Economia Ecológica. A Agroecologia, exige um olhar não apenas para a agricultura e suas respectivas técnicas, mas sim para todo o processo produtivo, a partir de uma análise complexa de toda estrutura, observando os seus diferentes componentes como matéria, energia, além de atentar para o papel do ser humano, sociedade, autonomia dos cidadãos. Schmitt (2013) ressalta que a Agroecologia surge enquanto modelo de agricultura alternativa, através de uma trajetória de crítica e contestação aos impactos sociais e ambientais gerados pela modernização conservadora da agricultura.

A agroecologia se propõe a evitar a deterioração dos recursos naturais, portanto, necessita ir além do processo produtivo, introduzindo-se nos processos de circulação, modificando os mecanismos de exploração social (evitando assim a danificação causada à sociedade nas transações mediadas pelo valor de troca) (SEVILLA GÚZMAN, 2005). Casado, Molina e Guzmán (2000) percebem na Agroecologia, a maneira de se alcançar o Desenvolvimento Rural Sustentável e de enfrentar o atual modelo agrícola hegemônico, uma vez que as dimensões tratadas por ambos os temas são as mesmas. Com vistas a

¹⁶ Conforme Japiassu (1976, p. 31) a interdisciplinaridade é um fenômeno, uma “nova maneira de encarar a repartição epistemológica do saber em disciplinas e das relações entre elas, pois se trata de uma das mais significativas mudanças que afetam, em nossa cultura, as démarches da inteligência e as formas de seu discurso”.

facilitar a compreensão das dimensões da agroecologia, o Quadro 1 apresenta o detalhamento para cada uma das dimensões.

Quadro 1 - Dimensões da Agroecologia

Dimensão	Conceito
Cultural	Refere-se aos saberes, preservação do conhecimento tradicional dos agricultores que moram e trabalham no meio rural.
Econômica	Considera o fator econômico como elemento fundamental para permanência do agricultor no meio rural e para estimular as estratégias de desenvolvimento rural sustentável.
Política	Trata da participação e democracia acerca do desenvolvimento rural, processos produtivos.
Ética	Está relacionada ao compromisso com a preservação do meio ambiente e solidariedade.
Social	Pressupõe o atendimento de necessidades básicas do agricultor.
Ambiental	Refere-se a adoção de práticas que garantam a sustentabilidade do ecossistema, com isenção de insumos químicos.

Fonte: CAPORAL, COSTABEBER, (2009).

Conforme pode ser visualizado no Quadro 1, a agroecologia é multidimensional, uma vez que não pretende atender apenas a aspectos técnicos do processo produtivo, mas considera elementos culturais, econômicos, sociais, políticos, éticos, ambientais e devido a todos estes elementos ela é considerada complexa. A partir dessas dimensões previstas pela agroecologia, nota-se a similaridade de seu conceito com o que se almeja por meio do Desenvolvimento Rural Sustentável. Nessa perspectiva, Altieri (2004) compreende a agroecologia como ferramenta que atende aos objetivos previstos pelo Desenvolvimento Rural Sustentável, pois através de uma abordagem sistêmica pretende: reduzir a utilização de insumos externos e nocivos ao ecossistema; aumentar a diversidade no processo produtivo, tanto animal, quanto vegetal; prezar pela conservação das variedades locais; resgatar o conhecimento tradicional do agricultor; possibilitar o uso eficiente dos recursos disponíveis, etc.

Um dos atributos de sustentabilidade que a Agroecologia considera fundamental é o da igualdade social, diferindo talvez mais neste ponto do que em outras abordagens convencionais. O acesso aos recursos e a distribuição dos produtos da atividade agrícola são organizados por instituições que, como a propriedade ou o mercado, podem condicionar fortemente a sustentabilidade de um agro ecossistema. As regras e regulamentações que garantem uma renda suficiente para os agricultores são de responsabilidade do poder político, da mesma forma que uma distribuição desigual da propriedade também pode ser modificada pelo poder político por meio de ações governamentais, como a reforma agrária (MOLINA, 2013, p. 52, 53)

Gliessman (1998), aponta diversos elementos na defesa da agroecologia. O primeiro deles, está na progressiva redução de insumos externos, ou seja, o agricultor

reduz a dependência de forças econômicas externas e se torna menos vulnerável às oscilações dos preços dos insumos. A redução dos insumos químicos contribui com a saúde ecológica do agroecossistema. O segundo elemento, trata da valorização do conhecimento prático dos agricultores, conhecimento das condições locais, das plantas. Para esse autor, os princípios agroecológicos são melhor aplicados em pequena escala. Isso estimula a produção para o consumo regional em vez de exportação. Como esse trabalho requer alto grau de conhecimento, julgamento e habilidade técnica, pode proporcionar a muitas pessoas os meios de subsistência dignos e satisfatórios.

Para construir agroecossistemas com as características produtivas mencionadas anteriormente é imprescindível a redução de entradas de insumos comerciais no processo produtivo. Além disso, torna-se importante o planejamento da redução dos impactos ao meio e ambiente local, considerando a preservação da diversidade biológica e cultural. Outro elemento importante neste processo é a preservação do conhecimento e da cultura da população local, priorizando a produção para o consumo interno antes da comercialização (GLIESSMAN, 2005).

Existem diversos desafios na construção de agroecossistemas agroecológicos, que vão desde a desconstrução de algumas visões até elementos técnicos do processo produtivo convencional para agroecológico. Nesse sentido, há diferentes proposições teóricas e práticas sobre como seria a melhor forma de realizar esse processo. Machado e Machado Filho (2014) defendem a necessidade de uma ruptura dentro do sistema produtivo, propondo uma suspensão total do método convencional e com transição total para a agroecologia. Já Altieri (2004), Gliessman (2007) sugerem a transição parcial, envolvendo um processo planejado em etapas de transição. Costabeber e Moyano (2000, p. 2) conceituam o processo de transição para a agroecologia como o “resultado de estratégias mais ou menos conscientes dos diversos atores e grupos sociais, surgidas como consequência da confrontação de interesses distintos e contraditórios”.

Gliessman (2005), destaca níveis de transição dos processos produtivos: o primeiro, pressupõe o aumento da eficiência e eficácia das práticas convencionais, visando a redução de insumos externos caros, escassos e prejudiciais ao meio ambiente. Somado a isso, neste primeiro nível, há também a introdução de elementos para gerar mais eficiência nas práticas convencionais, tais como manejo de plantas espontâneas, redução no uso de insumos químicos, melhoramento de práticas de conservação do solo e de plantio. No nível 2, trocam-se as técnicas e insumos convencionais externos por métodos alternativos e insumos locais. Neste nível se aprimora a biodiversidade

funcional, por meio de adubação orgânica, controle de pragas e doenças com métodos orgânicos, tais como utilização de caldas e espécies de plantas produzem compostos secundários com atividade inseticida. No terceiro nível, são incorporados o novo conjunto de práticas e processos redesenhando o agroecossistema, nesta etapa ocorre para além das mudanças de manejo, o fortalecimento dos processos ecológicos, através da diversificação de culturas, integração dos componentes animal/ cultivos agrícolas e florestais.

Os níveis de transição agroecológica definidos por Gliessman, fornecem importante referencial de análise para técnicos e agricultores. Apesar disso, a prática do processo de transição é complexa e não acontece de forma estática (ZUGASTI *et al*, 2009; SANTOS, 2016). Por este motivo é difícil caracterizar na prática, o nível de transição para a agroecologia de uma unidade de produção, tendo em vista que o processo de transição ocorre de forma dinâmica e é composto de diferentes particularidades, conforme a realidade de cada unidade de produção.

Santos (2016), elaborou um quadro resumo do tempo mínimo de transição das produções vegetal e animal.

Quadro 2 - Tempo mínimo para a transição do agroecossistema de acordo com o tipo de atividade produtiva - 2014

TEMPO MÍNIMO	TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA
PRODUÇÃO VEGETAL	
12 meses	Manejo orgânico na produção vegetal de culturas anuais, para que a produção do ciclo subsequente seja considerada como orgânica
	Manejo orgânico ou pousio na produção vegetal de pastagens perenes
18 meses	Manejo orgânico na produção vegetal de culturas perenes, para que a colheita subsequente seja considerada como orgânica.
PRODUÇÃO ANIMAL	
$\frac{3}{4}$ do período de vida em sistema de manejo orgânico	Para aves de corte
75 dias	Para aves de postura
45 dias	Exceção para aves de postura do tipo codorna
6 meses	Para bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos leiteiros
$\frac{2}{3}$ do período de vida do animal em sistema de manejo orgânico (sendo esse período de no mínimo 12 meses)	Para bovinos e bubalinos e equídeos para corte
$\frac{3}{4}$ do período de vida do animal em sistema de manejo orgânico, sendo esse (período de no mínimo 6 meses)	Para ovinos, caprinos e suínos para corte
3 meses	Para coelhos de corte
$\frac{3}{4}$ do período de vida do animal em sistema de manejo orgânico	Para os demais animais

Fonte: Santos (2016, p. 98).

O tempo de transição pode variar e estará completo apenas quando as práticas de proteção do solo, manejo da fertilidade do solo, manejo da biodiversidade e respeito aos ciclos naturais forem aplicados. Durante as fases do processo de transição para a agroecologia é comum a incidência de alguns fatores, que podem até fazer com que o agricultor desista do processo. Santos (2016) evidencia alguns desses fatores em seu estudo, que podem dificultar o processo de transição para a agroecologia, como: problemas com fertilidade, disponibilidade de água, manejo de plantas espontâneas e insetos, manutenção da sanidade animal, ausência de recursos financeiros para viabilização e problema de dívidas no período anterior; além da pressão social e política para manutenção dentro do modelo hegemônico; problemas econômicos pela ruptura¹⁷; comercialização¹⁸.

Na atualidade não se pode compreender a agricultura apenas como um lugar de produção, mas sim como um sistema complexo. O equilíbrio entre as forças sociais e os interesses econômicos envolvidos não parecem apontar para a eliminação do uso dos agroquímicos, mas sim para uma redução progressiva à medida que soluções alternativas apareçam. Pensar em uma produção ecológica, exige reflexão e diversas mudanças delicadas, de cunho econômico, político, padrões de valores éticos, conceitos de bem-estar, objetivos de vida. Por isso efetivamente realizar a agroecologia é um desafio.

Por outro lado, é evidente que a agricultura modernizada não é a melhor opção de produção, uma vez que diversos estudos já evidenciaram as consequências negativas que esse modelo gera, sobretudo nas dimensões ambiental e social. Por isso é de importância ímpar o fortalecimento de sistemas alternativos, tais como a agroecologia. Nesse sentido, a economia ecológica defende que os recursos naturais são incomensuráveis, pois a sua importância não pode ser medida, tendo em vista que as pessoas têm conhecimentos limitados acerca do meio ambiente (SOUZA, 2000).

A partir da compreensão apresentada da agroecologia, entende-se que esta responde aos principais problemas gerados pela agricultura convencional como agressão das práticas agrícolas ao meio ambiente, perda da biodiversidade, alto grau de desperdício, uso de insumos químicos. A agroecologia possibilita a continuidade de

¹⁷ Projetos radicais de conversão tem maiores chances de problemas de inviabilização, seja por questões produtivas ou de financiamento (SANTOS, 2016). A autora identificou que os agricultores que adotaram gradualmente o processo de transição e construíram condições para realizar o processo total de transição apresentaram uma menor dependência produtiva.

¹⁸ Falta de um mercado para a comercialização dos produtos, falta de conhecimento da população sobre produtos agroecológicos (SANTOS, 2016).

existência dos agricultores familiares, por preservar ecossistemas, respeitar culturas alimentares, preservar a soberania e segurança alimentar nutricional. Entretanto, apesar da perspectiva convincente, luta contra todo um processo maior de “desenvolvimento”, ainda pautado no crescimento.

Os movimentos sociais do campo têm ação importante na luta em defesa da agroecologia, sendo protagonistas neste processo, bem como a ação do Estado também é fundamental para seu fortalecimento e consolidação. Entretanto, majoritariamente, o Estado brasileiro tem atuado no sentido de subsidiar o modelo hegemônico de desenvolvimento.

As políticas públicas para a agroecologia, não são prioridade na pauta do Estado, e em partes é por este fator que esta perspectiva de desenvolvimento não avança. Isso é evidenciado pela predominância de ações que favorecem o agronegócio. Exemplo recente disso, é o Projeto de Lei 6299/2002, popularmente conhecido como PL do veneno, que tem por objetivo atualização da Lei dos Agrotóxicos de 1989. Dentre as proposições estão a alteração no termo agrotóxico para “defensivo fitossanitário”, forma de amenizar os malefícios do agrotóxico e o aumento da permissão para uso de agrotóxicos (BRASIL, SENADO FEDERAL PL 6299/2002).

Outro exemplo, é o Projeto de Lei 4576/2016 que limita a venda de orgânicos e insere barreiras para a comercialização de agricultores familiares na venda direta, exigindo para isso um cadastro em órgão da Administração Pública Federal (BRASIL, SENADO FEDERAL, PL 4576/2016). Nesse sentido, Görgen (2017), argumenta que é preciso enfrentamento, luta nas ruas e nas roças, através de ocupações de terra, manifestações públicas, pressão política, produção diversificada, produção agroecológica, menor dependência possível do mercado do agronegócio. É a partir desse enfrentamento, na opinião do autor, que a agricultura familiar se torna visível, e políticas públicas mais adequadas passam a ser elaboradas.

Dal Soglio e Kubo (2009) enfatizam que este enfrentamento se dá com aqueles que lucram com a manutenção do modelo proveniente da Revolução Verde. Souza (2000, p.160) defende uma “abordagem das políticas públicas (ambientais) como devendo ser participativas, politicamente determinadas, socialmente justas, culturalmente adequadas, ecologicamente prudentes e economicamente viáveis”. O que se pode afirmar é que as políticas públicas que subsidiaram o modelo hegemônico de desenvolvimento rural não apresentaram tais características, uma vez que ampliaram as desigualdades sociais, os

problemas ambientais e não deram conta de resolver o problema da fome, conforme anteriormente mencionado.

Na história brasileira, as políticas públicas favoreceram o latifúndio em detrimento dos agricultores familiares. E para compreender a forma como as políticas públicas foram conduzidas para a agricultura familiar, se faz importante elucidar os conceitos acerca do tema. Nesta direção, a próxima seção aborda elementos que evidenciam a importância da agricultura familiar enquanto espaço de reprodução social. Além de apresentar definições para a agricultura familiar também aborda a agricultura camponesa, assim como a condução de políticas públicas para esta categoria social.

2.2 ABORDAGEM CONCEITUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

No dicionário, agricultura é compreendida por um conjunto de técnicas que tem por objetivo a preparação do solo para a produção de vegetais e a criação de animais úteis e necessários ao homem (MICHAELIS, 2018). Ao longo da história este conceito foi sendo transformado, e ao longo do século XX, a agricultura passou a ser compreendida como um espaço para além das meras atividades produtivas. “Entre os setores econômicos, a agricultura é, sem dúvida, o que tem seu processo produtivo mais intimamente ligado ao meio ambiente, o qual lhe impõe, restrições ecológicas” (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 68).

Mazoyer e Roudart (2010) explicam que a história da agricultura é recente, surgiu há menos de 10 mil anos, no período neolítico¹⁹. Inicialmente, os sistemas produtivos na agricultura, eram desenvolvidos nas proximidades das moradias e rios, visando aproveitar terras já fertilizadas e que não necessitassem de desmatamento. Os sistemas produtivos que se expandiram pelo mundo, oriundos desse período, foram principalmente os sistemas pastoris²⁰ e de cultivo de derrubada-queimada²¹. No início, a maior parte das regiões possuía florestas nativas, mas com o crescimento populacional ampliaram-se os

¹⁹ 5.000 a 3.000 a. C.

²⁰ Os sistemas de criação por pastoreio são formados por rebanhos de espécies diferentes (bovinos, ovinos, suínos), utilizando de alternância racional da aração e do pastoreio dos alqueives auxiliava na luta das ervas adventícias. Esse sistema, se expandiu nas regiões que detinham vegetação herbácea e permanecem até os dias de hoje nas estepes, savanas de diversas regiões, na Eurásia Setentrional, na Ásia Central, no Oriente Médio, no Saara, no Sahel, nos Andes, entre outras (MAZOYER; ROUDART, 2010).

²¹ Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada, corresponde na derrubada de florestas e posterior queimada, para depois ser realizada a semeadura/plantio. Este modelo perdurou durante séculos, e em alguns locais como África, Ásia e América Latina, ainda se fazem presente (MAZOYER, ROUDART, 2010).

desmatamentos e em alguns casos, até mesmo à arenização²². Com o passar dos anos, novas práticas, adaptações diferenciadas, foram incluídas na agricultura, conforme as regiões e clima predominante. Paralelo a isso, também foram aperfeiçoados as ferramentas e os equipamentos. Esse aprimoramento das práticas produtivas resultou no crescimento do número de colheitas e no aumento da produtividade a cada ano.

A etapa mais recente da série evolutiva dos sistemas agrários, denominada de segunda revolução agrícola (Revolução Verde), concebeu os sistemas mecanizados, fertilizados com auxílio de insumos químicos (MAZOYER; ROUDART, 2010). A partir desse período, a agricultura passou a ser entendida, predominantemente, como atividade econômica, com objetivo de obtenção de lucro e a sua maximização, sendo que desta concepção deriva o termo agronegócio (DAL SOGLIO, KUBO, 2009). Görgen (2017, p. 11) faz uma crítica ao sistema predito, afirmando que “na prática, é pouco agro e muito negócio, pois o grande lucro do processo não fica com quem produz, e sim com o capital financeiro”, ou seja, com as grandes corporações. Assim, o surgimento do termo agronegócio é concomitante com o advento da Revolução Verde.

A utilização do termo agronegócio gera controvérsias. Há autores que rejeitam que a agricultura familiar e o campesinato façam parte do agronegócio. Por outro lado, há também aqueles que consideram o agronegócio o termo que abarca todas as atividades desenvolvidas na agropecuária.

A concepção de agricultura enquanto negócio, pode adotar tanto o sistema convencional de produção, quanto o sistema ecológico²³. O sistema convencional se baseia na utilização de adubos químicos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, uso intensivo de tecnologia, produção em larga escala com o objetivo de comercialização e obtenção de resultados econômicos satisfatórios (KHATOUNIAN, 2001; COSTA, 2010). Esse sistema é proveniente da modernização da agricultura. O modelo de agricultura convencional, possui como característica sistemas com baixa diversidade de espécies cultivadas e com a utilização de altos níveis de insumos agroquímicos para manter altos níveis de produtividade. Os cultivos e criações são desenvolvidos com base em modelos simples que objetivam manter a produtividade (GLIESSMAN, 2005).

²²Arenização ou também formação de bancos de areias é um processo que ocorre no solo arenoso, caracterizado pela retirada de cobertura vegetal, ocorre predominantemente em regiões de clima subtropical úmido com chuvas constantes (SUERTEGARAY, 2019).

²³ Khatounian (2001) utiliza este termo de forma indistinta considerando todas as escolas que compreendem uma agricultura com práticas opostas a convencional.

O sistema ecológico, na perspectiva de negócio, surge pela forte demanda por produtos saudáveis que utilizam práticas que geram produtos de maior qualidade. De acordo com Khatounian (2001), essa demanda fez com que grandes empresas enxergassem um nicho de mercado²⁴. No contexto do sistema ecológico, a premissa básica é a utilização de práticas alternativas para uma agricultura menos dependente de insumos químicos, tal como agricultura orgânica. Nesse processo, há um comprometimento com os recursos naturais, com a saúde do solo, procurando atender necessidades econômicas (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Neste ínterim, cabe destacar que a agricultura orgânica difere da agricultura agroecológica (ainda que as duas façam parte do sistema ecológico) pois a segunda concepção compreende as perspectivas social (através da valorização do conhecimento tradicional, valorização da cultura), ambiental (por meio da redução de insumos externos), e econômica (através da redução da dependência de insumos externos, logo o agricultor está menos às oscilações dos preços dos insumos). Agricultores que migram para a agricultura agroecológica, passam pela “transição agroecológica” compreendida como a transição para formas sustentáveis de agricultura. Sistema que exige a adoção e incorporação de princípios ecológicos no manejo dos agroecossistemas, “mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre distintos atores” (SCHMITT, 2013, p. 173 e 174).

Assis e Romeiro (2002, p. 74), explicam que a agricultura orgânica, difere da agroecológica “quando se apresenta como uma prática agrícola voltada para o mercado de uma forma abrangente, em que o agricultor e consumidor deixam de ter um contato próximo”. Gliessman (1998) acrescenta que, os princípios agroecológicos são melhor aplicados em pequena escala, ou seja, com agricultores familiares. E por isso a agroecologia só é possível para esta categoria, pois pressupõe uma mudança social e não apenas econômica e ambiental.

Os autores utilizados para esse embasamento, consideram a agroecologia como um enfrentamento ao modelo predominante na agricultura, ou seja, o agronegócio. A agroecologia vai além de práticas voltadas ao manejo agrícola, pois, se constitui em um elemento político de grupos sociais camponeses que através da ação social coletiva, constrói modelos de agricultura sustentável, como sendo alternativas de resistência ao

²⁴ O crescimento desse mercado é estimado, extraoficialmente, em 30% ao ano (ABAG, 2019).

agronegócio, políticas neoliberais e avanço do capital (GUZMÁN, 2013). Já a agricultura orgânica, é um modelo de agricultura, que se constitui na adoção de práticas agrícolas sem o uso de insumos químicos, portanto, não é necessariamente um enfrentamento ao modelo hegemônico de agricultura, e sim se constitui um nicho de mercado, podendo estar inserida no que se caracteriza agronegócio.

O conceito de agricultura familiar, de modo similar aos demais apresentados até aqui, é marcado pela complexidade. Entende-se importante um debate em torno da complexidade envolvida, pois ela interfere na maneira com que as políticas públicas estão sendo conduzidas para esta categoria social marcadamente diversa.

No contexto brasileiro, os pequenos agricultores (aqueles com pouca área, cuja renda é oriunda da propriedade e que tem na família a mão de obra empregada) receberam diferentes denominações que devem ser compreendidas a partir de suas particularidades. Wanderley (1996), Wanderley (2003) e Azevedo, (2017) explicam que as diferentes denominações acerca desses agricultores surgiram a partir de transformações históricas, alterações nas relações de trabalho, reestruturações produtivas, disponibilidade de recursos naturais, capital humano, capital social, acesso a mercados, capacidade de geração de renda e riqueza.

Sabourin (2009) compreende que grande parte destes agricultores, se reconhecem no modelo de exploração camponesa. O campesinato é caracterizado historicamente como cultura, cujas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais entrelaçam-se, e quaisquer mudanças inseridas nestas dimensões, afetam o conjunto da categoria social.

Ploeg (2006) caracteriza duas composições sociais a partir da agricultura familiar as quais titula de “forma camponesa” e “forma empresarial”. A diferença entre estas composições perpassa pelas relações de propriedade, processo produtivo, distribuição, apropriação de valor, ou seja, a dissimilaridade acontece nas interrelações da agricultura com o mercado e com o processo produtivo.

Para Ploeg (2006) a “forma empresarial” de agricultura possui elevada mercantilização, intensa utilização de insumos externos na agricultura e pressupõe uma “produção simples de mercadorias²⁵”. O processo de modernização da agricultura

²⁵ A ideia de produção simples de mercadorias exige a constituição de um mercado competitivo que se encarrega de imprimir aos produtos um selo social (seus preços) pelos quais são reconhecidos como partes alíquotas da divisão do trabalho. O funcionamento desse mercado supõe laços impessoais entre os agentes econômicos (condição fundamental para que o trabalho social se distribua de maneira não planejada entre os diferentes ramos da produção) e um nível de agilidade e integração entre os diferentes mercados que justamente não se encontram no ambiente característico das sociedades camponesas, fortemente marcado

iniciado nas décadas de 1960 e 1970 permitiu a materialização do modo de produção empresarial. Enquanto a “forma camponesa” simboliza uma “pequena produção de mercadorias²⁶”.

A forma camponesa possui reduzido grau de mercantilização. Dentre as principais características estão: a obtenção do maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos sem que ocorra sua degradação; a base de recursos no que tange ao trabalho será abundante, já em relação aos objetos de trabalho (terra, animais) serão escassos. Assim, o modo de produção camponês é basicamente norteado para criação de valor agregado e de empregos produtivos. Frente ao cenário da Revolução Verde, os pequenos agricultores ficaram vulneráveis e uma reduzida parcela conseguiu se estruturar de forma empresarial (PLOEG, 2006). Cabe ressaltar que a perspectiva do autor está voltada para o camponês e não para o agronegócio.

São estas características do camponês que revelam sua resistência, conforme complementa Ploeg (2006, p. 20),

O camponês é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva.

Das distinções tratadas até aqui sob a perspectiva de Ploeg (2006), o Quadro 3, dispõe de um resumo das diferenças básicas entre as duas categorias dentro do conceito de agricultura familiar.

por vínculos pessoais, hierárquicos e pela fusão das operações mercantis com esferas não estritamente econômicas da vida (ABRAMOVAY, 2007, p. 113).

²⁶ O resultado da produção não tem como objetivo principal a comercialização. O resultado da produção é (ao menos em parte) comercializado e, conseqüentemente, visto como um conjunto de mercadorias. Neste modelo de produção agrícola a força de trabalho é elemento imprescindível, assim como outros recursos cruciais (terra, água, sementes, animais, conhecimento, redes de trabalho) (PLOEG, 2006)

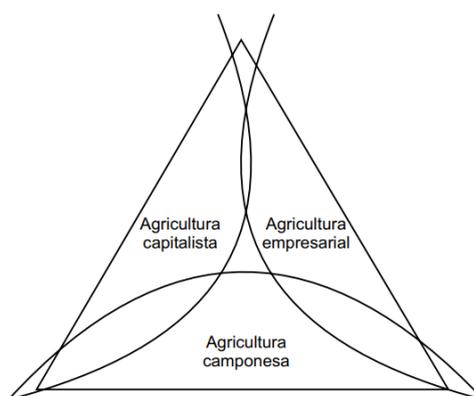
Quadro 3 - Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial, na perspectiva de Ploeg

Modo Camponês	Modo Empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; coprodução e co-evolução são centrais	Desconexão em relação à natureza; “artificialização”
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciação em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilização)	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilização
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificação contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho	Aumento de escala é a trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade é obtida através de tecnologias compradas
Riqueza social crescente	Contenção e redistribuição da riqueza social

Fonte: PLOEG, 2006, p. 30.

O autor supracitado também trata da agricultura capitalista que contém uma mercantilização integral já que a força de trabalho e os demais recursos adentram no processo como mercadorias e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria. A Ilustração 1, evidencia conexões complexas entre as diferentes formas de agricultura elencadas por Ploeg e que evidenciam aspectos nos quais os três modos de produção se confundem.

Ilustração 1 - Pirâmide dos modos de produção capitalista, empresarial e camponês



Fonte: PLOEG, 2006, p. 17

A partir da Ilustração 1, é possível observar que em cada área de interação existirão sobreposições consideráveis e demasiadamente complexas, da mesma maneira que aparecem movimentos contraditórios, mas combinados, de uma parte à outra da

constelação. A agricultura familiar possui características que a tornam camponesa e capitalista, assim como a camponesa pode em certas situações se confundir com o modo familiar e capitalista (PLOEG, 2006). Portanto, não existe na essência a totalidade de uma agricultura camponesa ou empresarial, o que há é um entrelaçamento entre as categorias, em níveis e percentuais diferenciados conforme a relação e dependência em relação ao mercado.

Nesse sentido, Görgen (2017) ressalta que não existe agricultura camponesa em seu estado puro. Esta categoria sofre constantes pressões, acentuadas pelo mercado capitalista. Sua existência depende de luta imutável, contra a produção de monoculturas e pacotes tecnológicos. A agricultura camponesa é composta por relações específicas da agricultura com a natureza, conforme destaca Görgen (2017, p. 25 e 26):

É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não é capitalista. Mas esta forma de agricultura não se define somente pela forma como é trabalhada. A família camponesa vive e sobrevive com pouca terra. Esta agricultura sempre se fez, ao longo da história, em pequenas áreas de terra. Nisto se distingue da agricultura latifundiária, feita em grandes áreas e com trabalho alheio. A agricultura camponesa prima pela diversificação na produção. Não é monocultura. Combina produção animal com produção vegetal e faz agricultura e criação de animais o ano todo.

Assim, por entender que não existe uma agricultura camponesa em estado puro, este estudo considerará todas as categorias de pequenos agricultores, através da denominação agricultor familiar.

No Brasil, as discussões a respeito da agricultura familiar ganham expressividade teórica em especial nas décadas de 1980 e 1990. A conceituação acerca da agricultura familiar, no meio acadêmico, tem seu curso marcado por distintas visões paradigmáticas (CUNHA, 2015). Nesse sentido, Wanderley (2003) explica a complexidade e dificuldade na perspectiva teórica, acerca da conceituação da agricultura familiar, fato acentuado com a instituição do Pronaf. A autora explica que alguns confundem o conceito operacional de beneficiário definido no Pronaf com o conceito de agricultor familiar. Outros, consideram a categoria de agricultores familiares como uma camada de agricultores que se adaptam às modernas exigências do mercado, enquanto os demais seriam “pequenos agricultores”. Quanto maior a adaptação do agricultor frente às exigências do mercado, maior a sua relação com o modelo capitalista e empresarial.

Uma das principais diferenças entre os dois paradigmas é a interpretação do que é agronegócio, campesinato ou agricultura familiar. Para as organizações agroindustriais

e para o Ministério da Agricultura, o agronegócio é uma totalidade composta de produtores agrícolas, pecuários, industriais, comerciais, financeiros e tecnológicos, o que inclui todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, agronegócios e *agronegocinho*²⁷. Para a Via Campesina²⁸, o agronegócio representa as corporações capitalistas que compõem um conjunto de sistemas para a produção de mercadorias através da monocultura em grande escala, principalmente quando destinadas à exportação; enquanto os agricultores camponeses e familiares, se organizam em sistemas com base na diversidade, em pequena escala e para o mercado local (FERNANDES, 2012).

Na concepção de Abramovay (1998), a agricultura familiar é compreendida como aquela em que a família detém os meios de produção e é responsável pelo trabalho. O autor pondera três pressupostos básicos para seu significado: gestão, propriedade e trabalho familiar. E é da relação destes três elementos por indivíduos que possuem entre si laços de sangue ou de casamento, que se caracteriza a agricultura familiar. A totalidade que compreende a categoria agricultura familiar, é composta de grupos diferenciados, com interesses e estratégias próprias de sobrevivência e de produção. Conforme define Lamarche (1993, p. 14) “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade”. Toda esta diversidade exige tratamento diferenciado e compatível com suas diferenças.

A agricultura familiar, historicamente, tem papel ímpar na produção de alimentos diversificados, que respeitam os hábitos alimentares regionais, agroecológicos, alimentos mais saudáveis para as pessoas e meio ambiente. Por isso, “reclamam e exigem do Estado um tratamento especial, uma política diferenciada, específica, condizente com a especificidade de suas características” (BRUM, 1988, p. 36), pois a atenção do Estado contribui na redução da vulnerabilidade não apenas da agricultura familiar, mas dos consumidores de modo geral. Wanderley (2003) considera que o agricultor familiar é um ator social e ele resulta da atuação do estado.

A fim de compreender como as políticas são elaboradas e propostas para a agricultura familiar, é importante apresentar o conceito considerado pelo Estado. O conceito legal brasileiro de agricultura familiar, parte de uma perspectiva “operacional”,

²⁷ Esta terminologia refere-se a um padrão tecnológico semelhante ao do agronegócio, mas com menor escala de produção (FERNANDES, 2012).

²⁸ Via Campesina é uma organização internacional de camponeses formada por movimentos sociais e organizações de diversas regiões mundiais e tem por objetivo a articulação e mobilização dos povos do campo em nível internacional.

que caracteriza o setor de forma generalizada, evidenciada no Art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Apesar da Lei 11.326 ter entrado em vigor em 2006, este conceito de agricultura familiar é predominante desde a década de 1990, pois já estava presente na definição das primeiras políticas públicas para a agricultura familiar, como é o caso do Pronaf. A definição supracitada é vastamente criticada no meio acadêmico, tendo em vista que não considera a heterogeneidade da categoria no Brasil. Assim, o conceito acaba por ser inconsistente, com caráter descritivo e convencional, e com ideologia tendenciosa (GÖRGEN, 2017).

Os desmembramentos acerca dos conceitos da agricultura familiar se dão pois é uma categoria numerosa, com características diferentes. No Brasil, dados do censo agropecuário de 2006 revelaram que o espaço rural da agricultura familiar, envolve 12,3 milhões de pessoas em 4,3 milhões de estabelecimentos²⁹. Em 2006, foi a primeira vez que o censo agropecuário distinguiu as informações para a agricultura familiar e a não familiar. O Mapa 2, apresenta a distribuição destes estabelecimentos. A área ocupada pela agricultura familiar, conforme o IBGE (2006) representa 24,32% do total, em relação a agricultura não familiar. A categoria merece destaque devido a sua pluralidade, capacidade produtiva, diversidade cultural, geração de emprego e renda a milhares de famílias.

²⁹ Para chegar a estes números o IBGE utilizou os critérios do Art. 3º da Lei nº 11.326.

Mapa 2- Estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar, no Brasil em 2006



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006). WLADIMIR, 2012.

Conforme dados do Mapa 2, todo o território brasileiro é recoberto por estabelecimentos da agricultura familiar. A região com mais estabelecimentos da agricultura familiar é a Nordeste (2.187.295), seguida pela região Sul (849.997), Sudeste (699.978), Norte (413.101), e por fim Centro-Oeste (217.531) (IBGE, 2006). Estes dados reforçam a importância e a necessidade de políticas públicas que contribuam no desenvolvimento e fortalecimento da categoria.

As políticas públicas são ações e programas realizados pelo Estado, com o objetivo de atender as demandas de setores menos favorecidos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, a fim de garantir justiça e equidade social (SOUZA, 2006; TONNEAU; SABOURIN, 2007). SACHS (2008), explica que à medida que existem injustiças, desigualdades sociais, morais, é de importância ímpar a promoção de políticas públicas que possam equalizar as diferenças e contribuam através de ações para com os menos favorecidos.

É recente a inserção de políticas públicas para a agricultura familiar, apesar da representatividade da categoria a nível nacional. Historicamente a postura do Estado favoreceu o latifúndio. Devido a isso, Görden (2017) explica que a agricultura familiar vem lutando contra um processo de invisibilidade. Delgado (2012) aponta que através do

controle do capital financeiro somado às articulações com os principais agentes do mercado, como bancos, indústrias, jornais, rádios, televisões, técnicos de campo, formou-se o pacto que “viabilizou” o agronegócio. Ou seja, toda esta articulação extremamente forte e complexa, afetou e afeta diretamente a agricultura familiar.

A década de 1990 marca o início das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. As primeiras políticas foram conduzidas pelos interesses urbano-industriais, contribuindo para a dependência dos agricultores aos insumos externos. Nesse período, constituiu-se o que Görgen (2017) denomina de Sistema Legal do Agronegócio, o qual objetivou garantir aparato jurídico e econômico aos investidores e permitiu que empresas transnacionais do agronegócio dominassem uma parcela significativa do mercado agrícola brasileiro. “Nessa lógica, a agricultura familiar ou se modernizaria ou desapareceria” (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 8). Andrioli (2013) destaca que os agricultores foram sendo introduzidos no sistema moldados pelo interesse urbano-industrial, ao ponto em que a preocupação com a reprodução social foi sendo substituída pelas preocupações sob a lógica do capital. No que tange às políticas públicas de crédito rural, para a agricultura familiar, constata-se que estas foram instrumentos para garantir o modelo de industrialização implementado.

O próximo capítulo trata de elementos considerados no processo de construção das políticas públicas. Essa compreensão é importante para elucidar a condução das políticas para a agricultura familiar e para a agroecologia, assim como a concepção da política de crédito rural no Brasil. O capítulo também contempla elementos relacionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

3 POLÍTICA PÚBLICA: CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

O presente capítulo está composto de elementos conceituais acerca das políticas públicas, suas características, principais teóricos precursores, além de argumentações sobre o seu processo de formulação, implementação e avaliação.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A construção do conhecimento acadêmico sobre políticas públicas tem sua origem nos Estados Unidos. As bases que pautaram os estudos iniciais, pressupõem que em democracias invariáveis a ação dos governos é suscetível de ser (i) formulada cientificamente e (ii) analisada por pesquisadores. O percurso desta área do conhecimento, nasce como subárea da ciência política. No âmbito governamental, a política pública como instrumento decisório é fruto da Guerra Fria e do reconhecimento da tecnocracia como maneira de encarar suas consequências (ARRETCHE, 2003; SOUZA, 2006).

A área das políticas públicas contou com quatro grandes precursores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindlom e D. Easton. O primeiro deles, H. Laswell, em 1930, contribuiu com estudos que harmonizaram o conhecimento científico com a produção dos governos, possibilitando que cientistas sociais, grupos de interesse e governo dialogassem acerca das políticas públicas. Simon, em 1957, discorreu sobre a racionalidade limitada dos gestores públicos, uma vez que estes não possuem informações completas, tempo adequado ou até mesmo interesse em tomar decisões acerca das políticas públicas. Lindblom, (1959-1979), incluiu outras variáveis acerca da formulação e análise das políticas públicas, como relações de poder e etapas do processo de decisão. Easton, em 1965, auferiu contribuições ao conceituar a política pública como um sistema, correlacionando sua formulação com resultados e o ambiente. Para ele as políticas públicas são reflexos dos partidos e dos grupos de interesse (SOUZA, 2006).

Em relação a essência conceitual das políticas públicas enquanto problema público, Secchi (2013, p. 5) destaca que “[...] são os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo pública”. Souza (2006) conceitua esse campo do conhecimento como a tradução dos propósitos dos governos democráticos em ações que produzirão resultados ou alterações no mundo real. Secchi (2013), acrescenta

que as políticas públicas são elaboradas para o enfrentamento de um problema público compreendido como coletivamente relevante. Suscintamente, as políticas públicas nascem para auxiliar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos.

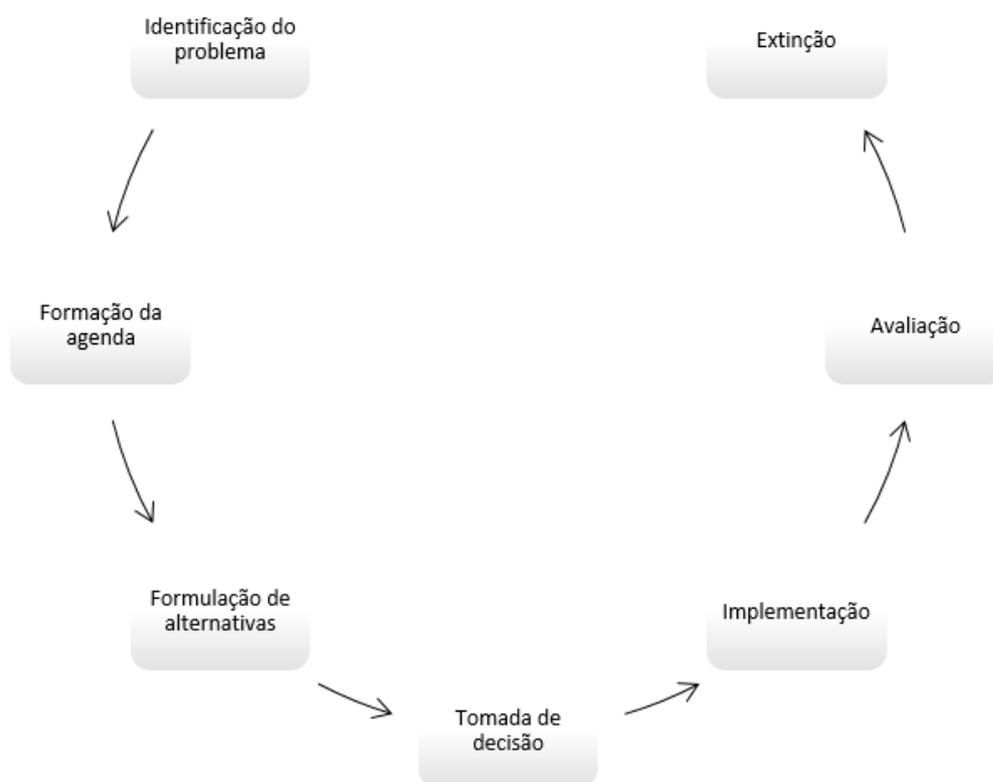
Secchi (2013) afirma que existem duas abordagens acerca da compreensão dos atores responsáveis pelo monopólio das políticas públicas. Uma delas trata-se da abordagem estatista que compreende as políticas públicas como fator de responsabilidade dos atores estatais. Essa concepção é proveniente da autoridade do estado em criar leis e fazer com que o corpo social cumpra esses regramentos. Além disso, o Estado é responsável pelo controle de grande parte dos recursos nacionais, intervindo na sociedade de forma temporal e espacial. Na abordagem estatista, compreende-se que outros autores tenham influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas a liderança, estabelecimento e poder de decisão, é do Estado. Pela visão normativa das políticas públicas o Estado deve ter sua função reforçada, sobretudo no enfrentamento aos problemas distributivos, desigualdades informativas, entre outras fendas do mercado. Mas pela visão analítica, entende-se que o protagonismo na elaboração de políticas públicas, não é apenas do Estado (ARRETCHE, 2003; SECCHI, 2013).

A outra abordagem constitui-se na multicêntrica, que prevê a existência de outros atores sociais que são considerados protagonistas na criação de políticas públicas junto com o Estado, como por exemplo organizações privadas, organismos multilaterais, organizações não governamentais. Nessa concepção, o adjetivo “pública” é compreendido quando se enfrenta um determinado problema social público (SECCHI, 2013).

Antes de entrar na discussão do processo de construção das políticas públicas é importante fazer a elucidação e distinção das políticas de governo e de Estado. Nesse sentido, as políticas de governo caracterizam-se por ações em que o Executivo, em um processo simples, atua na formulação de ações para atender as necessidades inseridas na agenda política interna. Em geral, as políticas de governo duram apenas o mandato, sendo descontinuadas quando outro governo assume o poder. As políticas de Estado, são mais discutidas e passam pela análise de diferentes instâncias governamentais, por sua vez, envolvem mais processos burocráticos que a política de governo (ANDRADE OLIVEIRA, 2011). Essa distinção, permite compreender os motivos pelos quais muitas políticas públicas, ainda que eficazes, são descontinuadas por parte dos governos, quando não se tornaram políticas de estado.

A metodologia de construção de políticas públicas segue um esquema ilustrativo e interpretativo que sistematiza a existência de uma política pública em fases contínuas e interdependentes compreendidas na **formulação, implementação e avaliação** (OLLAIK; MEDEIROS, 2011; CAPELLA, 2006). Secchi (2013) desdobra as três fases supracitadas em sete etapas, as quais denomina ciclo de políticas públicas. Nessa perspectiva, a etapa da formulação compreende: a identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas e a tomada de decisão. Após, seguem as etapas de implementação e avaliação, e, por fim, a etapa de extinção das políticas públicas, que caracteriza o fechamento do ciclo. Para observação dessa metodologia, a Ilustração 2, apresenta as sete fases que compõem o processo de construção das políticas públicas.

Ilustração 2 - Ciclo de políticas públicas



Fonte: SECCHI (2013, p. 42).

Conforme pode ser observado na Ilustração 2, o ciclo das políticas públicas é composto por sete fases, que se iniciam pela *Identificação do Problema*. Essa etapa pressupõe a identificação de um problema público, ou seja, a divergência de uma situação atual versus sua situação ideal. Em seguida, apresenta-se a *Formação da Agenda*, que corresponde ao conjunto de problemas compreendidos como pertinentes. É comum nesse

processo que os problemas entrem e saiam da agenda, pois a insuficiência de recursos humanos, financeiros, tempo, a ausência de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer com que alguns problemas fiquem por pouco tempo na agenda pública (SOUZA; SECCHI, 2015; SECCHI, 2013).

A terceira etapa, corresponde a *Formulação de alternativas*, que pressupõe a construção de objetivos e o estudo de soluções para os problemas públicos. Nesse processo são identificados os custos e benefícios das alternativas disponíveis, e são construídos métodos, programas, procedimentos para atingir os objetivos propostos. A quarta etapa, trata-se da *Tomada de decisão*, nela estão envolvidos os esforços para decidir entre as opções satisfatórias para o problema público. O quinto passo, refere-se à *Implementação da política pública*, essa fase pressupõe que as intenções sejam transformadas em ações, ou seja, corresponde a execução das políticas públicas.

A penúltima etapa, corresponde a *Avaliação da política pública*, fase em que é avaliado o desempenho da política pública, momento importante para construção de *feedback* sobre as fases anteriores. E o último processo, *Extinção*, corresponde a descontinuidade da política pública, fato que pode ocorrer por diversos motivos, seja por troca de governo, desinteresse, resultados insatisfatórios, resolução do problema público (SOUZA; SECCHI, 2015; SECCHI, 2013).

Na prática o ciclo de políticas públicas nem sempre reflete essa dinâmica, podendo a sequência das etapas se alternarem. Em geral, os processos se desenvolvem misturados, apesar disso, o ciclo de políticas públicas contribui na organização das ideias, simplificando a complexidade, e auxiliando políticos, estudiosos a criarem um referencial comparativo para casos diversificados (CAPELLA, 2006; SECCHI, 2013). Além disso, Ollaik e Medeiros (2011), assim como Secchi (2013), destacam que é comum que as políticas públicas não se concretizam conforme o planejado. Esse fato pode ter origem em diversos fatores, como a complexidade de medir o tempo e os recursos necessários, a falta de habilidade administrativo-organizacional, a presença de interesses antagônicos entre aqueles que interferem na implementação da política pública, a falta de comunicação.

No processo decisório acerca das políticas públicas, existe o modelo triângulo de ferro. O modelo em questão, foi muito propagado na década de 1960, nos Estados Unidos. O delineamento do diagrama do triângulo de ferro prevê a relação entre três grupos de atores: congresso, burocracia e grupo de interesse. A conexão entre estes três atores é

considerada crucial na definição de políticas públicas federais americanas (SECCHI, 2008; SECCHI, 2013).

Ilustração 3 - Diagrama do triângulo de ferro



Fonte: SECCHI, 2013, p. 123.

Na Ilustração 3, as setas significam a *troca de favores* entre os grupos de interesse, congresso e burocracia. Secchi (2013, p. 124) explica como acontece essa articulação.

Os grupos de interesse financiam as campanhas eleitorais dos políticos e, em troca, recebem uma legislação que os beneficiam. A relação de troca de favores entre políticos e burocratas acontece da seguinte forma: os políticos defendem configurações orçamentárias que garantam a sobrevivência ou a ampliação de algumas agências ou departamentos governamentais e, em troca, recebem dos burocratas a implementação de políticas públicas que atenda aos seus interesses. Completando o triângulo, os grupos de interesse fazem *lobby* com a administração pública na defesa do interesse de algumas agências e departamentos governamentais e, em troca, recebem dessas mesmas agências uma implementação mais amigável da regulamentação que toca os interesses daqueles grupos (por exemplo, controle seletivo de poluição, avaliação positiva de produtos fornecidos pelas empresas etc.).

O esquema do triângulo de ferro, pressupõe troca de favores de mútuo interesse. No Brasil, a prática do *lobby*³⁰ para intermediar interesses entre o universo público e privado é proibido. Apesar disso, Carazza (2018) enfatiza que é comum parlamentares receberem financiamentos para suas campanhas eleitorais e após eleitos, suas ações refletirão em benefícios e proteções aos financiadores. O autor cita um exemplo desta prática, quando nas eleições em 2010, o equivalente a 74% do volume total de recursos

³⁰ Lobby é uma prática utilizada por organizações, pessoas físicas, entre outros segmentos da sociedade para obter o alcance dos seus interesses junto ao governo, ação que nos Estados Unidos é autorizada. Quando empregado de maneira transparente o lobby pode ser uma importante ferramenta, que possibilita a garantia dos direitos civis e políticos dos grupos sociais.

destinados aos parlamentares ruralistas, correspondiam a financiamentos de Indústrias de Transformação, Construção e Comércio. Já em seus mandatos, as ações da bancada ruralista, foram estratégicas em defesa do agronegócio, tais como a aprovação do projeto de lei do veneno³¹, proposições de mudanças no licenciamento ambiental³², trabalho escravo³³. Essas ações são de interesse do grupo de empresas financiadoras dos parlamentares e tem semelhanças aos pressupostos do triângulo de ferro.

A troca de favores, é visualizada nas políticas públicas agrícolas no Brasil, se modelando predominantemente a partir da década de 60. O encaminhamento concedido às políticas públicas agrícolas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1960, simboliza uma procura por modificações na maneira de atuação do Estado, objetivando manter privilégios para as antigas oligarquias rurais, que habitualmente encontraram-se presentes no cerne do Estado, pela ocupação de cargos no quadro executivo e legislativo (LOCATEL; LIMA, 2016). As políticas públicas para a agricultura no Brasil, sucedidas a partir da década de 1960, estiveram voltadas a atender as premências da acumulação de capital supervisionada pelo setor urbano-industrial. Neste período, o objetivo era disponibilizar mão de obra das áreas rurais para atender a demanda do setor industrial, produzir alimentos baratos, adquirir bens e serviços (máquinas, equipamentos) gerados pela indústria (BITTENCOURT, 2003; LOCATEL; LIMA, 2016). Tais constatações evidenciam que historicamente as práticas de lobby estiveram presentes nas políticas públicas para agropecuária no Brasil.

Em 1965, é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)³⁴, e promove-se uma reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)³⁵. A criação do SNCR foi de importância ímpar para dar suporte às modificações previstas para a

³¹ O Projeto de Lei 6299/02, mencionado na seção 2.1 deste estudo.

³² Projeto de Lei 2942/2019, estabelece quais informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região. Traz deliberações que tornam o licenciamento ambiental uma exceção, em vez de regra.

³³ Projeto de Lei do Senado nº 432/2013, objetiva regulamentar a Emenda Constitucional nº 81, que pressupõe a expropriação de imóveis os quais forem constatadas a exploração de trabalho escravo, além do confisco de qualquer bem de valor econômico produzido por meio da exploração dessa força de trabalho. As maiores críticas acerca do referido projeto de lei é tentativa de exclusão das especificidades “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” do conceito de trabalho escravo, previsto no Código Penal. Desta forma, para qualificar infração penal de trabalho escravo, restaria trabalho forçado e servidão por dívidas, questões relacionadas à privação de liberdade física do trabalho (MPF, 2019).

³⁴ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) é responsável pela condução dos financiamentos, sob as normas da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional de acordo com a política de desenvolvimento agropecuário (BACEN, CIRC. 1.536, 2018).

³⁵ A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é uma política de preços mínimos, implementada pelo Governo Federal. Sua atuação é garantir e sustentar preços, reduzindo possíveis prejuízos que o agricultor venha a ter, devido à queda dos preços de mercado. A PGPM tem importância ímpar na política agrícola brasileira e interfere nas decisões do produtor sobre o plantio (COSTA, 2015)

agricultura. Nesse período, o crédito rural era aplicado em larga escala e sua liberação estava vinculada à disseminação dos pacotes tecnológicos (constituído de insumos químicos e industriais) sancionados pela EMBRAPA. O objetivo não era apenas oferecer aos agricultores crédito comum, mas um crédito distinto, dirigido à modernização da agricultura. Por meio do crédito supracitado, foi incentivado o uso de insumos modernos, atrelado à utilização de pacotes agrícolas para produção em grande escala, combinado com a utilização de insumos químicos (PORTO NETO, 1996; BITTENCOURT, 2003; BIANCHINI, 2010). Apesar de a política não excluir objetivamente nenhuma categoria de agricultores, a marginalidade ocorria pela forma com que os procedimentos operacionais eram empregados pelas instituições financeiras. Conseqüentemente, os pequenos agricultores não atendiam aos pré-requisitos, uma vez que as transações de maior valor, tinham preferência (BIANCHINI, 2010; GAZOLLA, SCHNEIDER, 2013).

Na década de 1960, a população rural predominava, representando 55% da população total, entretanto, ao longo dos anos essa população foi saindo do campo de forma drástica. Em 1970, representava 44% e em 1980, 32%. Esse deslocamento da população rural para o meio urbano favoreceu o fornecimento de mão de obra barata para as indústrias e foi uma das conseqüências da modernização da agricultura promovida pela Revolução Verde. Além desse deslocamento da população rural para o urbano, o apoio dado pelo Estado à agricultura, favoreceu predominantemente os setores latifundiários em oposição à agricultura familiar (BITTENCOURT, 2003).

Na década de 1970 e início dos anos 1980, os fundos eram abundantes para o crédito rural e eram provenientes principalmente do Tesouro Nacional (TN). O ápice desse decurso foi nos anos de 1979 e 1980, quando houve repasse de mais de R\$ 60 bilhões, beneficiando cerca de 1,5 milhões de agricultores. A partir de 1981, houve redução do repasse do crédito rural, motivado pela crise geral da economia brasileira, oriunda de mudanças na política internacional³⁶ e pela redução dos recursos via depósitos à vista (devido à alta inflação e das diversas possibilidades de aplicações financeiras a curto prazo). Nesse período, a inadimplência aumentou e conseqüentemente o crédito se

³⁶ A crise geral enfrentada pelo país neste período, foi marcada por baixas taxas de crescimento econômico, período intitulado como a década perdida. A crise se originou, em partes, pelo fato de o país não conseguir se adequar aos novos requisitos da economia mundial, devido a rápida inovação tecnológica e aumento das atribuições do setor financeiro (MATTOSO; POCHMANN, 1998). Bianchini (2010) acrescenta que neste período o financiamento remetido à agricultura é incluído nas regras comuns do Sistema Financeiro Nacional. Os recursos provenientes da Conta Movimento do Tesouro reduziam progressivamente e as exigências diminuam com as aplicações remuneradas dos depósitos à vista e o recurso externo se tornou escasso e caro. Desta forma, as novas fontes necessitavam inserir a correção monetária no crédito rural.

tornou ainda mais seletivo, atendendo apenas aos agricultores integrados no mercado e com produção composta de agroquímicos, e aos investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas. A crise aumentou o êxodo rural, apresentando taxas superiores a década de 1970. A população rural brasileira, no ano de 1991, passou a representar 24,4% da população total. A centralização de renda e de terras aumentou e sobre os agricultores familiares recaíram as principais consequências, quando muitos se deslocaram para as grandes cidades, ocupando favelas, e sendo explorados por sua força de trabalho (BITTENCOURT, 2003; BIANCHINI, 2010).

Em 1985, com o fim da ditadura militar é iniciado o processo de “redemocratização”, com a solicitação da Assembleia Nacional Constituinte, que objetivava construir uma nova Constituição para o País. Nesse ínterim, ocorre um rearranjo de forças políticas, se estabelecendo um novo pacto para enfrentamento às frentes populares que surgiam, sobretudo os movimentos sociais³⁷ e partidos de esquerda, que reivindicavam por reforma agrária. Nesse período, diversos segmentos sociais, se organizaram para obter maior poder político, e reivindicar espaço na Constituição. Algumas reivindicações foram atendidas e acrescentadas na redação constitucional, entretanto, prevaleceram as predileções do grupo hegemônico (ruralistas) (LOCATEL; LIMA, 2016).

Nesse período também surgem os debates para inclusão de políticas públicas para a agricultura familiar. Com base em Grisa (2010), cinco fóruns de produção de ideias podem ser destacados, em relação a sua influência na elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar. Estes fóruns e a sua caracterização estão apresentados no Quadro 3.

³⁷ Surgem assim dois movimentos antagônicos, um dos trabalhadores sem terras (MST), fundado em 1984, tendo como aliados representantes da Igreja Católica, adeptos da Teologia da Libertação, e o Partido dos Trabalhadores, criado em 1980. O outro movimento que surge é o dos grandes e médios proprietários de terras que criam, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR). Essas duas forças antagônicas conseguem marcar presença na Assembleia Constituinte (1985-1988) (LOCATEL; LIMA, 2016, p. 64).

Quadro 3 - Fórum de comunidades de políticas públicas

Fórum	Caracterização
Científico	Este fórum é composto predominantemente de estudiosos do meio rural, agroecologia e da segurança alimentar e nutricional. Estes pesquisadores, engendram análises e interpretações que sugestionam e subsidiam alterações ou a elaboração de novas políticas públicas para a agricultura familiar. Também fazem parte deste grupo as organizações internacionais que detêm considerável produção analítica e discursiva e que fazem regularmente solicitações a uma legitimação científica na proposição de orientações, ações e políticas públicas. O capital político e financeiro desses atores favorece a institucionalização de suas ideias.
Comunicação política/ Retórica Política	O fórum da comunicação política e retórica política reúne os grupos político-partidários que a cada mandato de quatro anos pleiteiam as eleições. A premissa deste grupo é a obtenção e a manutenção do poder político, deslocando-se pela formação de coalizões, desmerecimento dos adversários e contestações, objetivando convencer os eleitores. Neste fórum, a construção de ideias toma a forma de programas e discursos eleitorais
Agricultura familiar	O fórum da agricultura familiar é constituído pelas organizações sindicais e movimentos sociais rurais, como CONTAG, FETRAF, MPA, MST etc. que discutem a visão do que deve ser a agricultura familiar brasileira. Cada modelo de agricultura proposto é concernente com uma identidade própria e com interesses a serem defendidos.
Segurança alimentar e nutricional	Este fórum é formado por organizações não-governamentais, movimentos sociais, intelectuais e sociedade civil organizada que dialogam sobre o tema da segurança alimentar e nutricional. E, sobretudo a partir da década de 1990, vem instaurando ações contra a fome e a insegurança alimentar.
Agroecológico	O fórum agroecológico é composto de agricultores, organizações não-governamentais, organizações e movimentos sociais, pesquisadores que debatem o tema da agricultura alternativa/agroecológica, encaminhando e compilando experiências e contribuindo nos processos de elaboração e execução das políticas públicas.

Fonte: GRISA, 2010, [adaptado pela autora]

Estes fóruns resultam principalmente das propostas e negociações entre gestores públicos e os representantes da agricultura familiar. Os atores sociais que formam os fóruns, apresentados no Quadro 3, participam simultaneamente de mais de um grupo de discussão de ideias. Cada fórum de produção de ideias é ajustado por predileções e instituições distintas, isso faz com que, apesar de um ator participar de mais de um fórum simultaneamente, a expressão de suas ideias pode ser diferente dependendo do grupo de discussão em que se encontra (GRISA, 2010). Bianchini (2015), destaca a participação de diversas entidades na construção e gestão da política pública precursora para a agricultura familiar, o Pronaf.

A construção do PRONAF desde o seu início se deu de forma participativa, em um movimento de baixo para cima, envolvendo as organizações dos agricultores, mediante mobilizações (Grito da Terra, Marchas, Mutirões...) em constante diálogo com os gestores da política pública, responsáveis pelo PRONAF. Nos meses que antecedem o início do ano agrícola, cada organização representativa dos agricultores familiares, CONTAG, FETRAF e MPA-Via Campesina entre outras, prepara uma pauta de reivindicações, realiza marchas a Brasília, provoca intensas reuniões, entre governo e organizações sociais, contribuindo de forma participativa com a construção e gestão do PRONAF (BIANCHINI, 2015, p. 37).

Um importante movimento de pressão de agricultores familiares, se refere ao I GRITO DA TERRA BRASIL, que aconteceu em 1994, caracterizado como importante ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), na defesa de luta da população rural (FETASE, 2018) de modo a promover visibilidade para a categoria.

Em 1994 a FAO emite as Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável, documento que está fundado no fortalecimento da agricultura familiar. No mesmo ano, no governo de Itamar Franco, cria-se no Brasil o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), por meio da Resolução 2101 de 24 de agosto de 1994, fato que caracteriza um marco na implementação de políticas públicas para a agricultura familiar (CAZELLA; MATTEI, SCHNEIDER, 2004; SCHNEIDER, SILVA, MARQUES, 2004; SCHNEIDER, 2006).

O programa operava substancialmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entretanto, se mostrou limitado, pois praticamente não atingiu os agricultores familiares, uma vez que os pequenos agricultores eram enquadrados pelas normas do Manual de Crédito Rural e no período essa normativa levava-os a pleitear recursos que eram disputados com os grandes proprietários, que historicamente foram os que tiveram preferência nos recursos financeiros para a agricultura (MATTEI, 2006). O Provap foi o ponto de partida para a criação do Pronaf, pois já adotava critérios que posteriormente seriam utilizados no Pronaf, tais como: tamanho da área de até 4 módulos fiscais, 80% da renda bruta da propriedade deveria ser proveniente da agricultura e não possuir empregados permanentes.

Em 1995 é instituído, em substituição ao Provap, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Bianchini (2015) destaca que o período em questão é marcado por intensas mobilizações organizadas por agricultores familiares, juntamente com os sindicatos vinculados a Central Única dos Trabalhadores Rurais (CUT Rural) e outras organizações do meio rural. As mobilizações pleiteavam pressionar o Governo para criação de uma linha de crédito para estruturar a agricultura familiar. Desta

forma, a fim de reduzir tensões sociais, mais do que necessariamente reduzir os problemas da agricultura familiar e do meio rural cria-se o Pronaf (LOCATEL; LIMA, 2016).

A instituição do Pronaf, ainda que com algumas limitações, marca o início do reconhecimento pelo Estado da categoria de agricultores familiares. A próxima seção apresenta os principais elementos desta política pública, as principais evoluções e alterações desde a sua criação, até chegar ao objeto de estudo, aprofundando elementos do subprograma Pronaf Agroecologia.

3.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme já destacado na seção anterior, em 1995, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em substituição ao Programa de Valorização do Pequeno Agricultor (Provap)³⁸. O lançamento do Pronaf foi em 1996, por meio do Decreto nº 1.946, com vistas a atender o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. O programa foi constituído para amparar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias, gerando aumento da capacidade produtiva, melhoria na renda e geração de empregos através de crédito rural (BRASIL, 2000). A criação dessa política pública, representa o reconhecimento da categoria de agricultor familiar, que até então recebia denominações como pequenos produtores, produtores de baixa renda, agricultores de subsistência ou produtores familiares (SCHNEIDER, 2006).

De início, mesmo com a política pública instaurada, os agricultores encontraram problemas no acesso, pois as instituições financeiras priorizavam agricultores mais capitalizados, que detinham maior renda e maior área de terra. No ano de 1996, foram realizadas apenas operações de crédito de custeio, sendo que somente a partir de 1997, o Pronaf foi ampliado, possibilitando o acesso para áreas de investimento. Foi também neste período, que o Pronaf ganhou maior visibilidade e passou a operar de forma incorporada em todo território nacional (CAZELLA, MATTEI, SCHNEIDER, 2004).

Em 1999, durante o segundo mandato do Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), o Pronaf passou por reestruturações. Organizacionalmente, o programa foi desvinculado do Ministério da Agricultura, passando a ser ligado ao, recém criado,

³⁸Fruto da reivindicação dos agricultores familiares através do II GRITO DA TERRA BRASIL.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Na nova estruturação, a temática da agricultura familiar obteve maior visibilidade, tanto na esfera pública federal, quanto na sociedade civil (BIANCHINI, 2015; SCHNEIDER, 2006; CAZELLA, MATTEI, SCHNEIDER, 2004). A nova estrutura do Pronaf, amplia o apoio à pluriatividade no financiamento das atividades não agrícolas, tais como o turismo rural, o artesanato, além da instituição de uma linha destinada à produção orgânica (BIANCHINI, 2015; MDA, 2018).

No ano safra 2000/2001, se acentuam as mobilizações³⁹ dos agricultores familiares no país, reivindicando melhorias nas políticas públicas para a categoria. Dentre os principais resultados obtidos, destaca-se o aumento de 19,4% nos recursos disponibilizados. Nesse ano safra foram repassados R\$2,16 bilhões em 847.402 contratos. Na safra 2001/2002 é amplificado o apoio à assistência técnica e capacitação. Após 2003, no governo Lula, as políticas públicas para a agricultura familiar⁴⁰ foram fortalecidas com o programa Brasil Fome Zero⁴¹ (BIANCHINI, 2015; MDA, 2018). Dentre as diretrizes dos programas supracitados, destaca-se a criação de linhas/subprogramas diferenciados no crédito rural para a agricultura familiar como o Pronaf Mulher, Pronaf Floresta, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido e Pronaf Agroecologia. Para essas linhas foram estabelecidos critérios particularizados, como juro, periodicidade, carência, ajustados a capacidade de pagamento e as particularidades dos agricultores familiares (SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2011; BIANCHINI, 2015). Já em relação às evoluções do Pronaf a partir de 2003, destaca-se que

Entre 2003 e 2006, durante o primeiro governo do Presidente Lula, com forte presença das organizações dos agricultores familiares nas negociações e execução dos Planos Safra, o PRONAF cresceu novamente, agregando-se mais de 900.000 famílias ao sistema de crédito (1.8 milhões de famílias atendidas), e os recursos para a agricultura familiar nesse período aumentaram de R\$4,5 bilhões na safra 2002/03 para R\$7,5 bilhões em 2005/06 e R\$10 bilhões em 2006/07. O crescimento do crédito para agricultura familiar foi de 122% em relação ao anunciado e de 208,7% em relação ao disponibilizado. O percentual de aplicação aumenta de 51% na safra 2002-03 para 71% na safra 2006-07 (BIANCHINI, 2015, p. 55).

³⁹ A luta no período é fortalecida, por meio do apoio de diversas organizações de agricultores familiares fazendo parte delas, a CONTAG, FETRAF SUL, MPA e MST (BIANCHINI, 2015).

⁴⁰ Além das reestruturações no Pronaf, novos instrumentos foram criados a partir de 2003 como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BIANCHINI, 2015, p. 5).

⁴¹ Programa criado em 2003, visando estratégias de combate à fome, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa impôs-se uma ampla estratégia de formulação, mobilização e de integração de ações no âmbito da produção, abastecimento e acesso aos alimentos, A estratégia dialogou com o setor privado através do circuito do acesso, da produção e da comercialização dos alimentos (SILVA, DEL GROSSI, FRANÇA, 2010).

Na safra de 2008/2009, é criado o subprograma Pronaf Mais Alimentos⁴² objetivando financiar investimentos em infraestrutura produtiva da agricultura familiar na produção de alimentos. Inicialmente, a linha de crédito atuava com juros de 2% ao ano, financiando projetos até R\$ 100 mil reais, com prazo máximo de 10 anos para pagamento e com possibilidade de carência de 3 anos para começar a pagar. A linha em questão, proporcionou o avanço da mecanização na agricultura familiar, sendo as principais finalidades a aquisição de tratores, colheitadeiras, e bovinocultura de leite. Da safra 2010/2011 até a safra 2013/2014, foram ampliados os volumes de recursos disponibilizados sobretudo para a linha de Investimentos. Foi implementada a linha para financiamento de projetos coletivos para a aquisição de máquinas e equipamentos, podendo custear projetos de até R\$ 500 mil reais. Em função da seca, foram criadas linhas de crédito contingenciais, que possibilitavam rebates de 20% no Sul e de 40% no Nordeste (BIANCHINI, 2015; MDA, 2018). A Safra 2014-2015 foi a que mais disponibilizou recursos pelo Pronaf, tendo ocorrido o repasse de 22,97 bilhões de reais, chegando a quase 1,9 milhões de contratos. Nesta safra houve aumentos nas taxas de juros⁴³, em comparação com a safra anterior, mas continuaram menores do que a inflação.

Na safra 2015/2016 diminuiu o acesso por parte dos agricultores familiares aos recursos do Pronaf. Com base em Zaia (2016), isso se justifica pelos problemas climáticos que levaram a perdas de safra em diversas regiões do país, fato que também contribuiu para o aumento dos índices de inadimplência⁴⁴ na carteira de crédito rural dos bancos.

Para a safra de 2016/2017, o governo ampliou os limites de crédito, reduziu a taxa de juros para algumas finalidades e atividades, como a apicultura, a bovinocultura de leite, a piscicultura, os ovinos e os caprinos, produção de alimentos com base em sistemas de produção de base agroecológica, correção de solo, sistemas de irrigação, geração de energia por fontes renováveis, adequação ambiental, compostagem (PLANO SAFRA 2016/2017, 2016). A partir de 2017, criou-se o plano safra plurianual, que contém um

⁴² No ano em que foi lançado o subprograma Pronaf Mais alimentos, o contexto era de crise na produção de alimentos, desta forma, essa linha teve como proposta reestruturar a produção na unidade de produção familiar a fim de aumentar a produtividade, minimizando a ameaça de escassez de alimentos e de ampliação da inflação (BIANCHINI, 2015).

⁴³ Para o microcrédito rural são mantidas as taxas de juros de 0,5%. Para custeio e investimento de até R\$10 mil os juros ficaram em 2,5% para o Brasil e 2% para a Região Semiárido, de R\$10 mil a R\$30 mil em 4,5% e 3,5%, de R\$30 mil a R\$150 mil em 5,5% e 4,5%. Para os R\$2,9 bilhões do PRONAMP, as taxas de juros serão de 7,75% para o custeio e 7,5% para o investimento (BIANCHINI, 2015, p. 64 e 65).

⁴⁴ O percentual de inadimplência médio era de 1%, chegou a 1,89% na safra 2015/2016, e logo no primeiro mês da safra 2016/2017 alcançou o patamar de 2,04 % (para o agricultor pessoa física em âmbito nacional), conforme dados do Banco Central (ZAIA, 2016).

conjunto de ações, contemplando o planejamento do crédito rural de 2017 a 2020 e com ações para segurança jurídica da terra, regularização fundiária, seguro da produção, assistência Técnica e Extensão Rural (SAF/MAPA, 2019).

Para acessar o Pronaf, o agricultor familiar precisa atender alguns pré-requisitos. Da mesma forma, as instituições financeiras, precisam estar atentas as regras para sua operacionalização, cujas normativas estão regulamentadas no Manual do Crédito Rural (MCR). A próxima seção contém as características do Pronaf, com base no MCR.

3.2.1 Características operacionais do Pronaf na safra 2017/2018

O Manual do Crédito Rural (MCR) é o documento que contém as normativas do crédito rural, assentidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)⁴⁵ e Banco Central do Brasil (BACEN). Todas as instituições que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), seguem as normas estabelecidas neste documento. O MCR contém as características dos beneficiários que podem acessar o Pronaf, assim como as diretrizes operacionais das modalidades disponíveis. Estes critérios estão apresentados no Quadro 4. A comprovação destas características por parte do agricultor familiar, gera o documento “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)”, instrumento obrigatório para o acesso ao Pronaf.

⁴⁵ O Conselho Monetário Nacional (CMN), criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e sua função é redigir a política da moeda e do crédito, com objetivo de controlar a moeda e o desenvolvimento econômico e social do País (BACEN, 2019).

Quadro 4 — Características dos Beneficiários do Pronaf – MCR 2018

Característica	Detalhamento
Condição de posse	Agricultores familiares que utilizem parte da terra sob condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas (Res 4.228 art. 2º);
Local de residência	Agricultores familiares que morem na propriedade ou em local próximo (Res 4.107);
Tamanho da área	Agricultores familiares que não possuam área superior a 4 (quatro) módulos fiscais (Res 4.107) ⁴⁶
Origem da renda	Agricultores familiares que detenham, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar proveniente da exploração agropecuária e não agropecuária da propriedade ⁴⁷ ;
Trabalho	Agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo utilizar empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas na propriedade (Res 4.584 art 2º);
Total da renda	Tenham renda bruta familiar anual, anterior a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP) (Res 4.228 art 2º);

Fonte: MCR, 2018, p. 114 [adaptado pela autora]

Conforme as características apresentadas pelo Quadro 4, os beneficiários do Pronaf podem ser enquadrados em grupos específicos na DAP, de acordo com os seguintes requisitos dispostos no MCR (2018):

a) Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou favorecidos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que não acessaram investimento sob amparo do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), ou ainda, que não realizaram operações no campo do Pronaf⁴⁸.

⁴⁶ O disposto não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais (Res 4.107 do MCR) (MCR, 2018).

⁴⁷ Caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento (Res 4.339 art. 2º do MCR) (MCR, 2018).

⁴⁸ a) limite: até R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por beneficiário, podendo ser dividido em até 3 (três) operações, de acordo com o projeto técnico, mediante comprovação da capacidade de pagamento e, em caso de mais de uma operação, da situação de normalidade e correta aplicação dos recursos da operação anterior; b) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5 % a.a. (cinco décimos por cento ao ano); c) benefício: bônus de adimplência de 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela do principal paga até a data de seu respectivo vencimento; d) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, de acordo com a atividade e com o projeto técnico; e) o somatório dos créditos fica limitado ao limite máximo vigente à época da primeira operação; f) o financiamento para assentados no âmbito do PNRA fica condicionado, ainda, a que: I - seja comprovada a instalação da família beneficiária na parcela rural com moradia habitual, água para consumo humano e via de acesso que permitam a comercialização da produção, mediante declaração da assistência técnica; II - seja comprovado que a família beneficiária

b) Grupo “B”: agricultores familiares que não detenham renda bruta familiar superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) por ano e que não empreguem trabalho permanente;

c) Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA, ou favorecidos do PNCF, que tenham acessado operações pelo Grupo A e que não possuam financiamento de custeio (exceto pelo Grupo A/C);

d) Grupo “V”: Agricultores familiares que detenham renda variável, respeitando o limite máximo de renda bruta familiar de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano.

No Pronaf, existem duas modalidades de crédito, uma delas denomina-se Pronaf Custeio, que objetiva custear insumos para produção agropecuária, com financiamentos de curto prazo (MDA, 2018). No Custeio, o valor máximo por mutuário e por ano agrícola em 2019 corresponde a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com taxa de 2,5% a.a. até 5,5% a.a. dependendo da finalidade⁴⁹. E por fim o Investimento, que oferece recursos de longo prazo, cujas principais finalidades são descritas no MCR (2018, p. 120):

Os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos (Res 4.107, MCR, 2018)

desenvolva atividades produtivas que garantam a segurança alimentar e a produção de excedente para comercialização, mediante declaração da assistência técnica; III - o assentado participe de rede de comercialização de sua produção; g) o beneficiário que contratou ao menos uma operação de investimento com base neste item não poderá contratar o crédito previsto no item 4 (MCR, 2018, p. 143)

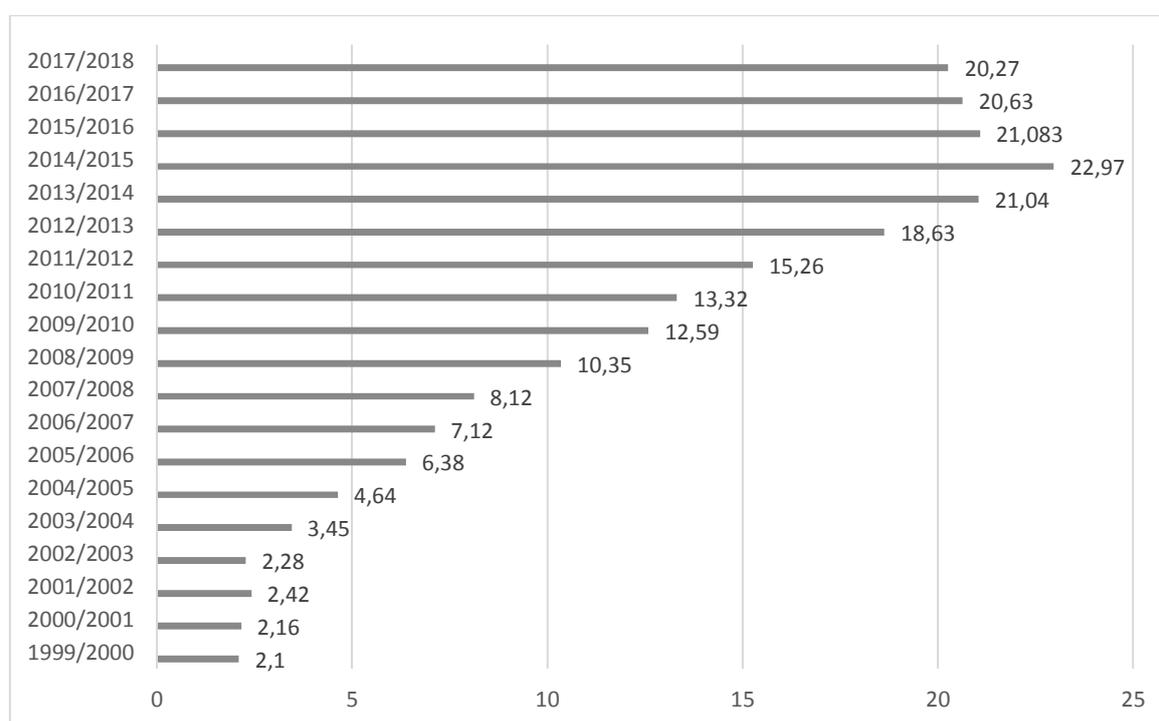
⁴⁹ a) taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para operações destinadas ao cultivo de arroz, feijão, mandioca, feijão caupi, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas, erva-mate, cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos; (Res 4.483, art 2º do MCR, 2018) b) para o cultivo de milho, taxa efetiva de juros de: (Res 4.483, art 2º do MCR 2017) I - 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para contratação de operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até R\$20.000,00 (vinte mil reais) por mutuário em cada ano agrícola; II - 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para contratação de operações de custeio que, somadas, ultrapassem o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por mutuário em cada ano agrícola, respeitando o limite máximo estabelecido no **caput** (MCR, 2018).

c) taxa efetiva de juros de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para aquisição de animais destinados a recria e engorda e demais culturas e criações; (Res 4.513, art 2ºMCR, 2018, p. 117).

Na modalidade Pronaf Investimento existem diferentes linhas e o acesso a elas depende do objetivo do financiamento e das características do sistema produtivo, sendo elas: Pronaf-Agroindústria, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Eco, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Microcrédito produtivo rural, Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Agroecologia (este último será mais bem explorado na próxima seção).

Desde a sua implementação até a última safra (2017/2018), o Pronaf já disponibilizou mais de R\$ 200 bilhões em crédito e beneficiou cerca de 2,6 milhões de famílias (SAF/MAPA, 2019). O Gráfico 1, apresenta a evolução dos repasses (em valores correntes), a nível nacional, do Pronaf desde a safra 1999/2000 até a safra de 2017/2018.

Gráfico 1 - Evolução das Operações de Pronaf Custeio e Investimento (Em Bilhões de R\$) – Brasil - Safra 1999/2000 a 2017/2018 (em valores correntes)



Fonte: BACEN, 2019.

Apesar de toda essa significância há agricultores que ficam de fora da política, devido a diversos fatores, dentre eles, o não enquadramento nas regras, o não cumprimento das exigências do sistema bancário, a falta de informação, barreiras acerca das garantias, restrições, endividamento (WEID, 2006; COSTA, GONÇALVES, 2012). A Tabela 1, reúne dados da última safra (2017/2018), contendo informações como número de contratos e valores apurados por grandes regiões brasileiras, somados os valores captados para custeio e investimento.

Tabela 1 - Quantidade e Valor dos Contratos de todas as linhas do Pronaf (Custeio e Investimento) por grandes regiões e Brasil na Safra 2017/2018 (em valores correntes)

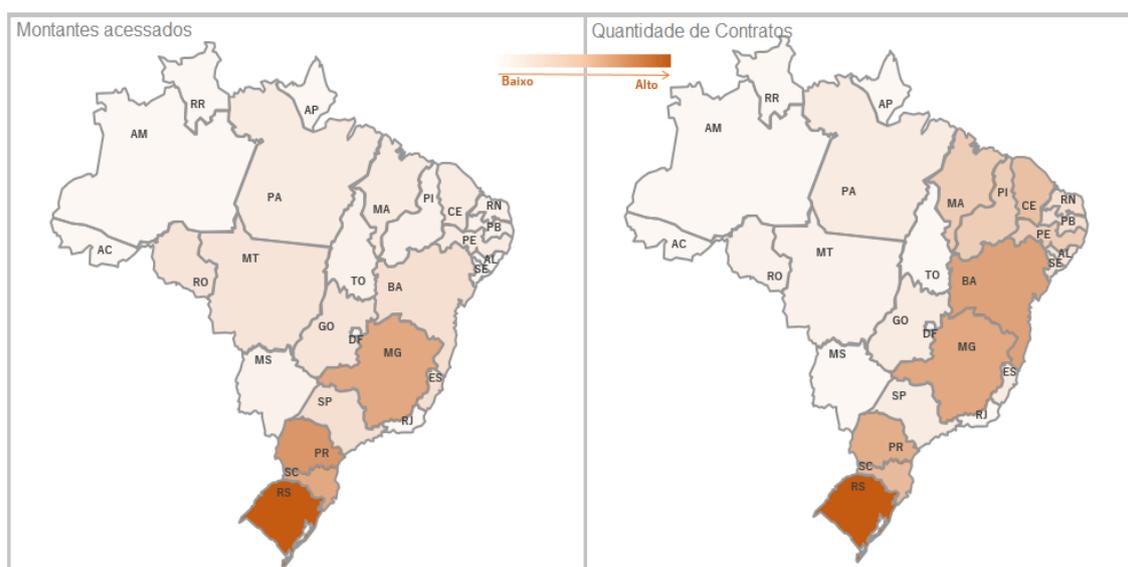
Região	Quantidade de Contratos	Valor Contratado (R\$)	Valor Médio Por Contrato (R\$)
SUL	414.356	11.405.469.096,32	27.525,77
SUDESTE	146.113	3.616.858.078,39	24.753,84
NORDESTE	372.274	2.144.553.128,93	5.760,68
CENTRO-OESTE	41.147	1.585.883.286,59	38.541,89
NORTE	48.075	1.520.304.338,06	31.623,60
BRASIL	1.021.965	20.274.067.928,29	19.838,32

Fonte: BACEN, 2019.

Observando os dados da Tabela 1, nota-se que o maior número de contratos assinados no período ocorreu na região Sul, seguido pela região Nordeste. A região Nordeste é a que detém os menores valores médios por contrato, enquanto o Centro-Oeste e Norte tem os maiores valores médios por contratos.

A Ilustração 4 apenas reforça os dados da Tabela 1, pois apresenta a soma total de todos os montantes acessados por unidade da federação e a quantidade de contratos no período de 1999 a 2018, e evidencia através da coloração mais escura os estados que foram beneficiados com montantes e número de contratos maiores.

Ilustração 4 - Montantes e contratos acessados no Pronaf, por estado brasileiro, no período de 1999 a 2018



Fonte: BACEN, 2019.

Weid (2006), Costa, Gonçalves (2012), Gazolla Schneider (2013), Bianchini (2015) constataram que a maioria dos agricultores familiares estão concentrados na região Nordeste do Brasil, enquanto a maior parte dos recursos do Pronaf são acessados pela região Sul, por agricultores mais capitalizados⁵⁰. Isso mostra que a distribuição dos recursos não ocorre de forma equitativa, desde que a política foi implementada⁵¹. A região Nordeste é a segunda com a maior quantidade de contratos, apesar disso, acessa 13,9% dos recursos do Pronaf, enquanto a região Sul, concentra a maior parcela dos recursos no acesso ao crédito rural familiar (BACEN, 2019).

Desde a sua constituição, dentre as finalidades mais financiadas pelo Pronaf Investimento, destacam-se a aquisição de matrizes leiteiras e de corte, máquinas e equipamentos agrícolas, e nas linhas de Custeio, as atividades financiadas mais comuns são cultura de soja, milho, trigo e manutenção de animais. Nesse sentido, Schneider (2006), Costa, Gonçalves (2012), Costa (2013), Gazolla, Schneider (2013), fazem uma análise do Pronaf e da distribuição dos seus recursos. A constatação desses autores revela que esta política favorece o aumento no grau de especialização das atividades agrícolas. Consequentemente, sucede na redução da diversificação da produção, pois reproduz o modelo urbano-industrial, através da inserção dos “insumos modernos”, que incentivam principalmente, a produção de grãos e commodities, ou seja, promove um movimento contrário a agroecologia.

Gazolla e Schneider (2013) evidenciaram a tendência que o Pronaf possui em custear atividades produtivas de mercado, em detrimento da diversificação. O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu evidencia esta problemática, pois conforme dados extraídos do Bacen (2019) referente ao Crédito Rural, as principais culturas financiadas pela linha Pronaf Custeio Agrícola, na safra 2017/2018 foram soja, trigo e milho, ou seja, atendem ao financiamento de *commodities*. Na linha de Pronaf investimento, também foi observada a predominância de financiamento para compra de máquinas agrícolas, ou seja, tecnologias para o desenvolvimento das atividades produtivas de mercado financiadas no custeio. Esse problema, também pode estar relacionado a falta de interesse nas instituições financeiras em acolher projetos diferenciados. Abramovay e Veiga (1999) e

⁵⁰ Agricultores familiares que detém uma maior renda e patrimônio comprovados, têm maiores condições de acessar o sistema bancário, contém projetos viáveis do ponto de vista técnico, econômico e financeiro, dispõe das condições necessárias para a obtenção dos financiamentos do programa.

⁵¹ Bianchini (2015), identificou na primeira safra financiada pelo Pronaf, o beneficiamento principalmente de agricultores do Sul do país.

Bittencourt (2003) ressaltam à baixa lucratividade do Pronaf para as instituições financeiras, o que pode justificar certa reticência por parte destas instituições.

Com base em Guanzioli (2007), um elemento imprescindível relacionado ao crédito rural é a assistência técnica. A falta de assistência técnica ou a baixa qualidade desta, são fatores que podem comprometer a viabilidade de um projeto técnico. O autor em questão aponta que no Pronaf, um dos limitantes ainda está na assistência técnica e na falta de visão sistêmica dos técnicos. Muitas vezes os projetos são elaborados sem as reais constatações de condição do beneficiário, da sua disponibilidade de recursos agrícolas e financeiros, da comercialização, e de fatores de agregação de valor.

A forma como o Pronaf está sendo conduzido, pode implicar no direcionamento da produção dos agricultores familiares, pois pode estar favorecendo o monocultivo, dependência de insumos externos e a vulnerabilidade dos agricultores no mercado. Nessa lógica, o agricultor fica refém dos preços de mercado, que podem não cobrir os custos do processo produtivo, isso pode fazer com que ele não tenha condições de devolver o crédito emprestado. Além disso, direcionando esforços para estas produções, deixa de produzir alimentos diversificados, característica importante na agricultura familiar. Por estes motivos, Tonneau e Sabourin (2007) explicam que o Pronaf não consegue atender na totalidade o objetivo por ele proposto em prol do desenvolvimento da agricultura familiar.

[...] o Pronaf e as iniciativas locais de desenvolvimento, somente em parte, conseguem induzir e alavancar processos de desenvolvimento rural, que levem em conta novas estratégias de vivência dos agricultores familiares bem como a geração e incentivo à criação de novas atividades econômicas e produtivas, que vão além da produção agrícola. São relativamente poucos os trabalhos realizados pelo Estado que privilegiam processos de desenvolvimento rural sustentáveis, diversificados e que asseguram o fortalecimento dos núcleos familiares (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 50)

Apesar do Pronaf atender prioritariamente as atividades produtivas de mercado, também conta com linhas diferenciadas. É o caso do Pronaf Agroecologia, que busca fortalecer agricultores em processo de transição ou já certificados na agroecologia. A apresentação das características desta linha é realizada na próxima seção.

3.2.2 Pronaf Agroecologia

O Pronaf Agroecologia é criado em 2003 e oficializado enquanto linha na safra 2005/2006 (BIANCHINI, 2015). Foi criado com o objetivo de destinar recursos de custeio (plantio, manutenção de sistema) e investimento (infraestrutura) para unidades de produção agroecológicas ou orgânicas. Unidades estas que estejam certificadas ou em processo de transição para a agroecologia, ou orgânicos, conforme critérios pré-estabelecidos pelo MAPA e MDA (MCR, 2018).

Assim como as demais linhas, o Pronaf Agroecologia é destinado a agricultores familiares que possuam DAP, mas que além disso detenham produção orgânica ou agroecológica ou estejam em transição para a agroecologia. As características operacionais da linha em questão, se assemelham as demais linhas do Pronaf, cujas peculiaridades estão descritas no Quadro 5.

Quadro 5 - Características operacionais da linha Pronaf Agroecologia - Plano Safra 2017/2018

Limite de recursos acessáveis por ano agrícola	Taxa de Juro	Prazo
Individual: R\$ 330 mil para as atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura; R\$ 165 mil para as demais atividades. Coletivo: R\$ 800 mil, respeitados os limites individuais descritos anteriormente.	2,5% ao ano.	Até 10 anos, incluídos três anos de carência, exceto para aquisição de caminhonetes de carga, situação em que o prazo máximo será de cinco anos.

Fonte: MCR, 2018; BNDES, 2018; SAF/MAPA, 2019 [adaptado pela autora].

A principal diferença da linha/subprograma Pronaf Agroecologia, em relação às demais, está na finalidade da produção de alimentos que deve ser de base agroecológica ou orgânica. Conforme consta no Quadro 5, o Pronaf Agroecologia, pode ser acessado de forma individual (formalizado com apenas um agricultor familiar) ou coletiva (com grupo de agricultores familiares com objetivos em comum). Dentre as finalidades, o financiamento da linha poderá ser destinado para construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, aquisição de máquinas, equipamentos, instalação de sistema de irrigação, e implementos agropecuários (BRASIL. CIRCULAR Nº 16/2017-BNDES, 2017).

Com a finalidade de ilustrar o comportamento do acesso aos recursos do subprograma Pronaf Agroecologia, na Tabela 2 estão apresentados os dados de acesso desde o ano safra 2005/2006⁵² em todo o país.

Observando as informações apresentadas na Tabela 2, é possível constatar que a quantidade de contratos e montantes acessados pelo Pronaf agroecologia, é pequena se comparada ao montante total repassado no Pronaf como um todo. O Pronaf Agroecologia representa menos de 1% dos recursos destinados pelo programa e é a linha que possui o menor acesso pelos agricultores⁵³ entre todas as linhas do Pronaf. A título de ilustração, na safra 2017/2018 no subprograma Pronaf Agroecologia foi acessado um total de R\$ 9.762.606 enquanto o total dos recursos repassados pelo Pronaf correspondeu a R\$21.299.578.381,50 (BACEN, 2019), o que equivale a uma diferença de 99,54%.

Tabela 2 - Acesso ao Pronaf Investimento - linha Agroecologia no Brasil, por Ano Safra, no período de 2005/2006 a 2017/2018⁵⁴ (em valores correntes)

Ano Safra	Nº contratos		Montante	
	Pronaf Agroecologia	Pronaf Agroecologia (R\$)	Pronaf Demais linhas	Pronaf Demais Linhas (R\$)
2005/2006	59	613.514	1.300.300	2.454.526.280,11
2006/2007	260	2.518.730	1.652.026	3.551.819.373,78
2007/2008	191	1.961.840	1.065.202	3.127.669.039,02
2008/2009	393	5.052.291	756.020	3.747.969.870,25
2009/2010	76	1.260.836	868.985	5.761.170.011,69
2015/2016	185	4.989.741	1.685.511	21.983.920.933,75
2016/2017	371	6.481.207	1.309.815	21.492.587.215,99
2017/2018	555	9.762.606	1.022.592	21.299.578.341,50

Fonte: SAMBUICHI (2017); BACEN, 2019

Apesar de ser baixo o volume acessado, há recursos disponibilizados em todas as regiões brasileiras. Na Tabela 3 estão apresentados os montantes acessados a partir da safra 2015/2016 até 2017/2018⁵⁵, informando número de contratos e montantes acessados em cada Estado. A partir da análise da Tabela 3, é possível constatar que a região que possui o maior número de contratos é a Nordeste. Somando os investimentos agrícolas e pecuários a região responde por 68,77% do total de contratos. A região Sul, é a que detém a maior parte dos montantes repassados, representando 48,9% do montante total.

⁵² Período que corresponde ao início da operacionalização da linha.

⁵³ A linha mais acessada é o Pronaf Mais Alimentos.

⁵⁴ Cabe ressaltar que os dados referentes às safras 2010/11 a 2012/13 não estão disponíveis individualmente por linha, não sendo possível apresentá-los.

⁵⁵ Não foi possível a identificação de dados anteriores ao ano Safra 2015/2016, pois as informações que antecedem essa safra não são apresentadas separadas por linha.

Dentre as principais finalidades acessadas no Pronaf Agroecologia no âmbito agrícola, estão a aquisição de tratores, máquinas e equipamentos, correspondendo a 29,87% dos valores repassados até a safra 2017/2018. Do total de repasses, 23,31% correspondem a aquisição de veículos, principalmente caminhões e camionetes. Os demais recursos, são distribuídos em menores volumes para custear a formação de culturas perenes de abacate, acerola, amora, café, caju, caqui, coco, coco-da-baía, florestamento e reflorestamento, goiaba, graviola, limão, mandioca, maracujá, morango, noz, mirtilo, pimenta-do-reino, tangerina, urucum. Destaque para as culturas de banana, cana de açúcar, laranja, uva que possui o maior número de contratos e/ou valor repassado, nessa modalidade (BACEN, 2019).

Tabela 3 - Acesso ao Pronaf Investimento - linha Agroecologia por região e UF – Ano Safra 2015/2016 a 2017/2018 (em valores correntes)

Região	UF	Investimento Agrícola		Investimento Pecuária			% Mont. Total
		Nº contratos	Montante	Nº contratos	Montante	Montante Total	
SUL	RS	136	6.200.880,61	9	308.538,00	6.509.418,61	30,66
	SC	67	2.542.071,69	5	168.635,88	2.710.707,57	12,77
	PR	23	1.152.572,45	0	0,00	1.152.572,45	5,43
	TOTAL	226	9.895.524,75	14	477.173,88	10.372.698,63	48,9
SUDESTE	ES	64	3.356.305,41	6	94.065,23	3.450.370,64	16,25
	MG	11	290.719,69	10	365.770,94	656.490,63	3,09
	SP	4	211.450,73	0	0,00	211.450,73	1,00
	RJ	1	20.579,49	0	0,00	20.579,49	0,10
	TOTAL	80	3.879.055,32	16	459.836,17	4.338.891,49	20,4
NORDESTE	AL	39	853.712,31	43	461.250,86	1.314.963,17	6,19
	PE	17	517.414,43	21	448.320,60	965.735,03	4,55
	PB	42	303.207,13	561	3.287.385,55	3.590.592,68	16,91
	BA	6	167.971,62	0	0,00	167.971,62	0,79
	CE	7	82.164,55	5	69.605,44	151.769,99	0,71
	RN	12	38.218,04	10	68.540,94	106.758,98	0,50
	MA	0	0,00	1	99.960,00	99.960,00	0,47
	TOTAL	123	1.962.688,08	641	4.435.063,39	6.397.751,47	30,1
NORTE	PA	2	47.836,47	0	0,00	47.836,47	0,23
	RO	3	14.068,16	4	48.154,85	62.223,01	0,29
	AM	0	0,00	1	7.334,82	7.334,82	0,03
	TOTAL	5	61.904,63	5	55.489,67	117.394,30	0,6
CENTRO-OESTE	GO	1	6.820,00	0	0,00	6.820,00	0,03
	TOTAL	1	6.820,00	0	0,00	6.820,00	0,03
BRASIL		435	15.805.992,78	676	5.427.563,11	21.233.555,89	100

Fonte: BACEN, 2019.

Outra informação identificada foi a utilização dos recursos do Pronaf agroecologia para a finalidade de melhoramento de solo, aquisição de adubação orgânica, calagem, substrato, sistemas de irrigação, além de recursos para agroindústrias. Já no caso das

finalidades acessadas no âmbito pecuário, destaca-se a aquisição de animais, principalmente de bovinos, correspondendo a 36,98% do total dos valores repassados na pecuária. Também se destaca aquisição de animais para as atividades de apicultura, caprinocultura e suinocultura (BACEN, 2019).

Em relação aos acessos de recursos no Estado do Paraná, a Tabela 4 reúne dados desde a safra 2015/2016 até a safra 2017/2018. No período foram repassados R\$ 1.152.572,45, pela linha Pronaf Agroecologia, distribuídos em 23 contratos. Número pouco expressivo se comparado à linha de maior acesso, a do Pronaf Mais Alimentos, que no mesmo período repassou R\$ 2.896.806.723,75, distribuídos em 73 mil contratos.

Tabela 4 - Acesso ao Pronaf Investimento⁵⁶ – Linha Agroecologia no Paraná - Ano Safra 2015/2016 a 2017/2018 (em valores correntes)

Município	Nº contratos	Valor Invest.	Valor médio por contrato	% represent. valor total
Tijucas do Sul	12	524.941,89	43.745,16	46
Mandaguari	3	248.530,50	82.843,50	22
Araucária	1	117.900,00	117.900,00	10
Cascavel	1	114.418,00	114.418,00	10
Palmeira	2	60.972,02	30.486,01	5
Guaíra	1	53.188,65	53.188,65	5
Jataizinho	2	24.541,39	12.270,70	2
União da Vitória	1	8.080,00	8.080,00	1
Total	23	1.152.572,45	50.111,85	100

Fonte: BACEN, 2019

A Tabela 4 evidencia o baixo acesso no estado do Paraná para a linha Pronaf Agroecologia, sendo que o município de Tijucas do Sul, concentra 46% dos contratos acessados desde a safra 2015/2016 até a safra 2017/2018⁵⁷. Conforme tela das tabelas disponibilizadas na matriz de dados do crédito rural pelo Bacen, disponível no Anexo I, é possível identificar que a maior parte dos recursos acessados pelo município supracitado foram para aquisição de Tratores. Nos demais municípios do Paraná, as finalidades de acesso foram ocultadas, isso ocorre objetivando proteger a identidade dos proponentes. A existência de poucos acessos ao Pronaf Agroecologia, pode estar relacionada ao que Weid (2006) manifesta, ou seja, de que as produções agroecológicas não são dependentes de recursos externos:

Por sua própria natureza, um sistema agroecológico mantém elevado nível de auto reprodução de seus insumos e de sua fertilidade. Após um investimento

⁵⁶ Os dados apresentados foram obtidos na matriz de dados do crédito rural disponibilizada pelo Bacen, conforme tela apresentada no Anexo G é possível observar que não foram encontrados dados referentes ao Custeio na linha Pronaf Agroecologia.

⁵⁷ O Anexo H contém a tela dos dados extraídos da matriz de dados do crédito rural.

inicial para a estruturação dos sistemas agroecológicos, os custos de produção anuais se reduzem substancialmente e passam a ser assumidos pelas próprias famílias. Por essa razão, as famílias ecologistas tornam-se bastante autônomas em relação aos mercados de insumos e totalmente independentes dos agroquímicos. Esse fato demarca claramente a diferença da natureza da demanda por crédito dos sistemas ecológicos em relação à dos sistemas convencionais. Enquanto os primeiros se autorregeneram pela ação dos fluxos naturais e pelo trabalho familiar, os últimos só se reproduzem mediante o alto aporte anual de insumos e energia externa (p. 19).

Apesar do autor predito identificar que no sistema agroecológico há pouca demanda de crédito, ele salienta a necessidade de um investimento inicial para estruturação do sistema agroecológico, subentende-se que esta demanda aconteça no período de transição do sistema convencional para com a agroecologia. Portanto, as políticas públicas para a agroecologia, principalmente na fase de transição são consideradas essenciais.

Desde a sua criação, o Pronaf está em constante transformação e em torno desta política pública existem diversos questionamentos sobre os reais efeitos gerados na agricultura familiar e no seu desenvolvimento. Alguns autores apontam como uma crítica ao Programa, o fato de a região Sul ainda ser a maior beneficiada pelos créditos disponibilizados pelo Pronaf.

Görgen (2017) destaca que apesar do Pronaf sempre ter apresentado limites, sobretudo para os setores mais empobrecidos, também reconhece que trouxe benefícios para a agricultura familiar, pois contribuiu no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento da produção de alimentos, no reconhecimento da categoria e na melhoria da autoestima dos moradores do campo.

O crédito rural é um mecanismo importante para estimular e promover atividades produtivas, pois pode possibilitar a modernização e custeio da manutenção da unidade de produção. Em função disso, muitas vezes é tido como instrumento importante para o desenvolvimento. Por outro lado, se aplicado sem uma análise de viabilidade poderá gerar problemas ao agricultor, podendo refletir negativamente na sucessão, permanência, qualidade de vida no campo. Por isso, é importante compreender as limitações e potencialidades geradas pelo Pronaf, para entender que tipo de desenvolvimento esta política pública tem fomentado e que resultados gera para a Agroecologia, fato esse, que instiga a proposição deste estudo.

Diante disso, no próximo capítulo, estão descritos os métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa e obtenção dos resultados.

4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo são apresentados elementos que explicam o método utilizado para organizar e conduzir a pesquisa. Cabe ressaltar, que a problemática principal do projeto, surgiu com base nos conhecimentos prévios da autora sobre o tema, pois, atuou por cinco anos em instituição financeira cooperativa, com crédito rural, prioritariamente com o Pronaf.

Em termos de estrutura, este capítulo encontra-se dividido em quatro seções, apresentando na primeira seção elementos relacionados ao delineamento utilizado na pesquisa. A segunda seção trata da população e dos critérios utilizados para seleção da amostra pesquisada. E por fim, a terceira e quarta seções discorrem acerca dos instrumentos, procedimentos empregados na coleta e no tratamento destes dados.

4.1 TIPO DE PESQUISA

A fundamentação teórica deste estudo foi construída através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando autores que abordam os temas tratados, quais sejam: desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, agroecologia, políticas públicas, Pronaf e Pronaf Agroecologia. Para tal foram utilizados enquanto referências: livros, artigos, dissertações e teses, a fim de construir um alicerce teórico para embasar e sustentar a análise de dados. Os objetivos da pesquisa caracterizam-se como descritivos e explicativos. A partir dessa combinação torna-se possível a identificação de fatores e seu posterior detalhamento e explicação, para assim descrever e analisar as limitações e potencialidades do Pronaf em relação ao estímulo à produção agroecológica na agricultura familiar do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Além disso, a pesquisa buscou informações diretamente com a população pesquisada, realizando uma pesquisa de campo⁵⁸.

A abordagem do problema se deu predominantemente pelo método qualitativo, considerando que este tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer mais profundamente os sujeitos pesquisados, sem que a preocupação seja com a representatividade da amostra.

⁵⁸ Com base em Gonsalves (2011, p. 69), pesquisa de campo “é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto com o objeto ou sujeito a ser estudado. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre -ou ocorreu- e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. Muitas pesquisas utilizam esse procedimento, sobretudo aquelas que possuem caráter exploratório ou descritivo”.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população representa o conjunto de todos os elementos que estão sob investigação, representada nessa pesquisa pelos agricultores familiares do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu.

Cabe destacar que, conforme, Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 , agricultor familiar é:

- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

O critério de seleção da amostra foi do tipo não probabilístico, onde os entrevistados foram escolhidos conforme a tipificação definida pela pesquisadora por conveniência. Para se chegar até os pesquisados, foi realizado contato com colaboradores da Rede Ecovida e CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, entidades que atuam como agentes promotores da agroecologia e da cooperação no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Foi identificada, na base de dados da Rede Ecovida, a existência de 200 famílias cadastradas. Desse total, 68 famílias possuem algum tipo de certificação em agroecologia. A partir das entidades supracitadas, foi possível a participação em reuniões de grupos de agricultores com certificação, nessa oportunidade foram apresentados os objetivos da presente pesquisa e foi realizada a troca de contatos com os agricultores familiares interessados em responder a pesquisa. Posteriormente, a pesquisadora entrou em contato para agendar a entrevista, conforme o dia e horário que os entrevistados dispunham. Dentro da unidade familiar, a preferência foi por entrevistar a família.

Os agricultores familiares pesquisados foram divididos em três tipos: I) Agricultores familiares certificados; II) Agricultores familiares que estão em processo de transição para Agroecologia; e III) Agricultores familiares com produção concomitante de agroecológicos e outros tipos de produção. As características destes pesquisados estão apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Caracterização da população da pesquisa, Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, 2019.

Tipo	Características
Agricultores familiares certificados	Compreendem os agricultores familiares que possuem certificação orgânica/agroecológica para 100% das culturas produzidas na propriedade.
Agricultores familiares que estão em processo de transição para Agroecologia	Trata-se dos agricultores familiares que ainda não possuem certificação orgânica/ agroecológica, mas que já iniciaram a adoção de práticas orgânicas, em pelo menos parte da área da unidade de produção.
Agricultores familiares com produção concomitante de agroecológicos e outros tipos de produção	Agricultores que produzem orgânicos/agroecológicos (certificados) e que ainda mantém a produção de culturas convencionais

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao final do estudo, foram pesquisadas 31 unidades de produção, sendo 10 unidades com 100% de certificação para a produção agroecológica, 6 unidades que estão em transição para a agroecologia e 15 unidades com produção agroecológica certificada, realizada em concomitância com a produção convencional.

Tendo em vista que este estudo envolveu investigação com seres humanos, no caso os agricultores familiares informados anteriormente, a pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Sendo que o processo em questão foi deferido em 31 de janeiro de 2019 e seguiu as orientações emitidas pelo Comitê.

Após apresentadas as características e o quantitativo de agricultores familiares que formaram a amostra desta pesquisa, a próxima seção, evidenciará quais os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados para a amostra em questão.

4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS

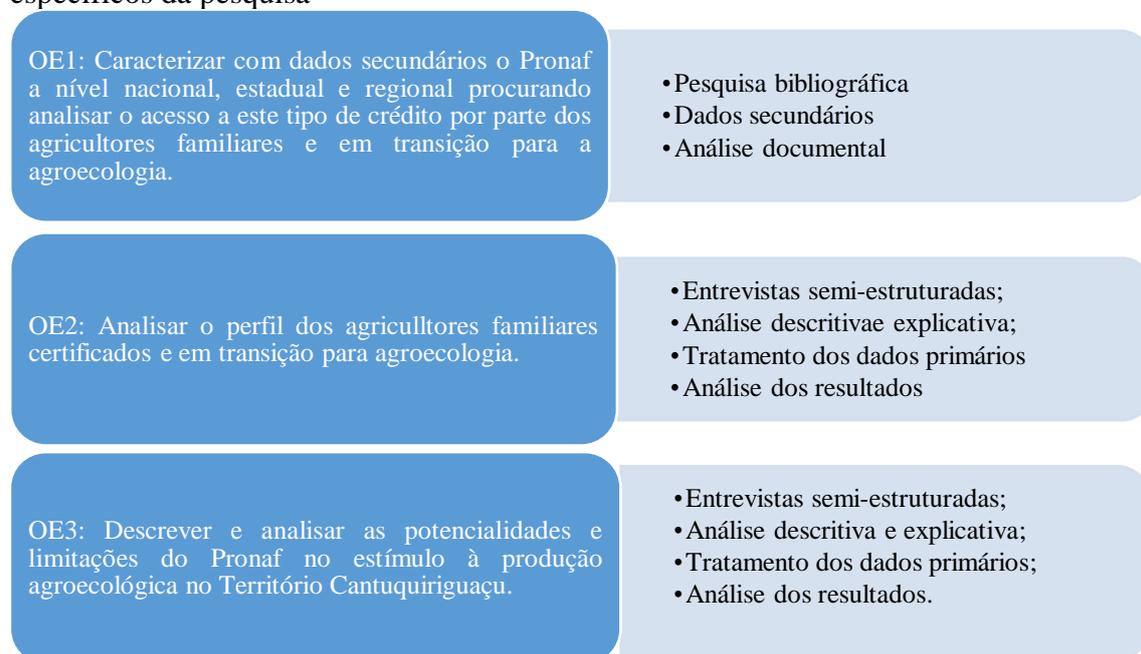
Na primeira parte deste estudo foi empregada pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, artigos, a fim de elucidar em que medida existem relações entre o Pronaf e a Agroecologia, utilizando para isso autores de diferentes áreas de formação (História, Economia, Sociologia, Agronomia, Geografia). Também foi utilizada a pesquisa documental⁵⁹, em bases de dados publicados pelos principais institutos de pesquisa nacional, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

⁵⁹ Piana (2009), aborda que a análise documental permite localizar informações nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Banco Central do Brasil (BACEN). De modo complementar foram obtidos dados secundários sobre o acesso aos recursos do Pronaf. Para estas informações, o BACEN disponibiliza na matriz de dados da política de crédito rural, dados atualizados, sobre a evolução do crédito, montantes acessados, culturas e itens financiados nos municípios brasileiros, entre outras informações. Com relação a esses dados, foi analisado o período de 2013 a 2018⁶⁰, no que tange aos recursos disponibilizados pelo Pronaf Agroecologia.

Para contribuir na apresentação das técnicas de coleta de dados utilizadas na construção desta pesquisa, na Ilustração 5 consta a relação destas com os objetivos específicos propostos por este estudo.

Ilustração 5 – Técnicas de pesquisa para coleta de dados e informações segundo objetivos específicos da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os dados primários levantados nesta pesquisa, foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada aplicada aos agricultores familiares selecionados, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. A partir da participação nas reuniões dos grupos de agricultores certificados na agroecologia e conforme a disponibilidade da pesquisadora,

⁶⁰ O Bacen passou a divulgar os dados do Pronaf, separados por linha, a partir de 2013, por meio da matriz de dados do crédito rural, por isso, esta pesquisa utilizou dados deste período.

foram obtidos entrevistados nos seguintes municípios: Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu e Reserva do Iguaçu.

A entrevista foi organizada sob forma de roteiro, o qual está disponível no Apêndice A deste estudo. Dentre algumas vantagens neste tipo de entrevista, Marconi e Lakatos (2010) mencionam que há uma maior flexibilidade, podendo repetir perguntas ou até mesmo esclarecer outras, garantindo a compreensão do entrevistado. A entrevista com os agricultores familiares agroecológicos, em transição ou com produção paralela de agroecológicos e outros tipos de produção, teve por objetivo obter informações gerais dos entrevistados e de suas propriedades. A pesquisa buscou compreender a problemática de acesso ao crédito Pronaf, apenas sob o ponto de vista do agricultor familiar, os demais atores envolvidos na problemática não foram pesquisados. O entrevistado não precisou se identificar, tendo preservado o anonimato. A fim de garantir o anonimato, na apresentação dos resultados os respondentes serão identificados com base no sexo e idade. A entrevista foi aplicada pela pesquisadora, em local de preferência do entrevistado, acordado no contato inicial.

As entrevistas foram transcritas e armazenadas, em arquivos físicos e digitais sob responsabilidade da pesquisadora e sua orientadora, as quais serão as únicas a ter acesso ao material original. Ressalte-se que todo material obtido, será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos, após o qual será destruído.

4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi feita de forma descritiva e explicativa, iniciando na pesquisa bibliográfica sobre os temas desenvolvimento rural sustentável, agroecologia, políticas públicas, Pronaf e Pronaf Agroecologia, buscando autores que tratem do tema de forma interdisciplinar. Para tal, foram utilizados enquanto referências: livros, artigos, dissertações e teses, a fim de construir um alicerce teórico para embasar e sustentar a análise de dados.

Os dados secundários do Pronaf, foram obtidos na plataforma do Banco Central do Brasil, por meio do anuário estatístico do crédito rural e da matriz de dados do crédito rural. Esta referência apresenta as informações de acesso ao Pronaf de 1999 até 2012. Os dados estão separados por estado e por finalidades acessadas no custeio agrícola, custeio pecuário, investimento agrícola e investimento pecuário. Cabe ressaltar que nesta base de

dados não são divulgados os valores acessados separados por linha, por isso não foi possível identificar os dados do Pronaf Agroecologia acessados neste período. A partir de 2013, os dados de acesso ao Pronaf foram acessados por meio da matriz de dados do crédito rural. Foi realizada correção dos valores obtidos por meio das bases supracitadas, a fim de realizar atualização monetária.

Em relação à análise dos dados primários, coletados junto aos agricultores familiares pesquisados, foram identificados os fatores positivos e negativos, com base nos indicadores de desenvolvimento como: educação e acesso, condições de moradia, distância da propriedade da cidade, sucessão familiar, diversificação, fontes de renda. Estes dados foram transcritos em um documento, contendo data da entrevista, e um codinome do entrevistado para garantir o sigilo. Após a organização das entrevistas, foi realizada uma separação das respostas por categoria analítica: perfil socioeconômico, perfil produtivo e dados sobre o acesso e percepções relacionadas ao crédito rural. Após a separação, foram selecionados dentro destas categorias elementos importantes para a análise, por temas, palavras, tópicos, respostas frequentes e não frequentes. A abordagem utilizada foi a análise dos resultados, através de uma descrição objetiva, sistemática e buscando manifestar a riqueza das informações na coleta dos dados.

Contudo, cabe ressaltar que a pesquisa teve limitações. O critério utilizado para a escolha da amostra, no qual os entrevistados foram selecionados por conveniência não permite a generalização dos resultados, sendo assim, esta pesquisa é explicativa e válida para o grupo de agricultores que concederam a entrevista, apesar de haver a expectativa de que a análise isolada contribua com o todo. Cabe ressaltar que dos agricultores pesquisados foi realizado estudo aprofundado, o que permitiu uma análise qualitativa e com dados importantes do grupo pesquisado.

No próximo capítulo, estão descritos os resultados e discussões obtidos por meio desta pesquisa, apresentando inicialmente o perfil dos entrevistados e como se comportam os elementos de acesso ao Pronaf, bem como suas relações com a Agroecologia, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR.

5 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS

Neste capítulo estão expostos parte dos resultados obtidos por meio deste estudo. O conteúdo contempla a caracterização dos agricultores familiares e das unidades de produção que participaram desta pesquisa. Trata-se, portanto, de descrever e compreender quem foram os sujeitos pesquisados, a partir de uma visão multidimensional⁶¹.

Três grupos de agricultores familiares formaram a amostra desta pesquisa. O Quadro 7 apresenta as características e a quantidade de pesquisados em cada uma das categorias. Somando as três categorias, a amostra totalizou 31 unidades de produção familiares pesquisadas.

Quadro 7 - Tipologia de agricultores, características e quantidade de unidades de produção pesquisadas

Tipo	Características	Número de unidades pesquisadas
Agricultores familiares certificados	Compreendem os agricultores familiares que possuem certificação orgânica/agroecológica para 100% das culturas produzidas na propriedade.	10
Agricultores familiares que estão em processo de transição para Agroecologia	Trata-se dos agricultores que possuem adoção de técnicas de manejo orgânico/agroecológico e estão em processo de transição para a agroecologia.	6 ⁶²
Agricultores familiares com produção concomitante de agroecológicos e outros tipos de produção	Agricultores que produzem orgânicos/agroecológicos (certificados) e que ainda mantém a produção de culturas convencionais	15

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

⁶¹ Visão abrangente, olhar para determinada situação sob vários ângulos.

⁶² A meta inicial de entrevistados em cada categoria eram dez agricultores familiares. Na categoria de agricultores que estão em processo de transição para a agroecologia foi possível aplicar a entrevista com apenas seis. Esse número se justifica pela dificuldade em localizar estes agricultores, tendo em vista que não estão cadastrados na base de dados de entidades como a Rede Ecovida e CEAGRO. Outra justificativa se relaciona a descontinuidade dos agricultores no modelo agroecológico devido às dificuldades presentes no início da transição. Reiterando Santos (2016), problemas com fertilidade, disponibilidade de água, manejo de plantas espontâneas e insetos, manutenção da sanidade animal, ausência de recursos financeiros para viabilização e problema de dívidas no período anterior; além da pressão social e política para manutenção dentro do modelo hegemônico; transição muito rápida, problemas econômicos pela ruptura; comercialização contribuiu para esta descontinuidade. A localização destes entrevistados, aconteceu por intermédio de outros agricultores que concederam a entrevista e por meio de técnicos agrícolas (vinculados a cooperativas de produção que comercializam agroecológicos). Foram abordados oito agricultores, como nem todos estavam adequados às características da amostra, foram em seguida desconsiderados para análise destes dados, restando seis.

O roteiro da entrevista para identificar o perfil socioeconômico dos entrevistados e de sua unidade de produção foi composto por 26 questões (14 referentes ao perfil socioeconômico e 12 relativas ao perfil da produção). As perguntas buscaram identificar informações acerca da história de vida dos entrevistados, município de residência, idade, escolaridade, sexo, número e escolaridade dos filhos, tamanho das famílias, estrutura física da unidade de produção familiar, culturas produzidas, culturas agroecológicas, certificação, renda proveniente da agroecologia, renda advinda de programas sociais, situação da posse da terra. Esses elementos, possibilitaram o conhecimento sobre os entrevistados, sobretudo, para compreender as relações do Pronaf com a agroecologia.

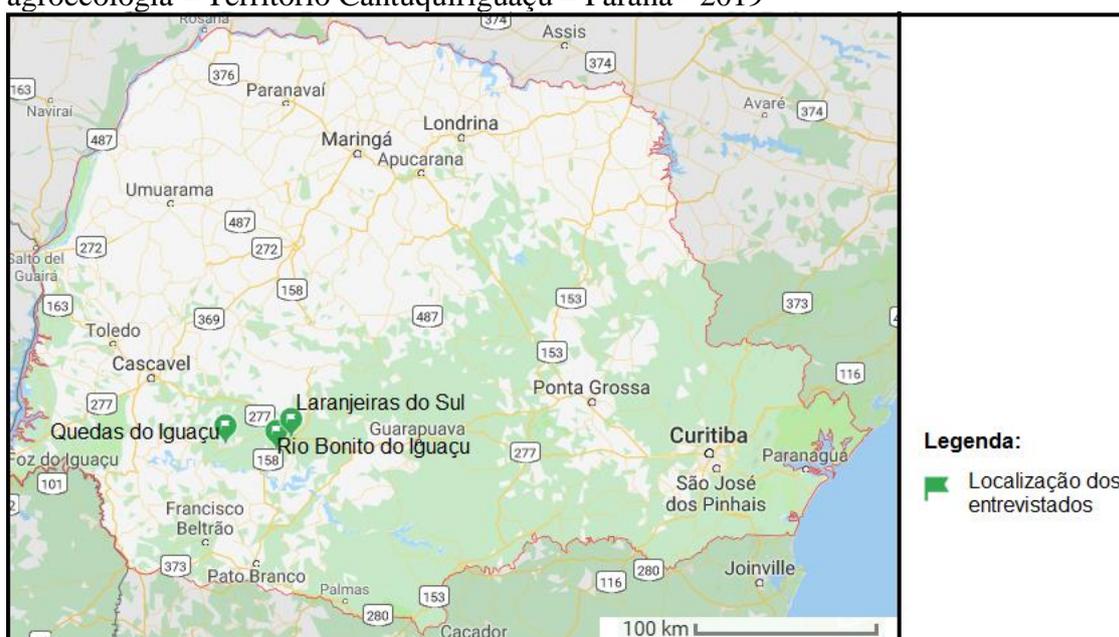
Devido às suas particularidades e de forma a compreender melhor cada categoria estudada, o perfil dos entrevistados e de suas propriedades segue descrito de forma separada, conforme cada uma das categorias expressas no Quadro 7. Inicia-se a descrição pelo perfil dos agricultores familiares com totalidade da produção certificada na agroecologia.

5.1 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO 100% CERTIFICADOS NA AGROECOLOGIA OU PRODUÇÃO ORGÂNICA

A categoria denominada “agricultores familiares certificados”, é composta dos agricultores que possuem certificação orgânica/agroecológica para 100% das culturas produzidas na propriedade, ou seja, aqueles cuja área está inteiramente certificada na agroecologia. Nesta categoria, dez unidades de produção compuseram a amostra. Do total de entrevistas, 90% foram realizadas na unidade de produção dos entrevistados e 70% das entrevistas foram aplicadas com a presença de pelo menos dois membros da família. Assim participaram da entrevista 16 pessoas com idade superior a 18 anos. Desse total, 8 são do sexo masculino e 8 do sexo feminino.

O Mapa 3, apresenta a localização dos agricultores que compuseram esta amostra. Do total de entrevistados, 60% residem no município de Quedas do Iguaçu/PR, 30% no município de Laranjeiras do Sul/PR e 10% no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Mapa 3 - Localização dos agricultores familiares com área 100% certificada na agroecologia – Território Cantuquiriguaçu – Paraná - 2019



Fonte: Google maps, 2019 [adaptado pela autora].

Inicialmente os agricultores familiares foram questionados em relação a sua história de vida. Falar sobre si mesmo e sobre a trajetória de vida, nem sempre é tarefa fácil. Os agricultores deste grupo, apresentaram histórias de luta, sobrevivência e resistência. Em diversos momentos, relatar acontecimentos difíceis vividos ao longo de suas vidas, bem como descrevê-los, exigiu dos entrevistados resiliência, sendo possível observar a emoção nos relatos. Alguns se mostraram inseguros em falar, precisavam de motivação constante por parte da pesquisadora. Foi observada, entre os dezesseis entrevistados, histórias de vida semelhantes.

Todos os entrevistados desta categoria estão vinculados aos movimentos sociais do campo e são filhos de agricultores familiares, sendo que todos ou estão ou já passaram por um acampamento⁶³ de reforma agrária. O relato da Mulher (59 anos), evidencia a trajetória de vida de alguém que trabalhou muito, ao longo de sua vida, em busca de dar uma condição digna à família, hoje encontra-se em um acampamento e busca realizar um sonho que é ter sua unidade de produção agrícola.

⁶³ Denominação será explicada num segundo momento do texto.

Minha história... ah sempre pobre, muito pobre. Com dez irmãs mulheres e três irmãos homens. Nasci na roça, meu pai foi agricultor, ainda pequena, tive que suportar a morte da minha mãe, tive que amadurecer cedo para ajudar meu pai com meus irmãos. A terra do meu pai não dava conta de sustentar todos nós, por isso meu pai vendeu a terra e fomos para a cidade. Eu e minhas irmãs fomos para a cidade trabalhar de doméstica, pra ajudar na renda, pra poder criar meus irmãos, que eram mais novos. Foi um tempo muito difícil, de muito sacrifício e trabalho pra ter o que 'ponhar' na mesa[...]. Depois casei, voltei pra roça, mas a terra não era nossa, trabalhei com meu marido por um bom tempo, até que o patrão decidiu vender a terra, e de novo, voltamos pra cidade. Meu marido foi trabalhar de pedreiro, mas queríamos voltar para a roça, o serviço era pouco, e a gente se "batia" bastante por falta de dinheiro. Se fosse ver nunca íamos ter dinheiro para comprar um pedaço de terra. Descobrimos por meio de um afilhado que tinha esse acampamento e viemos para cá. Faz quatro anos que estamos aqui, em busca de um pedaço nosso, do nosso sonho. Trabalhei a vida inteira e o que ganhava pouco dava pra sustentar a família, tenho sorte de poder estar aqui, graças a Deus" (MULHER, 59 anos).

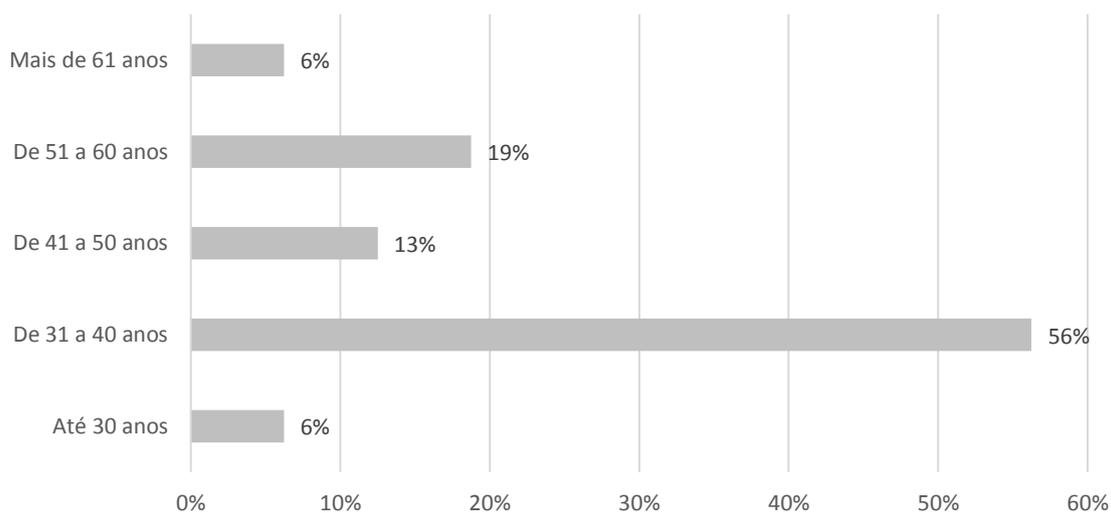
Todos os entrevistados são filhos de agricultores, e tiveram como primeira morada a zona rural. Apesar disso, muitos dos entrevistados em algum momento de sua vida, por necessidade, precisaram sair do campo e desenvolver outras atividades. Nas cidades, do total de entrevistados, 75% trabalharam prestando serviços como professor(a), pedreiro, mecânico, representante de organização coletiva e empregada doméstica. Todos mantinham o desejo de retornar ao campo enquanto desenvolviam as atividades preditas. Como mencionado anteriormente, todos os entrevistados estão inseridos em movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Além disso, do total de entrevistados, 18,8% nasceram dentro de um acampamento da reforma agrária, constituíram família e hoje seguem o exemplo de sua família de origem: encontram-se atualmente num acampamento em busca da conquista da terra. Conforme trecho da entrevistada Mulher (31 anos):

"Eu já nasci num acampamento, Rio Perdido em Salto Osório, daí depois mudei para o acampamento 10 de maio, foi quando minha mãe faleceu. Nesse acampamento, conheci meu marido, me casei e fui morar com a sogra, morei dez anos com ela, depois viemos para cá, isso já faz três anos. Pense menina! A vida inteira eu passei num acampamento (risos) [...]" (MULHER, 31 anos).

Em relação à faixa etária, observando homens e mulheres, os respondentes possuem em média⁶⁴ 41 anos. Sendo que o respondente mais jovem tem 29 anos e o mais velho 64 anos. O Gráfico 2 apresenta a idade dos agricultores pesquisados, na categoria de 100% da área certificada na agroecologia.

⁶⁴ Utilizando a média aritmética.

Gráfico 2 - Idade dos agricultores familiares pesquisados com 100% da área certificada na agroecologia



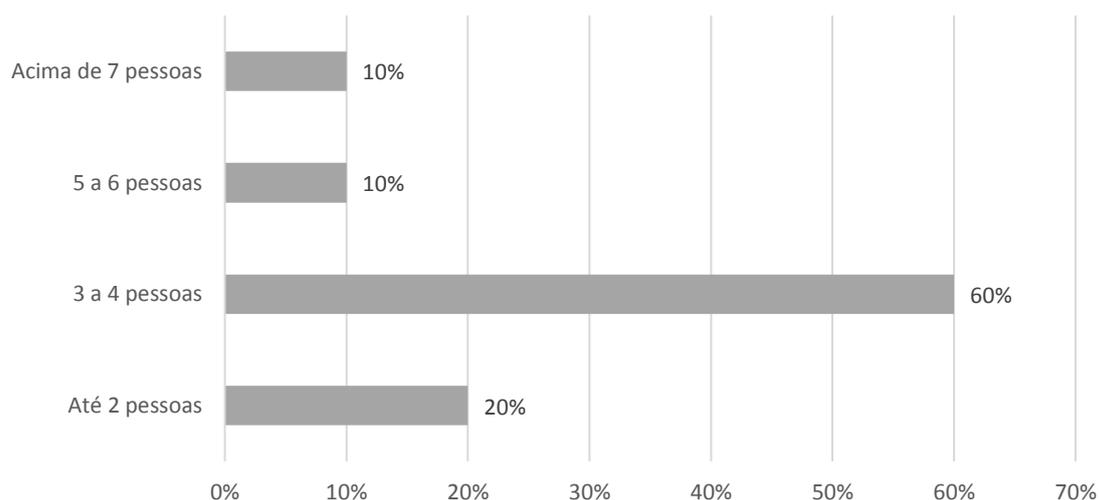
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme pode ser evidenciado no Gráfico 2, a maior parte dos agricultores entrevistados, possuem idade entre 31 a 40 anos, correspondendo a 56% do total de respondentes. As mulheres entrevistadas apresentam média de 39,3 anos de idade, sendo a mais jovem com 29 anos e a mais velha com 59 anos. Já os homens apresentam média de 42,7 anos de idade, tendo o respondente mais jovem 32 anos de idade e o mais velho 64 anos de idade.

Conforme mencionado anteriormente, 16 pessoas concederam a entrevista nas dez unidades de produção agrícola, sendo que nelas residem 37 pessoas. No Gráfico 3, é apresentado o número de pessoas por unidade de produção.

Em todas as unidades familiares pesquisadas, residem pessoas que possuem laços de parentesco entre si. Conforme é possível observar no Gráfico 3, do total de entrevistados, 60% residem de 3 a 4 pessoas na unidade de produção, nestas unidades moram predominantemente o casal juntamente com os filhos.

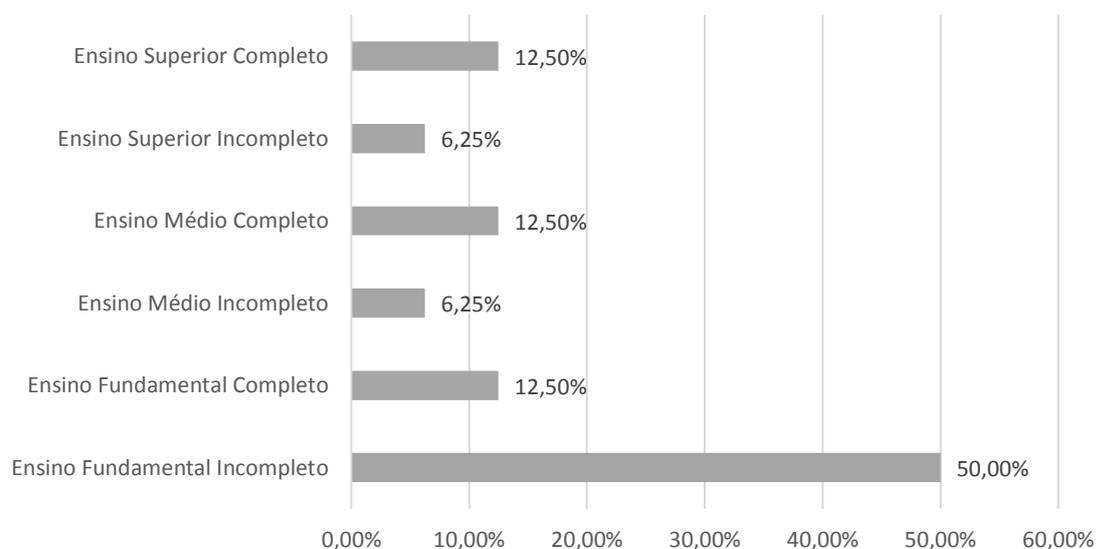
Gráfico 3 - Número de pessoas por unidade de produção pesquisada



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

No quesito escolaridade, buscou-se identificar o grau de instrução dos entrevistados, assim como os fatores que corroboraram para que concluíssem ou não os estudos. Os dados de escolaridade apresentados no Gráfico 4, são dos representantes da unidade de produção (em geral, representada pelo casal), sendo possível observar que metade dos respondentes cursou apenas as séries iniciais do ensino fundamental.

Gráfico 4 - Grau de escolaridade dos agricultores familiares pesquisados com 100% da área certificada na agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em relação à escolaridade, algumas falas dos entrevistados revelam o desejo pela continuidade dos estudos, entretanto, as condições socioeconômicas não lhes permitiram fazê-lo.

“Foi difícil, pouca renda, lembro de eu querer estudar, já que a gente estava na cidade, e meu pai não deixou, pois eu tinha que ajudar no sustento de casa e era de noite o estudo. Trago isso comigo até hoje, se eu tivesse estudado podia estar numa vida melhor” (MULHER, 59 ANOS).

“Eu só pude ‘estudá’ até a 7ª, a escola era bem longe de casa, tinha um trechão a pé, mas aí tinha que ‘trabaiá’, e também a cabeça era fraca pros estudo. Desde pequeno ajudava o pai na roça, e não tinha muito tempo pra ‘estudá’. Tinha ido mais longe com mais estudo” (HOMEM, 37 ANOS).

Do total de entrevistados, 31,3% conseguiu concluir o ensino médio e destes, 18,8% ingressaram no ensino superior. A seguir a fala de um deles,

Dentro do Movimento (MST) fui muito incentivado a estudar. Fiz as séries iniciais, o ensino médio e ensino técnico na área da Agroecologia no Paraná. Depois tive a oportunidade de ir para o nordeste, onde concluí graduação na Federal do Piauí, nesta mesma instituição fiz pós-graduação. No Nordeste conheci minha esposa, também já graduada, e depois a trouxe para morar no Paraná [...]. Foi bom o incentivo para estudar, hoje consigo retribuir o movimento de certa forma. Ter estudado contribui nas atividades dentro do acampamento, hoje coordeno a escola, sou professor, sou agricultor e coordeno o grupo de agricultores agroecológicos (HOMEM, 32 ANOS).

De forma geral, os entrevistados enfatizaram a importância de estudar como sendo um elemento de ampliação de capacidades e emancipação do indivíduo⁶⁵. A Tabela 5, apresenta a idade e a escolaridade dos 21 filhos dos entrevistados.

Do total de filhos, 62% estão estudando atualmente, esse percentual inclui os filhos de 5 até 16 anos, os quais estão na idade certa para continuidade dos estudos, e além destes um que está cursando o ensino superior. Dos filhos com mais de 16 anos, 33,3% pararam de estudar. Num comparativo da Tabela 5, com o Gráfico 3, nota-se que os filhos possuem maiores perspectivas de escolaridade que seus pais, pois em relação à idade, o percentual de filhos que não concluíram o ensino médio é pequeno e grande parte ainda continua estudando. A fala a seguir reflete o incentivo dos pais nesse quesito, “[...] hoje tem mais recurso, a escola é pertinho, quero que meu filho faça faculdade, quero que realize o sonho que eu sempre tive de ‘podê estudá’. Vou fazer o que eu pudé pra vê ele ‘formá’” (HOMEM, 36 ANOS).

⁶⁵ O que corrobora a argumentação de Sen (2010) de que a educação é uma das liberdades substantivas.

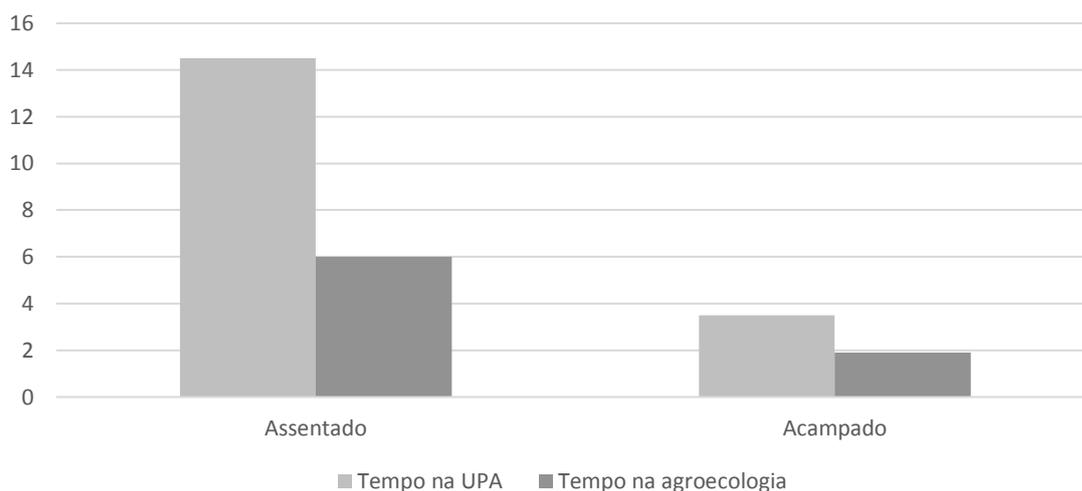
Tabela 5 - Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade nas unidades com 100% da área certificada com produção agroecológica

Escolaridade	Idade								Número de Filhos
	Até 1 ano	De 1 a 5	De 6 a 10	De 11 a 15	De 16 a 20	De 21 a 25	De 26 a 30	Acima de 31	
Analfabeto (a)	1	2							3
Ensino fundamental incompleto			5	1					6
Ensino fundamental completo				3					3
Ensino médio incompleto					1			2	3
Ensino médio completo						1	1	2	4
Superior Incompleto								1	1
Superior Completo							1		1
Número de filhos	1	2	5	4	1	1	2	5	21

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em relação à condição de posse da terra, do total de entrevistados, 40% encontram-se como assentados e possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Esse contrato garante o acesso à terra pelo agricultor em caráter provisório, permitindo o acesso aos créditos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária entre outros programas do Governo Federal de fomento à agricultura familiar (INCRA, 2019). Quanto aos demais entrevistados, 60% deles encontram-se em condição de acampados, ou seja, ocupam a terra de forma provisória, e estão aguardando a disponibilização do CCU pelo Incra, a produção de alimentos desses agricultores no momento é destinada ao autoconsumo. Devido à falta desse documento, esses agricultores não têm acesso aos créditos disponibilizados pelo Incra e pelo Governo Federal. Os agricultores familiares que se encontram como assentados, residem em média a 14,5 anos na unidade de produção, já no caso dos acampados a média é de 3,5 anos. O tempo deste último grupo é menor, tendo em vista a situação provisória deles na ocupação da terra. Esses elementos podem ser evidenciados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Tempo (em anos) que a família está na unidade de produção agrícola X tempo (em anos) na agroecologia nas unidades de produção 100% certificadas - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em relação à quantidade de hectares das unidades de produção pesquisadas, metade possui área de até 10 hectares (localizadas em acampamentos da reforma agrária). Neste grupo a área de produção utilizada pelos acampados é utilizada coletivamente e totaliza 130 hectares, resultando em uma média de 5 hectares por família acampada. Dos demais entrevistados, que são assentados, 40% possuem área até 12,5 hectares e 10% possui área de até 17 hectares. Considerando os dois casos (acampados e assentados), a média de área por entrevistado totaliza 9,05 hectares.

Os agricultores familiares que estão no acampamento, possuem residência provisória. As casas foram construídas utilizando predominantemente madeira e lona e possuem até dois cômodos. Devido a construção de caráter provisório a estrutura da maioria das casas destes entrevistados é precária, entrando água em dias de chuva (fato evidenciado nas entrevistas). Foi relatado durante as entrevistas que estes agricultores têm perspectivas, ainda durante o ano de 2019, de serem transferidos para a terra definitiva. Alguns possuem energia elétrica e água (obtidas de maneira improvisada). Nestas unidades de produção são encontrados equipamentos que servem para o desenvolvimento das atividades agrícolas, sendo utilizados coletivamente, tais como arado simples, enxadas.

No caso dos agricultores entrevistados que se encontram em assentamentos, possuem boa estrutura física nas propriedades, fato que pode ser justificado pelo tempo em que estão na unidade de produção, uma média de 14 anos. As casas destes entrevistados são de alvenaria, variando de 4 a 6 cômodos. Além disso, foi observada a

existência de estábulos e outras benfeitorias para guardar equipamentos agrícolas. Em termos de maquinários, os agricultores responderam ter arados, tobata⁶⁶, forrageira, trator pequeno (de propriedade da associação e de uso coletivo dos agricultores associados).

A mão de obra nas unidades pesquisadas é familiar, em 70% dos casos corresponde a duas pessoas, nas demais apenas uma pessoa é responsável pela mão de obra. Também foi identificado um número significativo de pessoas que trabalham fora da UPA, correspondendo a dez pessoas, as quais atuam em profissões diversas, tais como professor, colaborador em organização coletiva, zelador. Quanto à rotina de trabalho diário, verifica-se que ela é variável nos acampamentos. Em relação aos dias de manejo, plantio e colheita, a utilização da mão de obra é realizada em grupo e existem escalas de participação, havendo uma separação entre a área do grupo convencional e do grupo agroecológico. Este trabalho é realizado predominantemente pelos homens. As mulheres cuidam da casa e se reúnem ocasionalmente para desenvolver atividades de culinária e artesanato. Conforme citado anteriormente, os acampados ocupam provisoriamente a terra, por isso, nos últimos meses deixaram de produzir culturas em grande quantidade, produzem apenas para subsistência, devido a rumores de deslocamento para a terra definitiva.

Quanto à rotina diária de trabalho dos agricultores que estão nos assentamentos, foi possível mensurar a quantidade de horas em que se dedicam às atividades na unidade de produção. Esta corresponde em média a 10 horas para os homens e 12 horas para as mulheres. Dentre as atividades mencionadas estão: alimentação dos animais, manejo na horta, manutenção da estrutura da unidade de produção (conserto de cerca, reparo em ‘maquinários’), preparo das refeições, limpeza da casa. Foi evidenciado, no caso destes entrevistados, que as mulheres possuem jornada de trabalho maior, acordam mais cedo e vão dormir mais tarde.

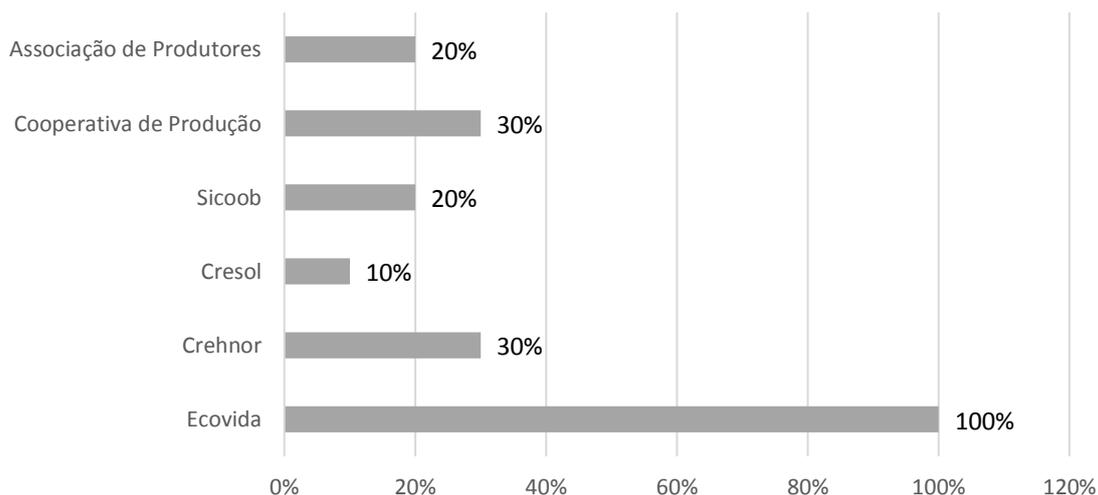
“Eu sempre tenho o que fazer, levanto cedo para fazer um chimarrão e preparar o café, depois vou pra roça, trato os animais, vou na horta e depois volto pra fazer o almoço, dou uma limpadinha na casa. Tem dias que vou pra feira vender. Volto pra casa, mexo na horta, tem dias que entro dentro de casa de noitezinha já, depois faço janta. Para nós mulher parece que nunca acaba o serviço” (MULHER, 52 ANOS).

⁶⁶ Mini-trator utilizado na agricultura.

A rotina de trabalho diária, no campo, é intensa, podendo ser este um dos motivos que leva os jovens a não desejar permanecer nas unidades de produção. Do total de unidades pesquisadas, 40% possuem casos de pessoas que saíram para residir no meio urbano, sendo os motivos mais frequentes: estudar e trabalhar.

Como forma de obter melhores condições de acesso a políticas públicas, fomentar a comercialização de seus produtos, acessar serviços à comunidade é comum que os agricultores familiares se organizem e se vinculem em associações e cooperativas. Em relação a participação deste grupo de entrevistados em organizações coletivas, observou-se que todos possuem algum vínculo com pelo menos uma organização. A organização que mais detém vínculo com os entrevistados desta categoria é a Rede Ecovida, sendo essa que garante a certificação de 100% da área na agroecologia para todos os entrevistados deste grupo. A Rede Ecovida funciona por meio da organização das famílias em grupos informais, associações ou cooperativas, e concede certificação participativa⁶⁷ aos agricultores vinculados. O Gráfico 6 apresenta um resumo das instituições coletivas das quais os entrevistados participam.

Gráfico 6 - Participação dos entrevistados em organizações coletivas: associação, cooperativa ou rede, nas unidades com 100% de produção agroecológica



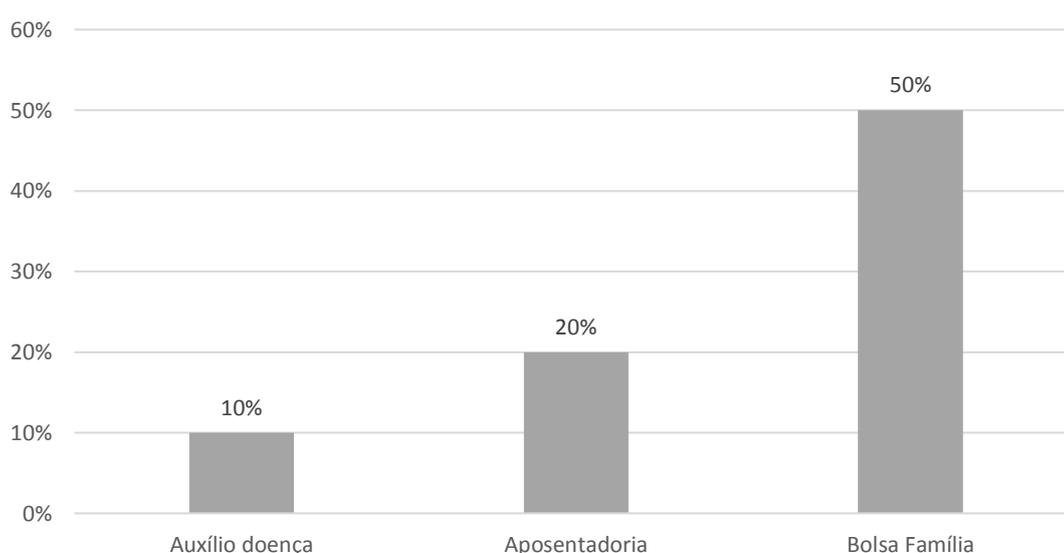
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

⁶⁷ A certificação participativa é constituída por meio de agricultores, técnicos e consumidores que se integram objetivando constituir uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem. Esse tipo de certificação, garante ao agricultor credibilidade, construída sob bases de participação solidária de todos os segmentos que têm interesse em assegurar a qualidade do produto final e do processo produtivo (REDE ECOVIDA, 2019).

Como pode ser observado no Gráfico 6, também foram mencionadas por parte dos entrevistados diversas cooperativas de crédito, como organizações para acesso a empréstimos e financiamentos, além de outros produtos e serviços bancários. As cooperativas de produção, contribuem no fomento à comercialização e beneficiamento dos produtos. E as associações de produtores, objetivam oportunizar parcerias com entidades públicas/ privadas para capacitação aos agricultores, além de participar de licitações para uso de maquinários, por exemplo. Cabe ressaltar que os agricultores que se encontram em acampamentos, possuem menor vínculo com organizações coletivas. No caso destes, a maioria possui apenas o vínculo com a Rede Ecovida, e justificaram que precisam ir para a terra definitiva para posteriormente se vincularem às associações de produtores e/ou cooperativas de produção. No caso das instituições financeiras, não conseguem abrir conta pois não possuem comprovação de residência.

No quesito acesso aos benefícios sociais, foi identificado que 50% dos entrevistados são beneficiários do Bolsa Família, conforme pode ser observado no Gráfico 7. Os que possuem este benefício enquadram-se como acampados. Os agricultores pesquisados que estão em assentamentos, não recebem o Bolsa Família, por estarem desenquadrados no requisito renda.

Gráfico 7 - Acesso a benefícios sociais nas unidades de produção com 100% da área certificada na produção agroecológica



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Nas unidades de produção pesquisadas existe diversidade de produção. Muitos agricultores quando questionados sobre quais as culturas que desenvolvem nas unidades

responderam *“é mais fácil perguntar o que não produzimos”*. No caso dos acampamentos, destacam-se a produção de hortaliças como alface, almeirão, repolho, e flores como a couve-flor, brócolis. Além da produção de mandioca, amendoim, girassol, abóbora, arroz, milho, feijão. Nos assentamentos, destaque para hortaliças (idênticas aquelas produzidas pelos acampados entrevistados) e frutas como tangerina, laranja, banana, figo, manga, morango, fruta-do-conde, guabiroba, amora. Em uma das unidades pesquisadas, destaca-se também a produção de plantas medicinais. Todas as culturas citadas são certificadas na agroecologia.

Os agricultores desta categoria, que estão assentados, redesenharam seu processo produtivo, construíram barreiras de proteção, retiraram da produção os insumos químicos, aprenderam a importância de todo o complexo que envolve a unidade de produção, alteraram a forma de comercialização, aumentaram a diversidade produtiva, certificaram 100% de suas áreas, e por consequência mudaram a forma vida. Conforme Gliessman (2005) o terceiro nível é o mais complexo, caracterizado pela incorporação do novo conjunto de práticas e processos, pois redesenharam o agroecossistema.

Quando questionados sobre como foi o primeiro contato com a agroecologia, 75% dos entrevistados responderam ter sido em reuniões e eventos do MST. Esse fator pode ser justificado pela adoção da agroecologia como bandeira política do MST⁶⁸. Além desse fator, também foram apontados outros elementos que contribuíram para escolha da produção agroecológica, como: saúde (81,3%), melhor qualidade de vida (56,3%), apoio do CEAGRO (56,3%) produto de maior qualidade (18,8%). *“A alimentação é tudo para ter uma vida mais saudável. Pensar não só na gente, mas em quem come o que produzimos”* (MULHER, 59 ANOS).

Os agricultores foram questionados sobre a renda obtida com a venda dos produtos certificados na agroecológica. No caso dos assentados, a renda proveniente da agroecologia corresponde em média a 70% da renda total obtida pela família. As demais

⁶⁸ Com base em Carli (2013), essa é uma intenção do MST que instituiu a agroecologia enquanto bandeira política, que objetiva o enfrentamento ao modelo agrícola hegemônico e como potencialidade de integração aos debates globais acerca do desenvolvimento sustentável. Apesar disso cabe destacar que muitos agricultores familiares acampados e assentados que são membros do MST, não adotaram a agroecologia como forma produtiva em suas unidades de produção. Fato evidenciado no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, onde existem 200 famílias cadastradas na base de dados da Rede Ecovida, das quais 68 famílias possuem algum tipo de certificação em agroecologia, correspondendo a 1,6% do total de famílias assentadas. Este percentual poderia ser ainda menor se considerasse as famílias acampadas. Como pode ser observado no Anexo A, os assentamentos representam uma realidade presente no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, sendo que 70% dos municípios que compõe o Território possuem assentamentos rurais.

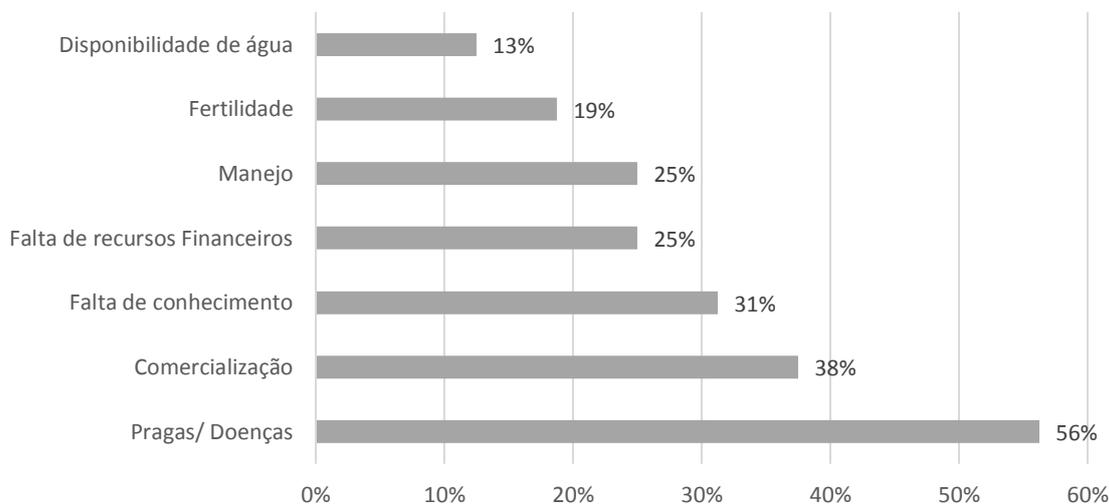
rendas, são não agrícolas e são provenientes de bolsa família, aposentadoria, auxílio doença e atividades fora da unidade de produção.

A renda da venda dos agroecológicos poderia ser maior. Na feira, a gente não consegue ter um acréscimo no valor, porque lá todos comercializam como se fosse produto certificado. Alguns consumidores não sabem identificar o produto certificado, com isso a gente tem que vender pelo mesmo preço. Mas a feira acaba sendo algo mais estratégico, serve para mostrar para a população que é possível produzir sem veneno, oferecer produtos de mais qualidade. Também considero como renda aquilo que deixo de gastar. Eu praticamente não tenho gasto no supermercado e consigo produzir e consumir produtos de qualidade, sem veneno (HOMEM, 56 ANOS).

Já os agricultores que estão em acampamentos, produzem predominantemente para subsistência. Apenas um dos entrevistados mencionou que comercializou sua produção de feijão com ajuda do CEAGRO, entretanto não informou valores.

Os agricultores foram questionados sobre as principais dificuldades que enfrentaram no processo de transição para a agroecologia. Dentre as respostas mais frequentes, destaca-se a incidência de pragas e doenças nas plantas, que segundo os entrevistados, ocorre com mais intensidade no início da transição. O Gráfico 8, apresenta as principais respostas obtidas para a indagação referida.

Gráfico 8 - Principais dificuldades enfrentadas durante o processo de transição nas unidades com 100% da área certificada na produção agroecológica



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

A partir da observação do Gráfico 8, é possível constatar que a maior parte dos entrevistados enfrentou problemas com incidências de pragas e doenças no processo de

transição. Ilustrando estas dificuldades a fala da Mulher (29 anos), apresenta justificativas para o fato.

Quando a gente mudou, foi bem difícil, quando retiramos o veneno as pragas brotaram de tudo que é lado e é pior ainda se tem lavoura convencional próximo. Até ter uma boa barreira, pegar o jeito, fazer testes pra descobrir que planta ajuda na outra, demora um pouco (MULHER, 29 anos).

Cabe ressaltar que a incidência de pragas, não é um desafio apenas no início do processo de transição para a agroecologia. Conforme evidenciado nas entrevistas, as pragas também continuam aparecendo depois, mas com menor intensidade. Além das pragas, a dificuldade na comercialização também foi um elemento identificado como limitador, fato observado principalmente nas falas daqueles que se encontram nos assentamentos (tendo em vista que para os acampados a produção está sendo utilizada para autoconsumo).

De nada adianta produzir, se não tem pra quem vender. A gente sabe que tem bastante mercado pra fora, como Curitiba, São Paulo, que pagam mais. Mas se não tem o contato com esse povo, e formas de levar os produtos até eles fica difícil (HOMEM, 36 anos).

Para conseguir acesso a alguns mercados, os agricultores se vinculam a cooperativas/ associações de produção. Essas organizações buscam comercializar produtos principalmente por meio de políticas públicas de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A falta de conhecimento técnico e das formas de manejo mais adequados, também foram elementos relatados pelos entrevistados como sendo desafios, principalmente na fase da transição. Os agricultores mencionaram que na agroecologia o aprendizado é diário, pois frequentemente se deparam com descobertas que surgem após testes. No relato da Mulher (52 anos), é possível observar o entusiasmo e o orgulho a cada nova descoberta relacionada às práticas de manejo na agroecologia:

Para plantar soja tem a receitinha, aplica isso, depois aquilo, e se tiver problema durante tem sempre um veneno pra passar. Na agroecologia é diferente, tem vezes que é por tentativa que vamos descobrir o que fazer. Teve uma praga que deu na beterraba uma vez e nós curamos passando leite todos os dias, hoje ensino isso aos vizinhos (MULHER, 52 anos).

Além das limitações mencionadas anteriormente, a falta de recursos financeiros também foi um dos elementos apontados como dificultadores no processo de transição.

Quando a gente entra na agroecologia, surge bastante praga, até você ter uma produtividade boa, vai um tempo também. No início a renda não é muito,

porque quase não produz. Por mais que pra plantar não vai tanto dinheiro, mas se você não tem uma estrutura mínima é difícil. Eu tinha que ir molhar a horta todo dia no começo porque não tinha dinheiro para comprar irrigação, se no começo tivesse dinheiro, teria comprado antes e não sofrido tanto. Então no início é muito difícil, se tiver recurso financeiro se estrutura melhor (HOMEM, 36 anos).

Dificuldades similares às obtidas junto às entrevistas, também foram apontadas na teoria. Santos (2016) destacou como elementos dificultadores no processo de transição para a agroecologia: problemas com fertilidade, disponibilidade de água, manejo de plantas espontâneas e insetos, manutenção da sanidade animal, ausência de recursos financeiros para viabilização e problema de dívidas no período anterior; além da pressão social e política para manutenção dentro do modelo hegemônico; problemas econômicos pela ruptura; comercialização.

Mesmo com todas as dificuldades mencionadas, expressadas desde o processo produtivo, até a comercialização, todos os entrevistados nesta categoria relataram interesse em continuidade com a produção agroecológica. Foi observado que eles se orgulham pelos avanços que obtiveram e por construir uma produção na qual o foco não é a quantidade, mas sim a qualidade. *“Sim, quero continuar, é muito bom olhar para traz e ver que conseguimos chegar até aqui. Sabemos que estamos no caminho certo e que essa é a melhor forma de produzir. Não é por ser mais fácil, mas sim porque é o melhor”* (MULHER, 52 anos). Os mesmos elementos são evidenciados também na fala a seguir *“[...] eu ouvi por alguém que não era possível produzir sem veneno. Já faz seis anos que estou nesse modelo, é certo que não temos muito apoio político, mas provar que é possível a produção, é uma grande coisa. A agroecologia é forma de vida”* (HOMEM, 56 anos).

O grupo entrevistado nesta seção, sobretudo aqueles que estão nos assentamentos, ampliaram a área certificada na agroecologia aos poucos, até obterem a totalidade. Enfrentaram e enfrentam desafios diariamente, estes relacionados ao desconhecimento sobre uma nova praga ou doença que surgiu na planta, ou pelas dificuldades na comercialização de produtos, assim como pela falta de apoio político. Dentre aqueles que estão em acampamentos, cabe ressaltar que se encontram em situações mais vulneráveis num comparativo com os assentados, tendo em vista a condição provisória em que se encontram, carecem de condições básicas como moradia adequada, infraestrutura e renda, apesar de receber recursos do programa bolsa família.

No caso dos acampados, a produção atual proveniente dos produtos agroecológicos está sendo utilizada apenas para autoconsumo, não sendo comercializada

tendo em vista a situação provisória em que vivem. Cabe ressaltar que mesmo acampados, já comercializaram produtos agroecológicos com auxílio do CEAGRO, sendo esta, a produção excedente de feijão. Apesar das limitações encontradas, durante as falas, foi observada entre esses entrevistados a satisfação pela obtenção da certificação total da área. Eles não produzem apenas produtos sem insumos químicos e sim fazem da agroecologia uma forma de viver, se orgulham por produzir alimentos mais saudáveis e reconhecem a resistência e a necessidade de enfrentamento por detrás dessa produção.

Esta seção buscou apresentar as características e relatos de vida destes agricultores que se encontram em um processo mais avançado na produção agroecológica, tendo em vista que possuem toda a área certificada. Na próxima seção, são apresentadas as características dos agricultores familiares que já possuem parte da área certificada e que juntamente aos agroecológicos, ainda possuem produção e desenvolvimento de culturas convencionais.

5.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES CERTIFICADOS EM CONCOMITÂNCIA COM PRODUÇÃO CONVENCIONAL

Esta categoria de agricultores familiares é composta por aqueles que possuem certificação orgânica/agroecológica para parte das culturas produzidas na propriedade, mas que também desenvolvem culturas não certificadas na agroecologia. Apesar de terem apenas parte da área certificada na agroecologia, não utilizam insumo químico nas demais áreas da unidade de produção agrícola. No caso de um dos entrevistados foi identificada a utilização de insumo químico, em uma área que está arrendada para o plantio de soja. Nesta categoria, quinze unidades de produção compuseram a amostra. Do total de entrevistas, 70% foram realizadas na unidade de produção dos entrevistados, as demais foram realizadas em feiras e cooperativa de produção. Das entrevistas 40% foram aplicadas com a presença de pelo menos dois membros da família: o casal ou pai e filho, resultando na participação de 21 pessoas com idade superior a 18 anos.

No Mapa 4 está apresentada a localização dos agricultores que compuseram esta amostra. Do total de entrevistados, 40% reside no município de Laranjeiras do Sul/PR, 33% no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, 20% no município de Nova Laranjeiras/PR e 7% no município de Reserva do Iguaçu/PR.

Mapa 4 - Localização dos agricultores familiares com área parcialmente certificada na agroecologia – Território da Cidadania Cantuquiriguaçu – Paraná - 2019



Fonte: Google Maps, 2018 [adaptado pela autora]

As unidades de produção pesquisadas possuem em média 16% da área certificada na agroecologia. A Tabela 6 apresenta o percentual da área total e da área certificada em cada uma das quinze unidades de produção pesquisadas nesta categoria.

Tabela 6 - Área total da Unidade de Produção x percentual da área certificada na agroecologia

Identificação	Área total (ha)	Área certificada na agroecologia (ha)	Percentual da área certificada em relação à área total (%)
UPA 1	16,0	4,8	30
UPA 2	12,1	3,6	30
UPA 3	13,0	3,6	28
UPA 4	14,0	2,8	20
UPA 5	12,9	2,4	19
UPA 6	23,9	4,0	17
UPA 7	12,0	2,0	17
UPA 8	15,0	2,4	16
UPA 9	16,3	2,4	15
UPA 10	8,0	1,0	13
UPA 11	12,0	1,2	10
UPA 12	12,0	1,0	8
UPA 13	15,0	1,0	7
UPA 14	17,0	1,0	6
UPA 15	13,3	0,5	4
Média aritmética	14,1	2,2	16

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme pode ser observado na Tabela 6, o percentual certificado na agroecologia está limitado a pequenas áreas, que são, em geral, reservadas ao cultivo de hortaliças e pomar. Do total de unidades pesquisadas, 33,3% tem interesse em ampliar essas áreas. Dentre os que não desejam ampliar a área certificada, destacam-se algumas falas que justificam o fato.

Não tenho interesse em aumentar a área, porque eu e a mulher já não vencemos esse pouco que tem, dá muito trabalho a horta, e os filhos saíram pra estudar, é pouca gente pra ajudar. Se a gente aumentar não vai vencer. [...] Os animais não adianta certificar, porque não tem pra onde mandar a produção. Veja, o caso do leite, não tem nenhum laticínio por perto que receba leite orgânico, daí não adianta certificar tudo (HOMEM, 41 ANOS).

Dá medo de aumentar muito e não ter pra onde vender. A gente mora num lugar longe, e várias vezes já perdi produção porque a cooperativa não tinha contrato de entrega (MULHER, 41 ANOS).

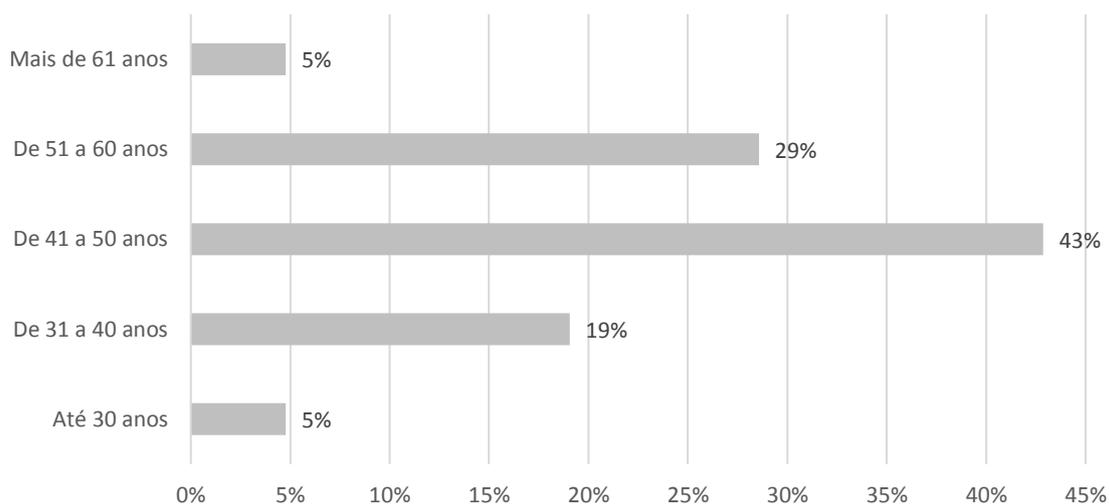
Dos agricultores familiares que compuseram esta amostra, 80% estão localizados em assentamentos⁶⁹ da Reforma Agrária e possuem o Contrato de Concessão de Uso da terra, e 20% possuem a matrícula da terra. Sobre a origem dos entrevistados, estes são oriundos de estados como Santa Catarina (19%), Rio Grande do Sul (10%), Minas Gerais (5%), sendo que a maior parte nasceu no Paraná (66%) nas cidades de Foz do Iguaçu, Manguairinha, São João, Enéas Marques, Palmital, Pérola do Oeste e Laranjeiras do Sul.

Do total de entrevistados, 70% são filhos de agricultores familiares, os demais nasceram na zona urbana. Todos os respondentes estão vinculados a movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo que 57% dos respondentes passaram por pelo menos dois acampamentos antes de obter a terra definitiva.

Em relação à faixa etária, os respondentes apresentam uma média de 47,1 anos. O respondente mais jovem tem 29 anos e o mais velho 66 anos. O Gráfico 9 apresenta a idade dos agricultores pesquisados nesta categoria.

⁶⁹ Do total de entrevistados da categoria em questão, não foi encontrado nenhum em condição de acampado.

Gráfico 9 - Idade dos entrevistados nas unidades de produção com área parcialmente certificada na agroecologia

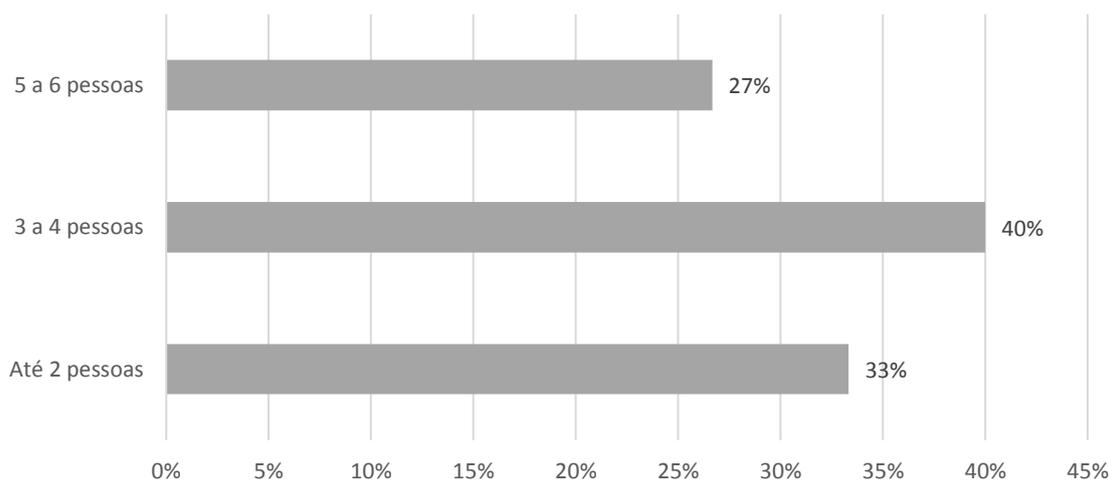


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme pode ser evidenciado no Gráfico 9, a maior parte dos agricultores entrevistados nesta categoria, possui idade entre 41 a 50 anos, correspondendo a 43% do total de respondentes. Participaram da entrevista 9 mulheres que apresentam média de 44,8 anos de idade, em que a mais jovem tem 29 anos e a mais velha 52 anos. No caso dos homens foram 12 participantes, com idade média de 48,9 anos de idade, tendo o respondente mais jovem 36 anos de idade e o mais velho 66 anos de idade.

Conforme mencionado anteriormente, 21 pessoas concederam as entrevistas, totalizando quinze unidades de produção agrícola. Considerando os demais membros da família, residem nas unidades pesquisadas 52 pessoas. No Gráfico 10 consta o número de residentes por unidade de produção pesquisada. Em geral, moram nas unidades de produção o casal com filhos, representando 33,3% dos casos, em 26,7% reside apenas o casal, em 13,3% residem o casal, filhos e avós, em 13,3% residem mãe e filhos, em 6,7% residem o pai e o filho e em 6,7% apenas o pai.

Gráfico 10 - Número de pessoas por unidade de produção com área parcialmente certificada para a agroecologia - Concomitância



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

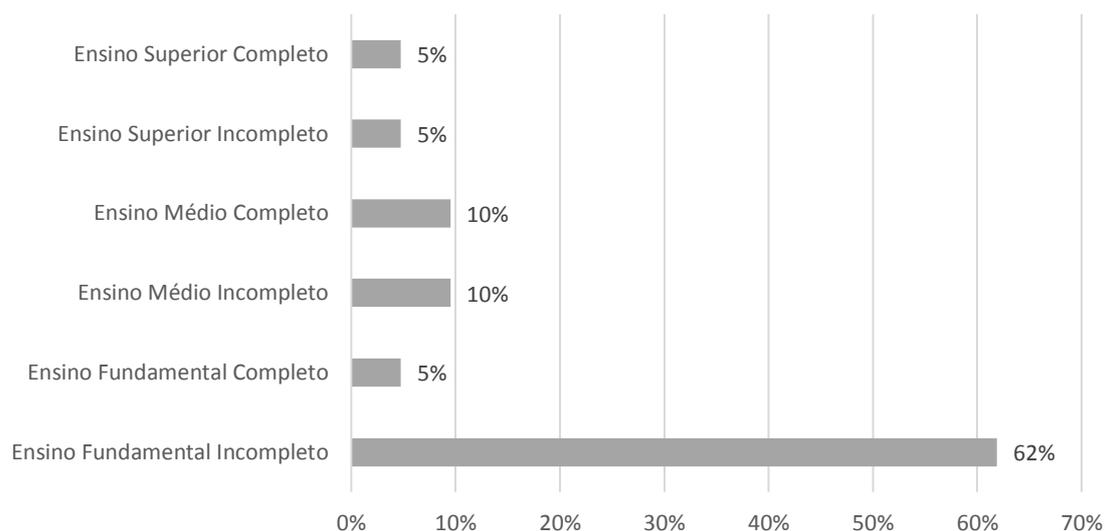
Conforme pode ser observado no Gráfico 10, do total de unidades de produção pesquisadas, em 40% residem de 3 a 4 pessoas. A mão de obra familiar em 7% das unidades é de no máximo três pessoas. Em 40% das unidades residem de três a quatro pessoas. Neste grupo a composição familiar é formada predominantemente pelo casal e filhos. Nas unidades familiares com até duas pessoas, residem predominantemente o casal. No caso daquelas com mais de cinco pessoas, além do casal e filhos, também residem avós e genros.

Também foram identificadas pessoas que trabalham fora da UPA, 7% prestam serviços apenas fora da unidade de produção e 31% desempenham atividades simultaneamente na propriedade e fora dela. Dentre os trabalhos mencionados estão, membros de organização coletiva atuando em cooperativas, técnico agrícola, feirante⁷⁰, confeitaria.

No quesito escolaridade, buscou-se identificar o grau de instrução dos entrevistados, assim como os fatores que corroboraram para que concluíssem ou não os estudos. Os dados de escolaridade, apresentados no Gráfico 11, são dos representantes da unidade de produção, sendo que mais da metade dos respondentes cursou apenas as séries iniciais do ensino fundamental.

⁷⁰ Comercializa produção própria e dos vizinhos na feira.

Gráfico 11 - Grau de escolaridade dos entrevistados nas unidades de produção com área parcialmente certificada - Concomitância



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em relação à escolaridade, os resultados se assemelham ao primeiro grupo de unidades produtivas pesquisadas. Os entrevistados da categoria atual tinham o desejo de concluir os estudos, sendo que os motivos para não terem conseguido são diversos. Destacam-se as dificuldades financeiras, localização distante da escola, preferência por trabalhar, pai ou responsável não permitiu que estudasse. A fala a seguir, evidencia alguns dos motivos supracitados.

A escola que tinha mais perto, só tinha até a quarta série. Aí quando terminei a quarta, não fui para o ginásio, porque não adiantava, a prioridade era o trabalho, e se eu fosse estudar longe, teria que sair de casa (HOMEM, 50 ANOS).

Do total de entrevistados, 20% conseguiram concluir o ensino médio e 10% ingressaram no ensino superior. *“Eu cursei contabilidade, foi uma necessidade que tive depois que assumi responsabilidades importantes dentro da cooperativa” (HOMEM, 36 ANOS).* Na Tabela 7 está apresentada a idade e a escolaridade dos filhos dos entrevistados, que ao total somam 28 indivíduos.

Tabela 7 - Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade nas unidades de produção com área parcialmente certificada para a agroecologia

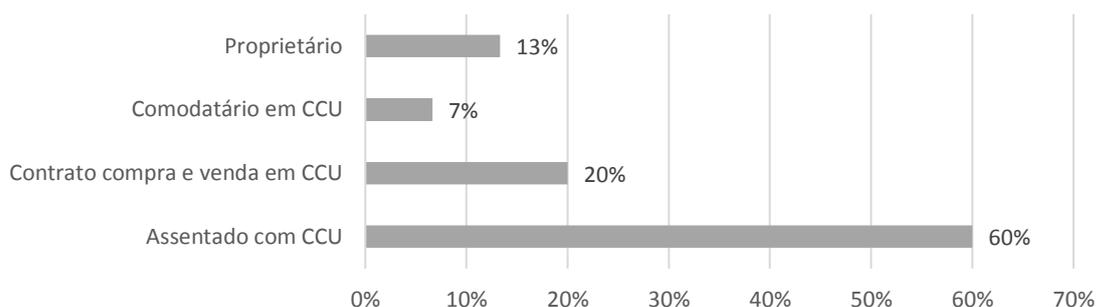
Escolaridade	Idade								Número de Filhos
	Até 1 ano	De 1 a 5	De 6 a 10	De 11 a 15	De 16 a 20	De 21 a 25	De 26 a 30	Acima de 31	
Analfabeto (a)	1	1							2
Ensino fundamental incompleto			1	1		1	1	1	5
Ensino fundamental completo				2		1			3
Ensino médio incompleto								1	1
Ensino médio completo					2	3	3	1	9
Superior Incompleto					2	1	1	1	5
Superior Completo						1	2		3
Número de filhos	1	1	1	3	4	7	7	4	28

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A Tabela 7, evidencia que, do total de filhos 39,29% não concluíram o ensino médio, 32,1% concluíram o ensino médio e 28,57% ingressaram no ensino superior e permanecem estudando. Num comparativo da Tabela 6, com o Gráfico 11, nota-se que os filhos possuem maior escolaridade que seus pais.

Em relação à condição de posse da terra, do total de entrevistados, 60% encontram-se como assentados e possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU), 20% são proprietários e detém a matrícula da terra. Outros 27% possuem contrato de comodato ou contrato de compra e venda com o detentor do CCU. Legalmente, este último grupo de agricultores ocupa a terra de forma irregular e não consegue acessar aos créditos disponibilizados pelo Incra e pelo Governo Federal. O Gráfico 12 apresenta a condição de posse de terra dos entrevistados na categoria de agricultores em questão.

Gráfico 12 - Condição de posse da terra nas unidades de produção com área parcialmente certificada – Território Cantuquiriguaçu – 2019.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Os agricultores familiares que são proprietários da terra, estão em média a 20,5 anos residindo na unidade de produção. No caso dos assentados com CCU, a média é de 17,6 anos. E nos casos de comodato e contrato de compra e venda a média é de 7,75 anos.

Os agricultores pesquisados possuem boa estrutura física nas propriedades. As casas são de alvenaria (46,67%), mistas⁷¹ (40%) e madeira (13,33%), contendo em média 4 cômodos. Além disso, foi observada a existência de benfeitorias para guarda de equipamentos agrícolas e *estrebria*⁷². E em termos de maquinários, os agricultores responderam ter arados, fregedoura, trator de pequeno porte, tanque resfriador de leite, ordenhadeira. Apesar da boa estrutura física nas unidades de produção, cabe ressaltar a precariedade⁷³ em relação ao acesso até elas. Os entrevistados mencionaram problemas que levaram alguns dos produtores a deixar de produzir produtos pelas dificuldades de trânsito e transporte nas estradas e acessos

uns três anos atrás eu entregava uma parte do leite, mas aí caiu a ponte e o leiteiro não conseguia chegar até aqui. Foram meses até arrumar de novo, tive um prejuízo enorme porque não tinha tanque resfriador pra tudo o leite. Depois arrumaram, caiu de novo. E tá assim até hoje (HOMEM, 56 anos).

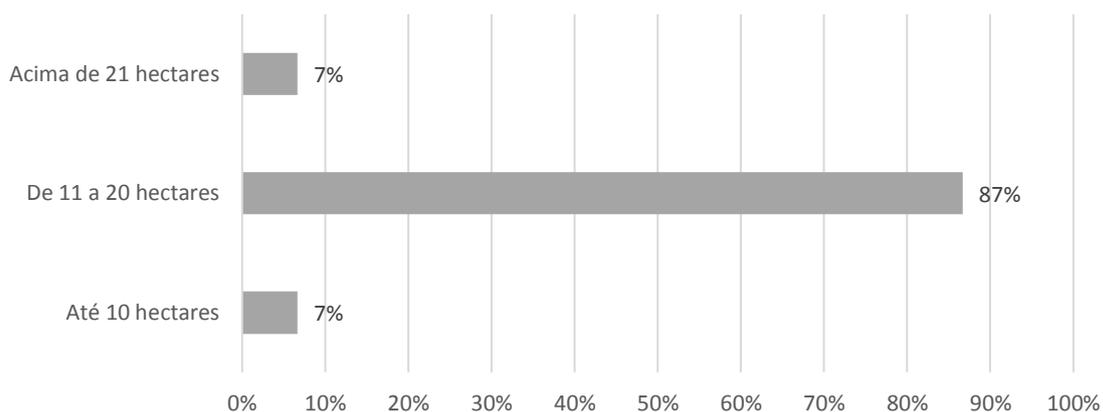
Em relação à área total das unidades de produção pesquisadas, elas possuem em média 14,16 hectares por unidade, conforme pode ser observado no Gráfico 13.

⁷¹ Mista de madeira e alvenaria.

⁷² Ou também denominado estábulo, é o local onde se abrigam animais, principalmente cavalos, coqueira. Geralmente os animais pernoitam nestas benfeitorias.

⁷³ A pesquisadora se deparou com diversos percalços durante o deslocamento para as entrevistas, como uma ponte caída (foto pode ser observada no Apêndice E), estradas estreitas e esburacadas, lama excessiva ocasionada pela chuva (o carro da pesquisadora ficou encalhado no acesso a 3 unidades de produção), pedras soltas.

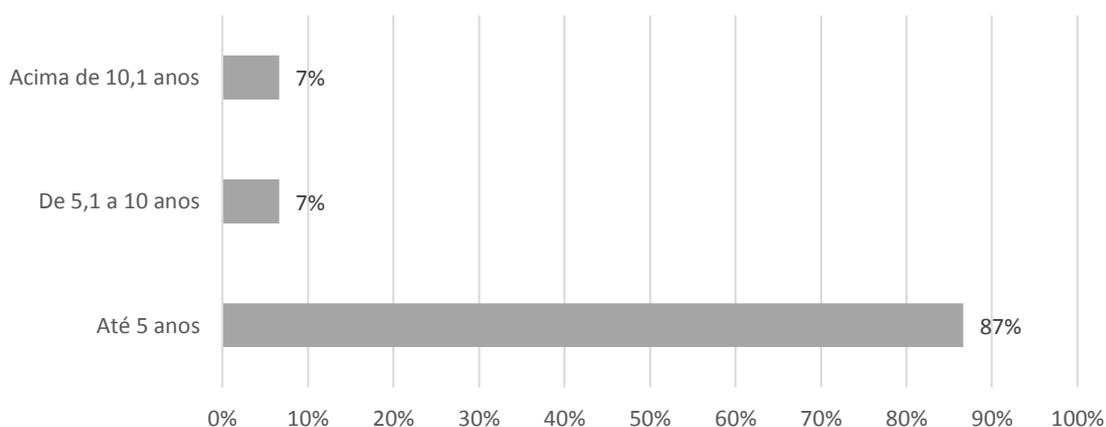
Gráfico 13 - Área total por unidade de produção com área parcialmente certificada - Concomitância



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em relação ao tempo em que os entrevistados atuam na agroecologia, constatou-se que em média estão há 4,4 anos na atividade, o que corresponde a um tempo recente. Neste sentido, Gliessman (1998) afirma que nos primeiros anos de experiência com a agroecologia o agricultor vai desenvolvendo conhecimento, é comum a incidência de pragas, e ainda estão fortalecendo canais de comercialização, sendo que as dificuldades em relação aos elementos mencionados podem fazer com que o agricultor desista do processo. No Gráfico 14 constam os detalhamentos sobre o tempo de atuação na agroecologia das quinze unidades pesquisadas, nesta categoria.

Gráfico 14 - Tempo de atuação na agroecologia das unidades de produção com área parcialmente certificada- Concomitância



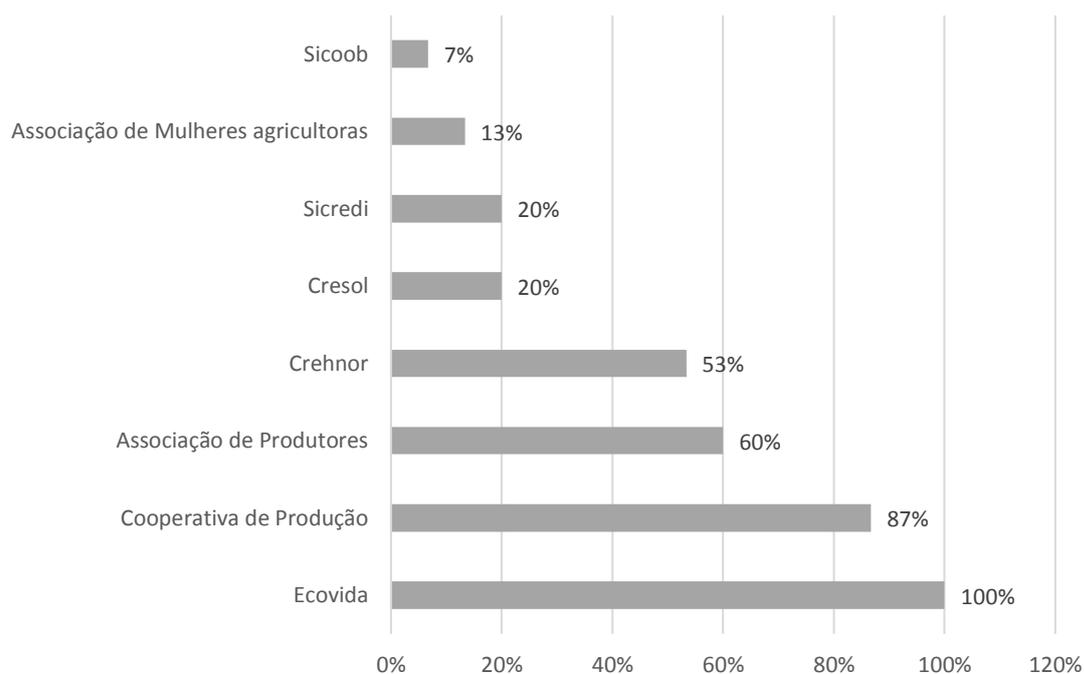
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

No quesito rotina de trabalho diária na propriedade, observa-se uma média de 9,3 horas para o caso dos homens e 9,9 horas para as mulheres. Dentre as atividades mencionadas estão: alimentação dos animais, ordenha de vacas, manejo da horta, manutenção da estrutura da unidade de produção, preparo das refeições, limpeza da casa. Da mesma forma como no grupo descrito na seção 4.1.1, foi evidenciado que as mulheres possuem jornada de trabalho maior, acordando mais cedo e indo dormir mais tarde.

Em relação às perspectivas de sucessão, foi identificado que em 46,6% das unidades familiares pesquisadas, há integrantes da família que saíram para residir em outro local, sendo os motivos mais frequentes casamento, trabalho e estudo e não tem planos de retornar.

Ao serem questionados sobre participação em organizações coletivas, todos os entrevistados mencionaram possuir vínculo com a rede Ecovida, sendo esta, a organização que garante a certificação na agroecologia da área parcial. O Gráfico 15 apresenta um resumo das instituições mencionadas.

Gráfico 15 - Participação dos entrevistados em organizações coletivas: Associação, cooperativa ou rede, nas unidades de produção com área parcialmente certificada.



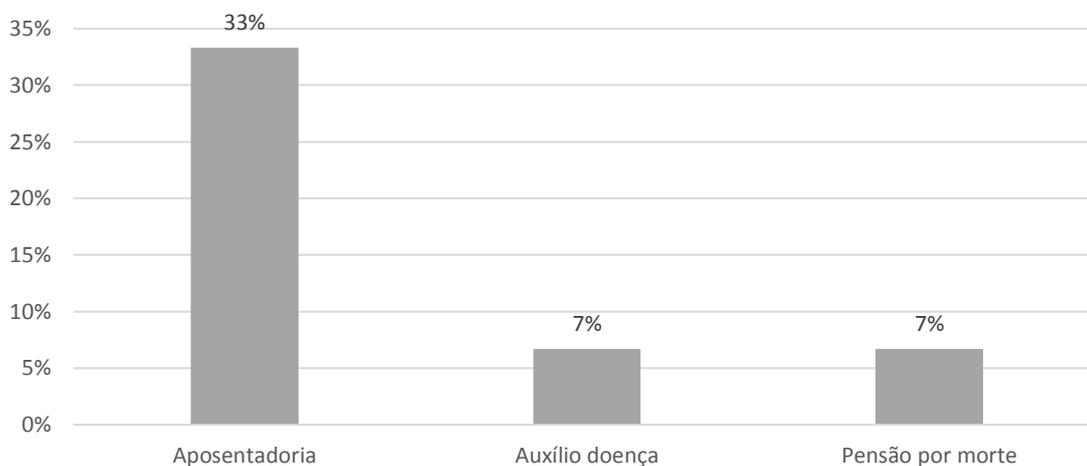
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Além de participarem da Rede Ecovida, os entrevistados desta categoria mencionaram ainda a participação em diversas outras organizações coletivas, com

destaques para cooperativa de produção, associação de produtores, cooperativas de crédito e associações de mulheres.

No quesito acesso a benefícios sociais, foi identificado que 33% são beneficiários ou possuem em casa alguém que receba aposentadoria. Nenhum dos entrevistados recebe o benefício do Bolsa Família. Estes elementos podem ser observados no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Acesso a benefícios sociais nas unidades de produção com área parcialmente certificada



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Nas unidades de produção pesquisadas observa-se diversidade de produção. No caso dos agroecológicos, destacam-se a produção de hortaliças como alface de diversas qualidades, almeirão, repolho; raízes como beterraba, cenoura, mandioca, rabanete, batata; flores como a couve-flor, brócolis. Além da produção de amendoim, girassol, abóbora. Frutas, como jaca, tangerina, laranja, banana, figo, manga, morango, fruta-do-conde, guabiroba, amora também são produzidas. No sistema convencional, a produção de milho ocorre em 46,67% das unidades pesquisadas e o feijão em 33,33%. Ainda são criados animais para corte e leite, bovinos, peixes, galinhas, suínos, sendo estes incluídos no sistema convencional.

Os agricultores familiares pesquisados nesta já possuem certificação para parte da área, já modificaram a forma de produção de algumas culturas, retirando os insumos químicos, aumentando a diversificação produtiva. Apesar disso ainda precisam migrar algumas atividades convencionais, como é o caso do leite. Conforme Gliessman (2005), Altieri (2004) nesse processo é importante a troca das técnicas e insumos convencionais por métodos alternativos, assim como a evolução para o manejo do habitat, com aumento na diversificação produtiva, com adoção de poli cultivos, cultivos de cobertura.

Quando questionados sobre o primeiro contato com a agroecologia, mencionaram diversos motivos: incentivo dos filhos que se formaram técnico em agroecologia, influência de organização coletiva que comercializa produtos agroecológicos, influência de movimento social (MST), produzir e consumir produtos mais saudáveis. As falas a seguir evidenciam fatos marcantes e relevam motivos que fizeram os entrevistados optar pela produção agroecológica.

Antes nós plantava fumo, soja, usava muito veneno. Uma vez eu passei o veneno e fiquei um mês mal, fiquei internada, até que o médico disse que eu tava intoxicada, o veneno foi até no sangue. Me enfraqueceu as vistas e acordo muito durante a noite, nunca mais fiquei boa da saúde depois disso. Foi aí que percebi que se continuasse ia morrer e matar minha família (MULHER, 50 ANOS).

Eu sempre ouvia falar que o câncer vinha do veneno, mais a gente sempre usava na lavoura, achando que nunca ia acontecer com a gente. Meu filho teve câncer, teve que passar por várias cirurgias, graças a Deus foi curado. Depois disso, não usei mais veneno aqui (HOMEM, 52 ANOS).

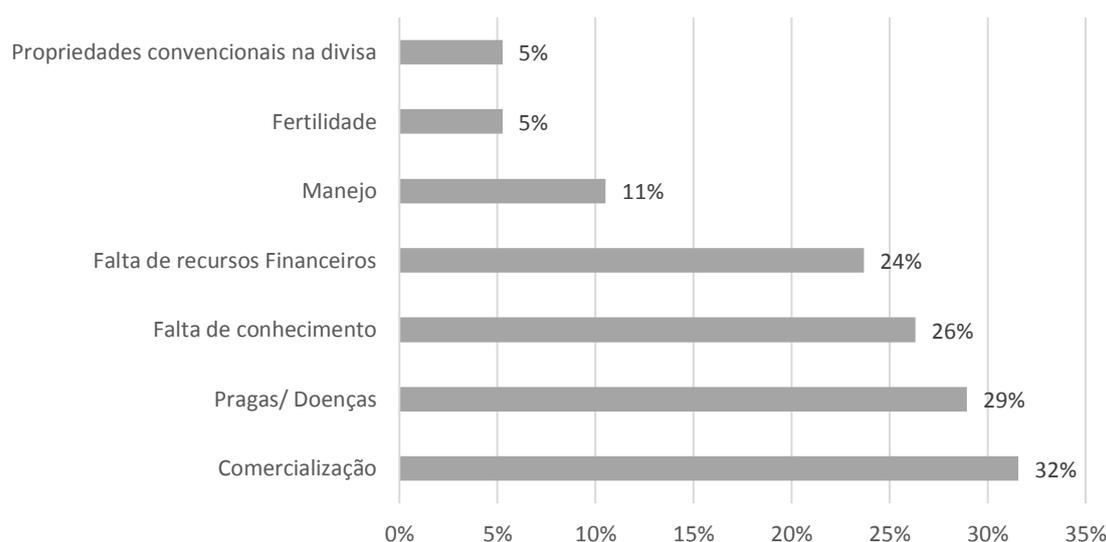
Nas unidades pesquisadas, a renda oriunda da agroecologia representa em média 40% da renda total obtida pela família. As demais fontes, correspondem a recursos obtidos na produção convencional e nos benefícios, quando há acesso no estabelecimento.

Os agricultores foram questionados sobre as principais dificuldades que enfrentaram no processo de transição para a agroecologia. Dentre as respostas mais frequentes, destacam-se a incidência de pragas e doenças nas plantas (elemento semelhante ao primeiro grupo) e a dificuldade na comercialização. O Gráfico 17, apresenta as principais respostas obtidas para a indagação mencionada.

Com base no Gráfico mencionado, é possível verificar que a maior parte dos entrevistados relatou durante a transição ter enfrentado problemas relacionados à comercialização, incidências de pragas e doenças, falta de conhecimentos na agroecologia e ainda falta de recursos financeiros para a transição. As respostas obtidas no primeiro grupo (Gráfico 8), foram semelhantes ao grupo em análise. Na categoria que possui certificação de produção agroecológica e produz convencionais em concomitância, foi observado que alguns problemas ainda estão presentes, como é o caso da dificuldade para a comercialização. Conforme já mencionado anteriormente, algumas unidades de produção carecem de infraestrutura de acesso, isso dificulta o transporte dos produtos para os locais de venda. Entre os depoimentos dos entrevistados, abaixo segue relato emocionado de desabafo:

[...] eu te falo, é triste depender dos outros, eu não tenho carro e pra vender na cidade meus produtos é sempre uma dificuldade. Uma época a prefeitura ajudava, vinha um homem uma vez por semana buscar eu e meu vizinho pra vender na feira. Teve uma vez, que ele levou a gente, mas esqueceu de ir buscar, nós não tinha nem o telefone dele, ficamos lá, desamparado. Aquele dia foi triste, chegamos de madrugada em casa. Sem falar nos fiados, a gente vendeu pra um pessoal do dinheiro lá da prefeitura e até hoje não pagaram. Uma coisa é dever pra rico, mas a gente pobre, contando com aquele dinheiro, fazendo sacrifício. Acho que por eles vir buscar a gente aqui, sentiam o direito de comprar sem pagar. Mas mesmo assim tem o lado bom, tava mostrando os nossos produto. Agora a gente vai de carona, vez ou outra tamo indo, tem nossa clientela lá na cidade (HOMEM, 56 anos).

Gráfico 17 - Principais dificuldades enfrentadas durante o processo de transição das unidades com área parcialmente certificada



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

A falta de conhecimento técnico, também foi elemento relatado, e se assemelha às respostas obtidas nas demais categorias. O aprendizado vem com o tempo, diariamente vão recuperando o conhecimento perdido ao longo do desenvolvimento dos monocultivos. A falta de recursos financeiros, refere-se predominantemente à falta de dinheiro para realizar investimentos na unidade produtiva “Ah, se eu tivesse dinheiro ia monta um sistema de irrigação, ia fazer uma agroflorestal, então o dinheiro é algo que se você tem sobrando, faz dar certo (risos)” (HOMEM, 50 anos).

Apesar das dificuldades que enfrentaram e continuam enfrentando, a maioria dos respondentes desta categoria tem interesse em continuar com a produção agroecológica. Relataram preocupação com a saúde da família, pois produzindo alimentos agroecológicos estão cuidando da própria alimentação e da saúde no processo produtivo. Além de poder comercializar alimentos mais saudáveis.

Esta seção buscou apresentar para além do perfil, relatos de vida dos entrevistados. Apesar de alguns terem relatado desinteresse e medo em relação à ampliação da área certificada na agroecologia, foi observada preocupação com a causa, tendo em vista o reconhecimento da importância da produção sem insumos químicos. Na próxima seção são apresentadas as características dos agricultores familiares que se encontram em uma fase primária da transição, ou seja, já decidiram por migrar e estão adotando práticas agroecológicas na produção, mas ainda não possuem certificação.

5.3 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA

A categoria de agricultores familiares em transição para a agroecologia, é composta por agricultores que ainda não possuem certificação orgânica/agroecológica, mas que já iniciaram a adoção de práticas orgânicas, em pelo menos parte da área da unidade de produção. Esta categoria de agricultores foi a mais difícil de ser encontrada, tendo em vista que a Rede Ecovida ainda não dispõe do cadastramento destas pessoas. Elas foram encontradas por meio da indicação dos agricultores certificados, e nas reuniões do grupo da Rede Ecovida. Ao total foram pesquisadas seis unidades de produção nesta categoria. Do total de entrevistas 83,3% foram realizadas na unidade de produção dos entrevistados e apenas uma das entrevistas foi aplicada com a presença de dois membros da unidade familiar, assim participaram da entrevista 7 pessoas com idade superior a 18 anos.

O Mapa 5 apresenta a localização dos agricultores que compuseram esta amostra, sendo que deste total, 50% reside no município de Laranjeiras do Sul/PR e 50% no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Todos os agricultores familiares que compuseram esta amostra estão localizados em assentamentos da Reforma Agrária e possuem o Contrato de Concessão de Uso da terra. Do total de entrevistados, 84% nasceu no estado do Paraná e 16% são oriundos do estado de Santa Catarina. Todos os entrevistados são filhos de agricultores familiares e estão vinculados aos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

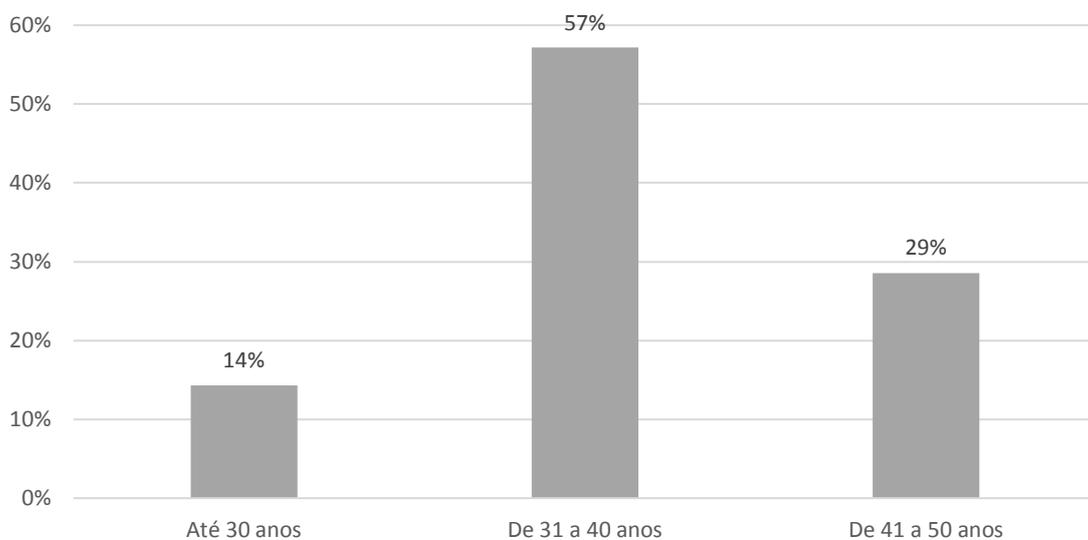
Mapa 5 - Localização dos agricultores familiares em transição para a agroecologia – Território da Cidadania Cantuquiriguaçu – Paraná - 2019



Fonte: Google Maps, 2019 [adaptado pela autora]

Em relação à faixa etária, os respondentes apresentam uma média de 36,5 anos. O mais jovem tem 28 anos e o mais velho 43 anos. O Gráfico 18 apresenta a idade dos agricultores pesquisados na categoria transição para a agroecologia.

Gráfico 18 - Idade dos agricultores familiares, entrevistados, no grupo de agricultores em transição para a agroecologia



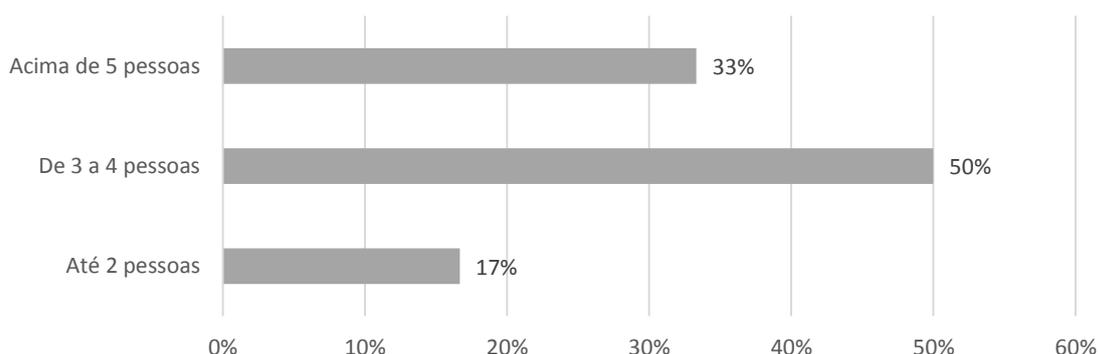
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme pode ser observado no Gráfico 18, nessa categoria os entrevistados são mais jovens, comparativamente com os outros dois grupos. A maior parte dos agricultores

entrevistados possui idade entre 31 a 40 anos, correspondendo a 57% do total de respondentes. Participaram da entrevista uma mulher com 35 anos de idade e seis homens com idade média de 36,8 anos de idade.

Conforme mencionado anteriormente, sete pessoas participaram diretamente da entrevista, em seis unidades de produção agrícola. Nas unidades pesquisadas, considerando os demais membros da família, residem no total 21 pessoas. O Gráfico 19, apresenta o número de residentes por unidade de produção.

Gráfico 19 - Número de pessoas por unidade de produção no grupo de agricultores em transição para a agroecologia

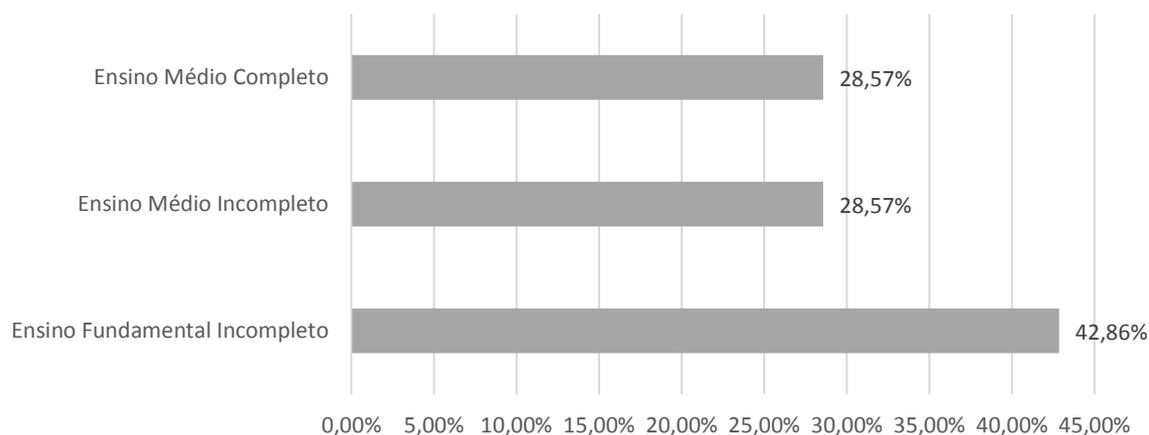


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme pode ser observado no Gráfico 19, em metade das unidades de produção pesquisadas residem de 3 a 4 pessoas. No que tange à mão de obra familiar, observa-se que em 33,3% das unidades pesquisadas há no máximo três pessoas atuando. Nas outras 66,7% de unidades pesquisadas, a mão de obra familiar é constituída por até duas pessoas. Em relação aos membros da família que residem na unidade e que trabalham fora observou-se que: 16,6% destas pessoas prestam serviços apenas fora da unidade de produção e 50% desempenham atividades simultaneamente dentro e fora da unidade produtiva. Dentre os trabalhos realizados fora da unidade produtiva, foram mencionados atuação como caixa de estabelecimento comercial, membro de organização coletiva e cozinheira.

No quesito escolaridade, buscou-se identificar o grau de instrução dos entrevistados, assim como os fatores que corroboraram para que concluíssem ou não os estudos. Os dados de escolaridade, apresentados no Gráfico 20, são dos responsáveis pela unidade de produção, os quais em sua maior parte cursou apenas as séries iniciais do ensino fundamental.

Gráfico 20 - Grau de escolaridade dos entrevistados no grupo de agricultores em transição para a agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em relação à escolaridade, a categoria em transição, num comparativo com as demais categorias entrevistadas, apresenta o maior número de respondentes que ingressou no ensino médio, correspondendo a 58% do total. Foi observado maior grau de escolaridade entre os respondentes mais jovens, isso pode explicar o maior nível de escolaridade.

Dentre aqueles que estudaram menos, os principais motivos, para a não conclusão dos estudos, está a necessidade de trabalhar e a falta de motivação para estudar. “*Não quis estudar, não sei porque, preferi ficar trabalhando na roça mesmo*” (HOMEM, 43 ANOS). Do total de entrevistados, 29% conseguiu concluir o ensino médio. Em relação à escolaridade dos filhos dos entrevistados, os dados podem ser observados na Tabela 8.

Tabela 8 - Idade dos filhos dos entrevistados x escolaridade no grupo de agricultores em transição para a agroecologia

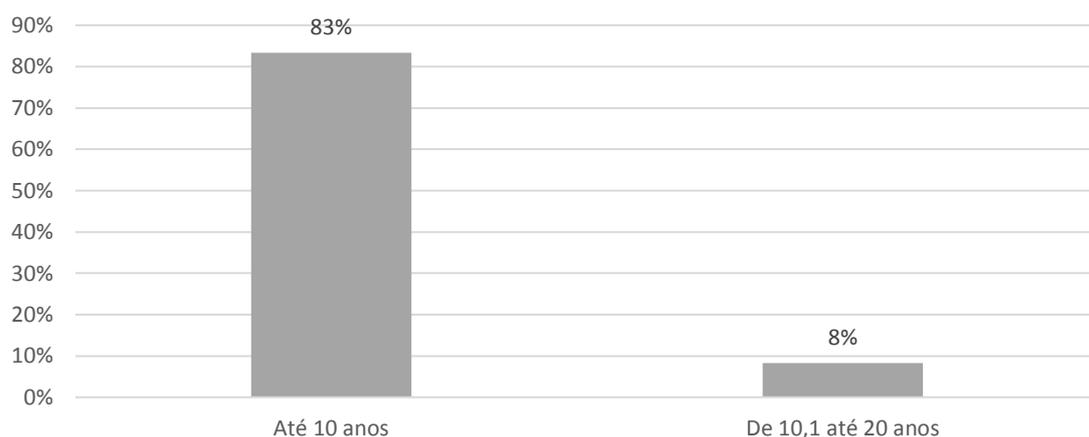
Escolaridade	Idade						Número de Filhos
	Até 1 ano	De 1 a 5	De 6 a 10	De 11 a 15	De 16 a 20	De 21 a 25	
Analfabeto (a)	1	2					3
Ensino fundamental incompleto			2	1			3
Ensino fundamental completo					1		1
Ensino médio incompleto					1		1
Ensino médio completo						1	1
Número de filhos	1	2	2	1	2	1	9

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Conforme observado na Tabela 8, do total de filhos, 33,3% ainda não possuem a idade mínima para ingresso na escola e 44,4% estão estudando atualmente. “[...] *Diferente de mim, meu filho vai estudar, a escola tá aqui perto. A faculdade também, o que depender de mim, quero que ele se forme pra me ajudar aqui mais tarde*” (HOMEM, 41 ANOS).

Em relação à condição de posse da terra, todos os entrevistados são assentados e a totalidade possui o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Os agricultores familiares residem em média a 9,5 anos na unidade de produção. No Gráfico 21 é possível observar o tempo em que a família está na unidade de produção.

Gráfico 21 - Tempo em que a família está na unidade de produção agrícola no grupo de agricultores em transição para a agroecologia

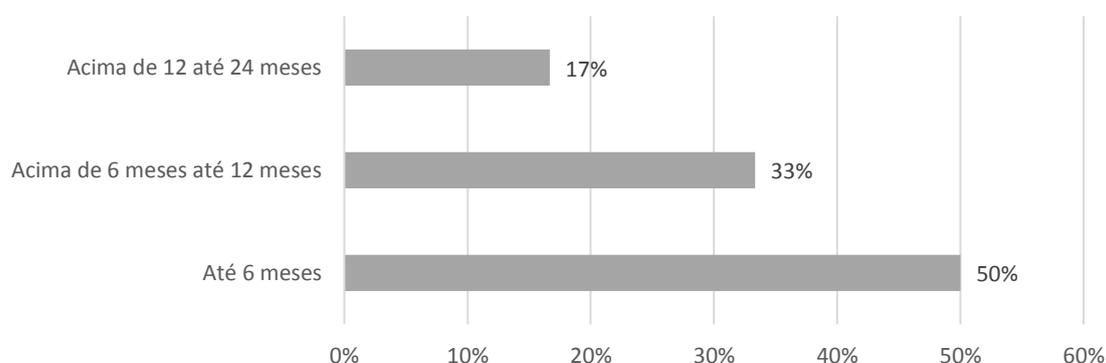


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme pode ser observado no Gráfico 21, a maior parte dos agricultores em transição está há no máximo 10 anos na unidade de produção, sendo que estão há menos de 24 meses adotando práticas agroecológicas no seu processo produtivo. No Gráfico 22 constam maiores detalhamentos sobre o tempo em que as unidades familiares pesquisadas estão em transição para a produção agroecológica.

Com base nas respostas pode-se afirmar que é recente a atuação das unidades de produção pesquisadas, na transição para a agroecologia. Dos pesquisados, metade está nesta tentativa há menos de 6 meses.

Gráfico 22 - Tempo na agroecologia no grupo de agricultores em transição para a agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em relação ao tamanho das unidades de produção pesquisadas, estas possuem, em média, 10,6 hectares por agricultor familiar. Metade dos respondentes tem até 10 há e a outra metade de 11 a 20 hectares.

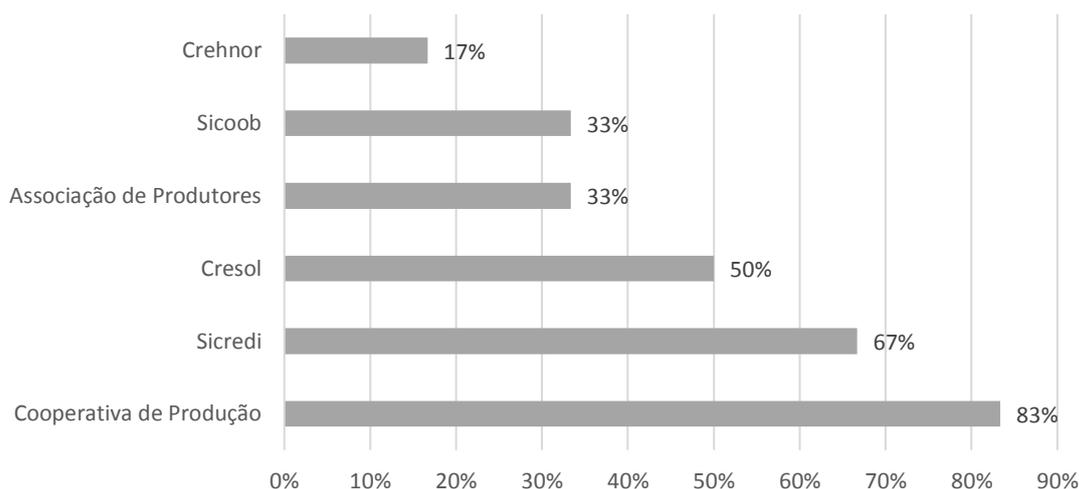
Os agricultores pesquisados que estão em transição para a agroecologia possuem boa estrutura física nas propriedades, aspecto que pode ser justificado pelo tempo em que estão na unidade de produção, ou seja, uma média de 9,5 anos. As casas onde residem são predominantemente de alvenaria e, além disso, foi observada a existência de outras benfeitorias para guardar equipamentos agrícolas e para o desenvolvimento da atividade leiteira. Em termos de maquinários, em algumas unidades pesquisadas há trator de médio porte.

No quesito rotina de trabalho diária, esta é variável. Nos dias com maior número de atividade a rotina chega a uma média de 8 a 10 horas diárias para execução de todas as atividades na unidade de produção. Cabe ressaltar que está contabilizado no tempo em questão o preparo das refeições. De modo semelhante ao observado nas outras duas categorias, são as mulheres que possuem maior tempo médio de trabalho na rotina diária, devido às atividades do lar.

Bem dizê eu começo o trabalho às 6 da manhã, levanto já faço chimarrão e vou fazendo o café. Depois lavo a louça e já saio tirar o leite das vacas, depois tratar. Depois vou pra horta, organizo. Depois venho pra dentro de casa, preparo o almoço, limpo, espero um pouco o sol baixar, e vou para as vacas de novo, e pra horta planta. Varro os terreiros. Eu não paro menina. Mas claro que eu me mando, tem dias que é mais tranquilo então varia de dia pra dia, mas faze as comida e cuida das vacas, isso é todo dia (MULHER, 50 anos).

Os entrevistados foram questionados sobre a participação em organizações coletivas. Os agricultores deste grupo ainda não possuem vínculo formal com a Rede Ecovida, mas alguns já participam de reuniões de grupos certificados (grupos de agricultores que tem certificação pela rede Ecovida), tendo em vista o início da transição para a agroecologia. O Gráfico 23 apresenta um resumo das instituições mencionadas.

Gráfico 23 - Participação dos entrevistados em organizações coletivas - Associação, cooperativa ou rede- no grupo de agricultores em transição para a agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

A partir da observação do Gráfico 23 é possível identificar que os entrevistados estão inseridos em diversas organizações coletivas. No caso das instituições financeiras, os objetivos da inserção são: para recebimento de crédito de leite, utilização de cartão de crédito, disponibilidade de talonários de cheques e acesso ao crédito. O vínculo com as cooperativas de produção é para destinar produtos para as escolas nos programas de alimentação escolar estadual e municipal. O vínculo com as associações de produtores é para auferir recursos para as comunidades, buscar melhorias nas estradas, e conseguir convênios para utilização de maquinários para a comunidade.

No quesito benefícios sociais, nenhum dos entrevistados possui acesso. Nas unidades de produção pesquisadas existe diversidade de produção, entretanto, num grau menor, se comparado com as unidades de produção que já estão certificadas na agroecologia. Na maioria das unidades de produção desta terceira categoria, a horta ainda está em desenvolvimento, sendo que predominam hortaliças como alface, repolho, e flores como a couve-flor, brócolis, além de raízes, como a produção de mandioca. Ainda existe representatividade significativa no monocultivo de milho, em maior parte da área. Este é plantado para fazer silagem para o desenvolvimento da atividade leiteira, utilizando o sistema de plantio convencional.

Os agricultores familiares pesquisados nesta categoria, encontram-se no estágio inicial da transição para a agroecologia, pois não possuem certificação, ainda estão alterando as práticas convencionais, repensando o processo produtivo. Gliessman (2005) destaca que nas fases iniciais do processo de transição, ocorre a redução de insumos

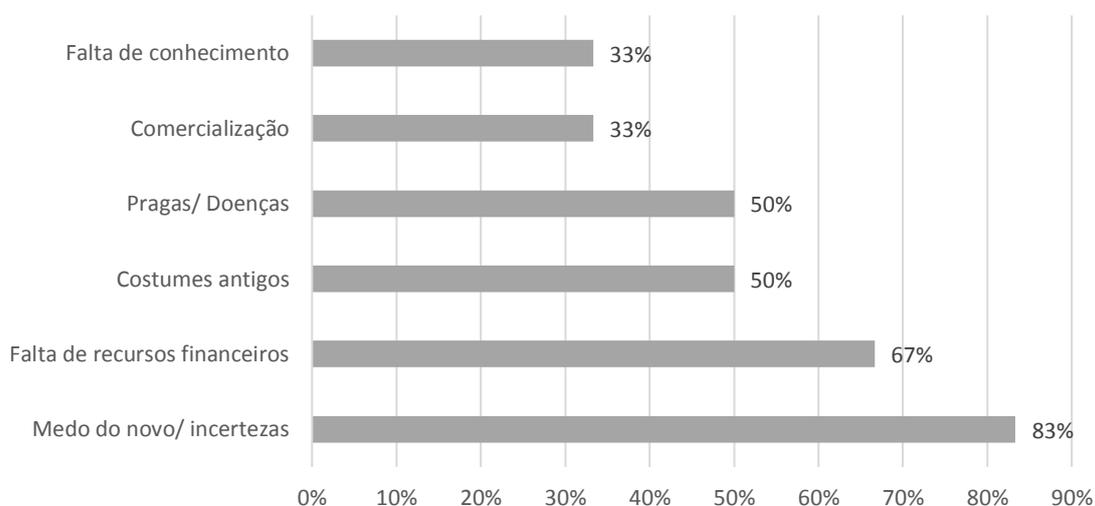
externos caros, escassos e prejudiciais ao meio ambiente, somado a isso há também a introdução de elementos para gerar mais eficiência nas práticas convencionais.

Quando questionados sobre o primeiro contato com a agroecologia, 42,86% foi motivado por incentivo dos vizinhos que já estão na agroecologia, através da observação da melhor qualidade de vida, e da possibilidade de uma maior renda mensal. Além disso, fatores como saúde (28,7%), melhor qualidade de vida (28,7%), reduzir utilização de veneno (14,29) também foram aliados para a escolha da transição. *“Lidar com veneno é perigoso, faz hora que a gente queria parar com isso aqui na casa”* (MULHER, 35 ANOS).

No caso desta categoria de agricultores, como ainda estão em transição, não possuem certificação pela Rede Ecovida. Deste modo não apresentam renda proveniente de produto agroecológico no momento.

Os agricultores foram questionados sobre as principais dificuldades que estão enfrentando no processo de transição para a agroecologia. Dentre as respostas mais frequentes, destacam-se a falta de recursos financeiros e os hábitos antigos de utilização de insumos químicos. O Gráfico 24 apresenta as principais respostas obtidas a partir da indagação realizada.

Gráfico 24 - Principais dificuldades no processo de transição no grupo de agricultores em transição para a agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Num comparativo com as demais categorias, é possível observar elementos semelhantes aos elencados no Gráfico 24, como falta de conhecimento, comercialização, incidência de pragas e doenças. Entretanto, dentre as respostas dos que estão em transição,

foi mais frequente a percepção da falta de recursos financeiros e as incertezas futuras, conforme a fala *“tenho parcelas do financiamento pra pagar, dá medo de investir muito na horta e não conseguir vender, querendo ou não a gente nunca sabe o que vai acontecer”* (HOMEM, 37 anos).

Cabe ressaltar, que estes agricultores estão no início da transição e todo processo de mudança pode gerar incertezas e medo, talvez por isso a presença desses sentimentos possa estar mais frequente nas falas dos respondentes desta categoria. Além desses fatores, também foi identificado como fator de dificuldade no processo de transição a presença de costumes e hábitos antigos, pois ainda estão se acostumando com as novas práticas agrícolas. Esse elemento pode ser observado na fala a seguir: *“a gente ainda não tá acostumado a ir lá e tirar com a enxada o mato invasor, dá vontade de passar um veneno que é mais rápido”* (HOMEM, 41 anos).

Tendo em vista a quantidade e a relevância das informações obtidas e descritas no presente capítulo, é importante a construção de uma síntese a fim de comparar e reiterar as principais características observadas nas três categorias de agricultores familiares pesquisado em relação ao perfil. Esses elementos estão elencados na próxima seção.

5.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS TRÊS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS

As três categorias de agricultores familiares descritas anteriormente apresentam perfis semelhantes. Esta seção objetiva fazer um comparativo entre os principais pontos observados. Cabe reiterar que ao total, participaram da entrevista 31 (trinta e uma) unidades de produção. Deste total, 32,2% correspondem às unidades com 100% da área certificada na agroecologia, 48,4% são integrantes daquelas que detém parte da área certificada na agroecologia e 19,4% representam unidades que estão em transição para a agroecologia.

No quesito tamanho médio das unidades de produção, a categoria de agricultores em concomitância é a que apresenta a maior área média, sendo essa de 14,16 hectares. A categoria de agricultores em transição possui média de 10,63 hectares por unidade de produção pesquisada. E por fim a menor área corresponde aos agricultores 100% certificados na agroecologia, com média de 9,05 hectares. Cabe reiterar que 60% do total de agricultores que estão 100% certificados na agroecologia ainda se encontram em acampamentos, ou seja, em terra provisória, isso justifica a média da área ser menor para

esta categoria. No quesito área certificada na agroecologia, dos entrevistados que possuem parte da área certificada, alguns relataram desinteresse e medo em relação à ampliação da área certificada na agroecologia. Apesar disso, foi observada preocupação com a causa, tendo em vista o reconhecimento da importância da produção sem insumos químicos.

Em relação a idade dos entrevistados, cabe considerar que a categoria dos agricultores em transição para a agroecologia foi a que apresentou média de respondentes mais jovens, sendo esta de 36,5 anos de idade. Este grupo também apresentou maiores índices de escolaridade. No caso dos agricultores com 100% da área certificada, estes apresentam idade média de 41,06. O grupo de agricultores que apresenta média de respondentes mais velhos, é a categoria da área certificada parcialmente e com produção convencional em concomitância, com média de 47,19 anos. Os agricultores com área parcial ou 100% certificada apresentaram menores índices de escolaridade, com maior percentual de agricultores que não concluíram o ensino fundamental, quando comparados ao grupo em transição.

Outro ponto relevante a ser mencionado é a rotina de trabalho nas unidades de produção pesquisadas, em geral, foi observada maior jornada de trabalho das mulheres, num comparativo com os homens que participaram da entrevista. Esse volume elevado na quantidade de horas de trabalho é decorrente, principalmente, dos afazeres domésticos, preparação das refeições, limpeza da casa e nas unidades com atividade leiteira.

A diversidade produtiva é um elemento ímpar na produção agroecológica. Nesse sentido, foi identificado que nas unidades de produção com certificação há uma maior diversidade, num comparativo com aquelas em transição. Destacam-se a produção de hortaliças, produção de mandioca, amendoim, girassol, abóbora, arroz, milho, feijão, frutas, plantas medicinais. No caso das unidades que estão em transição para a agroecologia, a horta ainda está em desenvolvimento, e ainda existe representatividade significativa no monocultivo de milho, ou atividade leiteira, as quais ocupam maior parte da área, uma vez que tais atividades são desenvolvidas no modo convencional. Essas atividades podem contribuir na dependência de insumos externos da unidade de produção, pois tanto no plantio de milho convencional ou na produção de leite, os agricultores acabam por ficar dependentes do mercado, assim como às variações de preços. Apesar disso, a renda proveniente destas atividades, sobretudo no caso dos agricultores que estão em transição, é significativa, haja visto, que ainda não iniciaram a comercialização de produtos agroecológicos.

Apesar da divisão das três categorias de agricultores na amostra, não foi possível classificar os níveis de transição agroecológica que os agricultores se encontram. No primeiro grupo de agricultores, os quais detém 100% da área certificada na agroecologia, a maior parte encontra-se em acampamentos, ou seja, possuem uma certificação voltada para o consumo interno, e não para a comercialização. Diferente daqueles agricultores que estão com 100% da área certificada e que estão a mais tempo na agroecologia, pois estes estão num nível mais elevado, já certificaram todas as culturas produzidas no sistema agroecológico e produzem excedente para comercializar a produção.

Os agricultores com parte da área certificada, também se encontram em transição, pois apenas uma parte das culturas está efetivamente na agroecologia. Já o terceiro grupo, também se encontram em transição, estão nas fases iniciais, onde apenas há alteração de algumas técnicas de manejo. Diante disso, foi observado o mesmo que ZUGASTI (et al, 2009) e SANTOS (2016) identificaram: a prática do processo de transição é complexa e não acontece de forma estática, sendo assim é difícil caracterizar na prática, o nível de transição para a agroecologia de uma unidade de produção, tendo em vista que o processo de transição ocorre de forma dinâmica e é composto de diferentes particularidades, conforme a realidade de cada unidade de produção.

Em relação a participação em organizações coletivas, todos os agricultores pesquisados possuem vínculos com esses empreendimentos. Na categoria de agricultores com parte da área certificada na agroecologia e na categoria com 100% da área certificada destaca-se o vínculo de todos os entrevistados com a certificadora Ecovida. A participação em cooperativas de produção e cooperativas de crédito também foi significativa entre os respondentes. Em geral, os entrevistados avaliam que o engajamento nestes empreendimentos, contribui para o acesso às políticas públicas, ao fomento da comercialização de seus produtos, e ao acesso aos serviços para a comunidade.

Além dos fatores mencionados, o quesito sucessão familiar também foi observado, tendo em vista que há uma expectativa sobre o futuro da agricultura familiar no meio rural, tendo em vista a crescente evasão do campo pelos jovens. Nesse sentido, foi identificada a falta de interesse dos filhos em permanecer na unidade de produção, haja visto que em diversos casos, estes já saíram para estudar, trabalhar ou então se casar. Dentre os respondentes com certificação na agroecologia (seja total ou parcial), há uma média de 43,3% no total de pessoas que saíram da unidade e não tem perspectiva de

retornar. Em todas as unidades pesquisadas⁷⁴ que possuem alguma perspectiva devido aos filhos ainda residirem na unidade de produção, pairam incertezas sobre o futuro dos filhos, se permanecerão ou sairão da unidade de produção para trabalhar em outras atividades.

Foi importante a pesquisa relacionada ao perfil, a fim de compreender a realidade dos sujeitos pesquisados, suas histórias de vida, trajetórias na agricultura até chegar à agroecologia. Observa-se entre as três categorias de agricultores familiares, diferenças entre os graus de inserção na agroecologia. Nota-se que os agricultores com maior vínculo com a agroecologia, estão mais próximos da agricultura denominada camponesa, tendo em vista sua menor dependência em relação ao mercado. Conforme considera Ploeg (2006), não existe na essência a totalidade de uma agricultura camponesa ou empresarial, o que há é um entrelaçamento entre as categorias, em níveis e percentuais diferenciados conforme a relação e dependência em relação ao mercado.

As informações obtidas contribuíram para com o conhecimento sobre os entrevistados, principalmente para compreender as relações destes com o Pronaf e com a agroecologia. Além dos dados referentes ao perfil, apresentados no capítulo, também foram pesquisadas as experiências e informações referentes ao acesso ao Pronaf, em especial ao subprograma Agroecologia, por parte dos agricultores familiares pesquisados em cada uma das categorias. Estes dados, encontram-se descritos na próxima seção.

⁷⁴ Fato observado principalmente no caso das unidades que estão em transição os filhos apresentam média de idade menor, tendo em vista que 66,7% tem idade inferior a 15 anos.

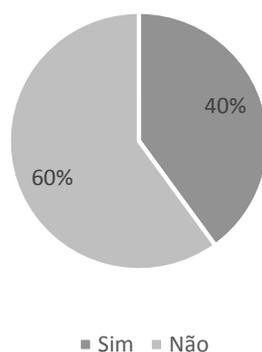
6 LIMITES E POTENCIALIDADES DO ACESSO AO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Este capítulo é composto pelas informações sobre o acesso às linhas do Pronaf por parte dos agricultores pesquisados, com destaque para o subprograma Pronaf Agroecologia. O roteiro de entrevistas para este diagnóstico contou com dezoito questões norteadoras, que buscou identificar a quantidade de acessos ao Pronaf, as finalidades, dificuldades em relação ao pagamento e ao acesso, benefícios e malefícios proporcionados. Além disso, os pesquisados foram questionados em relação à linha do Pronaf agroecologia, a fim de descobrir o conhecimento da linha e interesse/ necessidade em acessar financiamentos via este subprograma do Pronaf. Assim como no capítulo anterior, no qual foi apresentado o perfil dos entrevistados separados por categoria, o capítulo em questão também se encontra dividido conforme as características dos três grupos entrevistados.

6.1 DIAGNÓSTICO DE ACESSO AO CRÉDITO DOS AGRICULTORES FAMILIARES 100% CERTIFICADOS NA AGROECOLOGIA

A presente seção está composta dos dados de acesso ao Pronaf por parte dos agricultores familiares que possuem 100% da área certificada na agroecologia. Cabe reiterar que grande parte dos respondentes que compuseram esta amostra residem em acampamentos da reforma agrária (conforme mencionado no Capítulo 4, seção 4.1, na descrição do perfil). Devido a situação provisória de ocupação da terra, os agricultores acampados, não dispõem de documentação básica para acesso ao Pronaf, como por exemplo, CCU e Bloco de produtor rural. A ausência destes documentos impossibilita o acesso ao crédito de linhas oficiais e dificulta a abertura de conta em instituição financeira. Devido a estas características, a maior parte dos agricultores familiares que formaram a categoria 100% da área certificada na agroecologia, nunca acessou o Pronaf, conforme pode ser evidenciado no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Acesso aos recursos do Pronaf pelos agricultores com 100% da área certificada na agroecologia

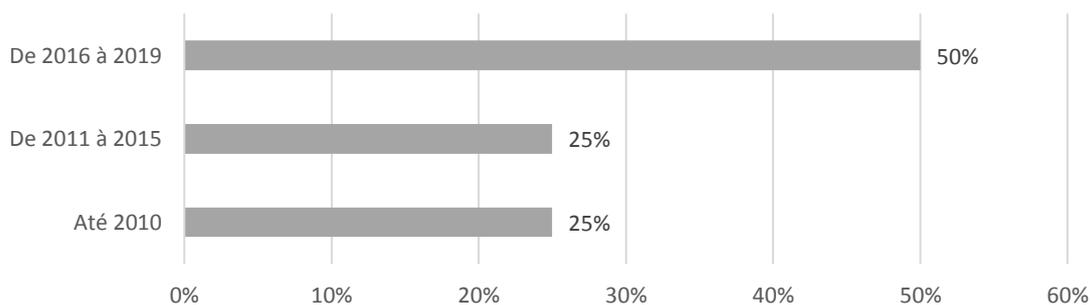


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Cabe ressaltar que os entrevistados que nunca acessaram o Pronaf, mencionaram durante as entrevistas que já procuraram instituições financeiras para acessar tais recursos, mas não conseguiram nem abrir conta devido à falta de comprovante de residência e da documentação mínima exigida.

Dos 40% de entrevistados que já acessaram recursos do Pronaf, estes efetuaram em média 8 operações cada um. A variação do número de operações desde 1996 (surgimento da linha), oscilou entre duas (2) e quinze (15) operações entre os entrevistados. Dentre esses agricultores, foi observado acesso recente às linhas do Pronaf tendo em vista que metade efetuou estes acessos após 2016. Os recursos acessados foram nas modalidades Pronaf Custeio Agrícola, Pronaf Custeio Pecuário e Pronaf Investimento Mais Alimentos. As finalidades mencionadas foram para custear e investir em atividades convencionais, apesar de muitos já estarem desenvolvendo a atividade agroecológica quando acessaram o recurso. O Gráfico 26 apresenta o ano do último acesso ao Pronaf por parte destes entrevistados.

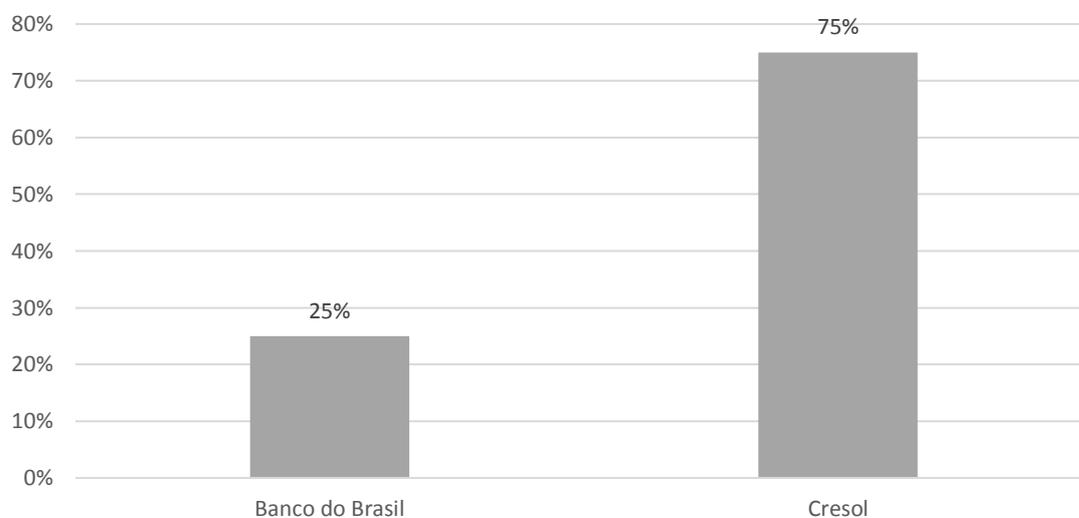
Gráfico 26 - Ano do último acesso ao Pronaf pelos Agricultores com 100% da área certificada na agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Dentre as principais finalidades mais recentes de acesso ao Pronaf Custeio Agrícola está o plantio de milho, feijão e no Pronaf Custeio Pecuário a manutenção de animais. Nas operações de Custeio o prazo para pagamento foi inferior a um ano (em geral para pagamento no mesmo ano safra de contratação). Já na linha de Investimento as finalidades mencionadas pelos entrevistados foram aquisição de matrizes leiteiras, matrizes de corte e veículo utilitário, os prazos médios para pagamento de tais operações foram de 8 anos. Alguns dos entrevistados mencionaram carência de dois anos para início do pagamento das prestações, estas com periodicidade predominantemente anual. Para acessar os referidos créditos os agricultores optaram predominantemente por cooperativas de crédito, conforme pode ser observado no Gráfico 27.

Gráfico 27 - Instituições financeiras nas quais ocorreu acesso ao Pronaf pelos agricultores com 100% da área certificada na agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Alguns dos entrevistados explicaram que a preferência pela cooperativa de crédito aconteceu por considerarem que nestas instituições há maior acessibilidade do que em bancos comerciais. Na fala a seguir está ilustrada uma destas situações: “*Eu acessei o recurso na Cresol, eles já ‘conhecia’ meu lote, e assim ficava mais fácil aprovar, eles ‘sabia’ que eu precisava e que eu ia pagar*” (HOMEM, 36 anos).

Para ter acesso ao Pronaf os agricultores necessitam de um projeto, no qual estão descritos a viabilidade e onde serão alocados, e além deste a Declaração de Aptidão ao Pronaf. Para a elaboração do projeto, os agricultores familiares contam com o apoio de técnicos e engenheiros agrônomos. Cabe enfatizar que a assistência técnica é um elemento

ímpar no quesito crédito rural, tendo em vista a complexidade de informações a serem consideradas na realização de um projeto de investimento ou custeio (agrícola ou pecuário), pois são operações que exigem conhecimento, orientação, coordenação, avaliação, planejamento e acompanhamento dos projetos por profissionais habilitados. A falta de assistência técnica ou a baixa qualidade da prestação deste serviço são fatores que podem influenciar negativamente na geração de renda por parte daqueles que acessam o crédito (GUANZIROLI, 2007). Os agricultores entrevistados que acessaram o Pronaf, seja na linha de custeio, seja na linha de investimento, receberam assistência técnica de profissionais com formação Técnica em Agropecuária e superior em Engenharia Agrônômica. Observou-se que contrataram o profissional com recursos próprios para confecção do projeto e posteriormente (após a liberação do recurso e aquisição do objeto financiado ou do plantio) o mesmo técnico fez laudo de acompanhamento e fiscalização da aplicação do recurso. Em relação à satisfação com a prestação da assistência técnica, os agricultores responderam ser “imparciais”, conforme justificativa:

“[...] Imparcial... pra mim não ajudou em nada, pra mim pelo menos acho que imparcial. Porque o técnico é mais para cumprir a exigência do banco. Ele está interessado no 2% que vai ganhar com o teu empréstimo, mais do que dizer de verdade se teu projeto tem viabilidade ou não. Um exemplo, conheço muita gente que financiou vaca de leite, sem ter uma estrutura mínima para tocar a atividade. E daí se não suporta o investimento, vai pagar como depois? É problema na certa” (HOMEM, 64 ANOS).

Conforme respostas dos entrevistados ao quesito supracitado, foi possível constatar que a assistência técnica nos casos de acesso ao Pronaf Investimento, se limitou à confecção do projeto e fiscalização da aplicação do recurso. Portanto, os agricultores não obtiveram orientações técnicas em relação à viabilidade do investimento feito. Nos casos de acesso ao Pronaf Custeio agrícola os acompanhamentos foram mais frequentes, para verificar o desenvolvimento da lavoura, mas ainda assim as orientações técnicas foram consideradas de pouco proveito por parte dos entrevistados. Apesar disso, não consideraram que a baixa efetividade no serviço prestado teve relação com problemas obtidos no custeio ou investimento.

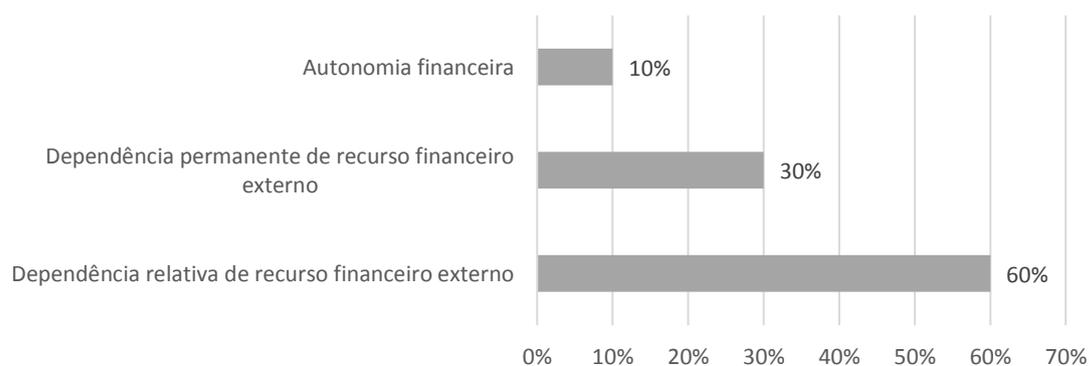
A maior parte dos entrevistados nesta categoria, equivalente a 75%, encontrou dificuldades em relação ao pagamento dos empréstimos e financiamentos obtidos via Pronaf. As justificativas foram por problemas com avalista inadimplente, por baixa produtividade devido à estiagem, morte de animais financiados e oscilações no preço do leite.

“Pronaf é só ilusão, pra ser sincero pra você, eu fazia sempre custeio até que meu CPF travou porque o homem que eu trocava aval teve uns problemas, por isso naquele ano tive que renegociar, daí é juro de banco, você sabe né? Só fui me dar conta que não era tão bom o negócio, quando aconteceu isso. Mas antes era tão facilitado, tava sempre lá disponível, o banco oferecendo...” (HOMEM, 34 ANOS).

Dos agricultores que mencionaram a dificuldade no pagamento, 33,3% relataram não ter conseguido acessar recursos no ano safra do acontecido, apenas após a regularização das pendências. Devido ao restritivo compraram os insumos diretamente nas agropecuárias e cooperativas de grãos, sendo que em 66,7% das unidades de produção, não houve mais acesso ao Pronaf depois do episódio.

A fim de identificar a necessidade de recursos financeiros externos na unidade de produção, os agricultores foram motivados a avaliar sua situação, respondendo se a unidade possui autonomia financeira (para os casos que não dependem de empréstimos e financiamentos), se apresenta dependência relativa de recursos financeiros externos (pressupondo a necessidade ocasional ou pontual de empréstimos e financiamentos) ou tem dependência permanente de recursos financeiros externos (para os casos que dependem de empréstimos e financiamentos para garantir a produção na unidade). Na categoria de agricultores com área 100% certificada na agroecologia, foi constatado que a maior parte dos agricultores possui dependência relativa de recursos financeiros externos, conforme Gráfico 28.

Gráfico 28 - Classificação da dependência de recursos externos nas unidades de produção dos agricultores com 100% da área certificada na agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme pode ser observado no Gráfico 28, a maior parte (60%) dos entrevistados avaliou que a unidade de produção possui uma dependência relativa aos recursos externos, ou seja, a necessidade de créditos e financiamentos, ocorre de forma

ocasional ou pontual. *“Sempre tem uma coisa ou outra pra fazer, então dizer que não precisa de dinheiro é mentira, mas empréstimo, Pronaf, esses bancos eu não quero procurar mais, ‘pura bucha’ [...]”* (HOMEM, 34 anos). A resposta obtida pelo entrevistado em questão, evidencia a presença de necessidade da UPA em acessar recursos financeiros externos e ao mesmo tempo descontentamento com o Pronaf e instituições financeiras, tendo em vista que conforme demonstrou em sua fala, pretende não acessar mais o recurso, por considerar sem proveito. Apesar disso, (30%) também considerou dependência permanente de recursos financeiros externos, cabe ressaltar que todos os respondentes que alegaram ter essa dependência estão em acampamentos. *“[...] Estamos aguardando a terra, enquanto isso não acontece, precisamos de auxílio financeiro externo, como o Bolsa família”* (HOMEM, 32 anos).

Foi observado, dentre os respondentes desta categoria, cautela com relação ao acesso a novos créditos, fato que pode ter relação com as experiências negativas que tiveram (inadimplentes por avalistas, juros acrescidos de contratos renegociados, pouca orientação técnica, atraso de parcela). *“[...] tem que pensar muito, porque depois da dívida feita não adianta”* (HOMEM, 34 anos), *“eu não quero mais, já me incomodei bastante, mesmo que eu tenha coisas pra comprar, isso sempre vai ter, quero andar com minhas pernas”* (HOMEM, 64 anos).

Ao serem questionados sobre o conhecimento que possuem acerca do subprograma Pronaf Agroecologia, do total de entrevistados, 71,43% já ouviu algo a respeito. Entretanto, demonstraram que possuem conhecimento superficial em relação às características da linha em questão, conforme evidenciado nas falas dos entrevistados: *“Já escutei falar, mas quanto as regras eu não sei praticamente nada”* (HOMEM, 32 ANOS); *“Sim, mas não tenho noção do funcionamento”* (HOMEM, 37 ANOS). *“Ouvi falar pouca coisa”* (HOMEM, 45 ANOS). Portanto, dentre os motivos pelos quais nunca acessaram o Pronaf Agroecologia está o desconhecimento da linha. E conforme já mencionado, a falta de documentação mínima exigida (acampados).

Caso os entrevistados pudessem melhorar as características dos financiamentos das linhas do Pronaf, as sugestões foram de aumento nos prazos para pagamento do financiamento e na redução das taxas de juro (para qualquer dos subprogramas do Pronaf, incluindo o Agroecologia). Além disso, 70% dos entrevistados desta categoria demonstrou interesse na obtenção de novos financiamentos no Pronaf Agroecologia para aquisição de sistemas de irrigação, constituição de agroflorestas, e Pronaf convencional para plantio de milho e aquisição de matrizes leiteiras. Entretanto, cabe observar que

dentre os entrevistados que mencionaram o interesse em acessar o recurso, 60% não tem nenhuma experiência prática com o Pronaf, visto nunca ter acessado este recurso. Dentre aqueles que já acessaram o recurso, 10% voltaria a acessar novamente o Pronaf e 30% avaliam não ter interesse, justificado pelas frustrações já mencionadas anteriormente.

Há de se considerar que dentre aqueles que demonstram interesse em acessar aos recursos oriundos do Pronaf, alguns se encontram em acampamentos, ou seja, ainda não detém a terra definitiva e a infraestrutura para desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Portanto, é observado na fala destes entrevistados um entusiasmo e necessidades maiores em relação às oportunidades que o crédito pode lhes proporcionar. Isto pode ser observado na fala a seguir:

Primeiro, utilizaria o recurso para matéria prima, pois tenho interesse em desenvolver uma agrofloresta com diversas árvores frutíferas. Depois, acessaria para desenvolvimento de uma agroindústria, o carro chefe da agroindústria seria meliponídeo, que são abelhas sem ferrão (HOMEM, 32 anos).

Vou precisar de crédito pra tudo, porque iniciaremos na etapa zero (MULHER, 59 ANOS).

Na presente seção foi possível observar que a maior parte dos entrevistados não tem experiência prática com o Pronaf e que inclusive possuem restrições legais para acesso a tal recurso, tendo em vista que estão em acampamentos e não dispõem de documentos mínimos exigidos para o acesso. Foram esses respondentes que demonstraram maior interesse e necessidade em acessar linhas do Pronaf, tendo em vista que depois da conquista da terra, terão toda uma infraestrutura a ser constituída, que vai desde a construção da casa, benfeitorias, aquisição de animais, dentre outros objetivos que demandam recursos financeiros.

Apesar de haver interesse e necessidade em acessar recursos via Pronaf, a maior parte dos entrevistados com 100% da área certificada para a produção agroecológica, demonstra conhecimento dos desafios para acessar tais recursos, devido ao fato de estarem iniciando uma unidade de produção. Precisam inicialmente ter acesso à terra de forma documentada e posteriormente comprovação de renda, para comprovar capacidade de pagamento e então auferir empréstimos e financiamentos. Conforme já evidenciado em outros estudos relacionados ao Pronaf, existem barreiras burocráticas dentro do sistema bancário que prejudicam o acesso de agricultores familiares com menores níveis de renda ou que detenham projetos de financiamento não convencionais. Já os

respondentes que tiveram alguma experiência com Pronaf, em sua maioria, demonstram insatisfação e desinteresse em acessar novamente, tendo em vista as experiências negativas que tiveram. Dentre alguns destes respondentes foi observado que consideram que a sua unidade de produção possui autonomia financeira, conforme já exposto no Gráfico 28.

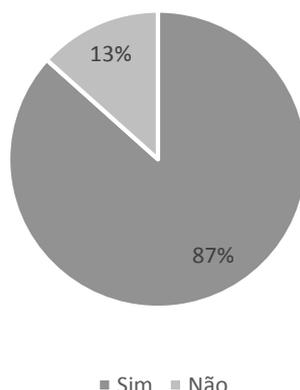
Na próxima seção são apresentadas as características de acesso ao crédito da categoria de agricultores familiares que estão com parte da área certificada na agroecologia.

6.2 DIAGNÓSTICO DE ACESSO AO CRÉDITO DOS AGRICULTORES FAMILIARES CERTIFICADOS EM CONCOMITÂNCIA COM PRODUÇÃO CONVENCIONAL

Esta seção contempla as informações sobre o acesso às linhas do Pronaf provenientes dos agricultores que detém certificação orgânica/agroecológica para parte das culturas produzidas na unidade de produção, e que desenvolvem concomitantemente culturas não certificadas na agroecologia. Conforme observado na seção 5.2 do capítulo 5, do total de agricultores que compuseram essa amostra 60% são assentados, 27% possuem contrato de comodato ou de compra e venda com o detentor do CCU, (ocupam a terra de forma irregular e não conseguem acessar aos créditos disponibilizados pelo Incra e pelo Governo Federal para assentamentos. Apesar disso já acessaram linhas do Pronaf em outros momentos e condições) e 13% são proprietários com matrícula da área.

Dos três grupos de agricultores familiares pesquisados neste estudo, a categoria com área parcial certificada na agroecologia é aquela que apresenta o maior número de respondentes com acesso ao Pronaf, representando 87% do total, conforme pode ser evidenciado no Gráfico 29.

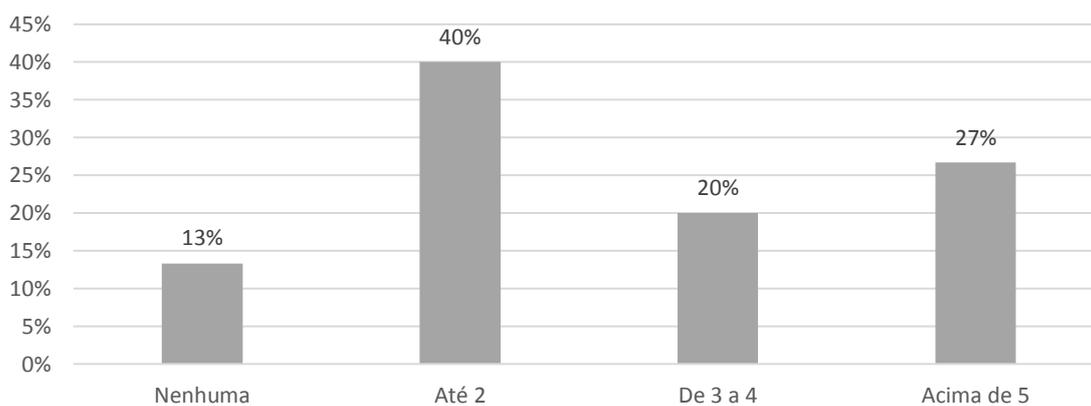
Gráfico 29 - Acesso ao Pronaf por agricultores familiares com área parcialmente certificada na agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Dos 87% de entrevistados que já acessaram recursos do Pronaf, foi observado que a média foi de 3,9 operações cada. No Gráfico 30, constam detalhamentos sobre o número de acessos ao Pronaf nas unidades de produção pesquisadas.

Gráfico 30 - Número de operações acessadas junto ao Pronaf pelos agricultores com área parcialmente certificada na agroecologia



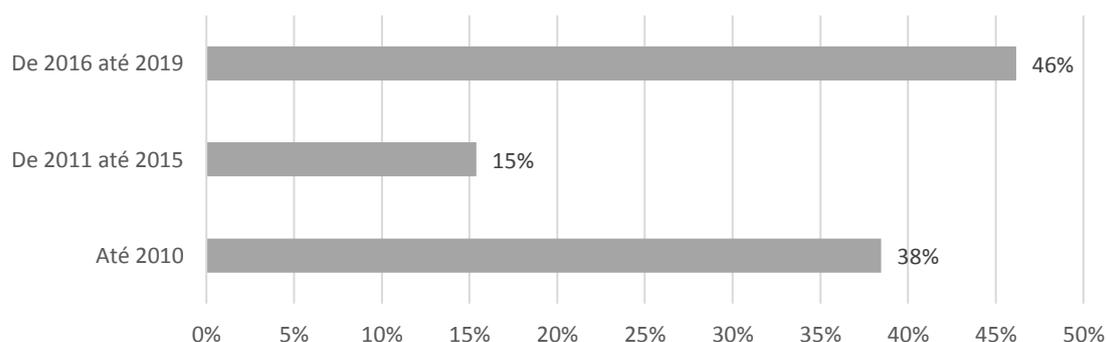
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

No total foram realizadas 51 operações, somando todos os acessos ao Pronaf nas unidades de produção familiar pesquisadas. Destas operações em 69,6% dos casos foram obtidos recursos via Pronaf Custeio Agrícola e Pronaf Custeio Pecuário, para as finalidades de plantio de soja, milho, trigo e feijão e para manutenção de animais. Os demais acessos, em 30,4% das unidades pesquisadas, foram na linha Pronaf Investimento, para aquisição de matrizes leiteiras, tanque resfriador, ordenhadeira, sistema de irrigação, veículo utilitário, correção do solo, destoca e forrageira.

Alguns entrevistados admitiram aplicar os recursos do Pronaf, para além das finalidades amparadas pelas regras, conforme uma das falas: *“Fui no banco e pedi pra me ajudarem, financiei minhas vacas e o dinheiro do investimento foi para cirurgia do meu filho”* (MULHER, 50 anos). *“Já fiz um investimento pra comprar vaca, mas parte do dinheiro usei pra comprar o lote”* (HOMEM, 35 anos). Alguns dos entrevistados mencionaram que destinaram o recurso para outras atividades dentro da unidade de produção, mas distintas do objeto financiado. Cabe ressaltar que dois dos entrevistados nesta categoria, alegaram ter destinado parte dos recursos para atender a atividade agroecológica. *“Financiei custeio de milho, e um pouco do recurso usei pra comprar adubo pra horta, tem sempre um pouquinho do dinheiro indo pra a agroecologia”* (HOMEM, 49 ANOS).

Os acessos às linhas do Pronaf por parte dos entrevistados foram recentes, sendo que 46% dos entrevistados, acessaram estes recursos após o ano de 2015, aspecto que pode ser evidenciado no Gráfico 31.

Gráfico 31 - Ano de último acesso no Pronaf nas unidades de produção familiar com área parcialmente certificada na agroecologia

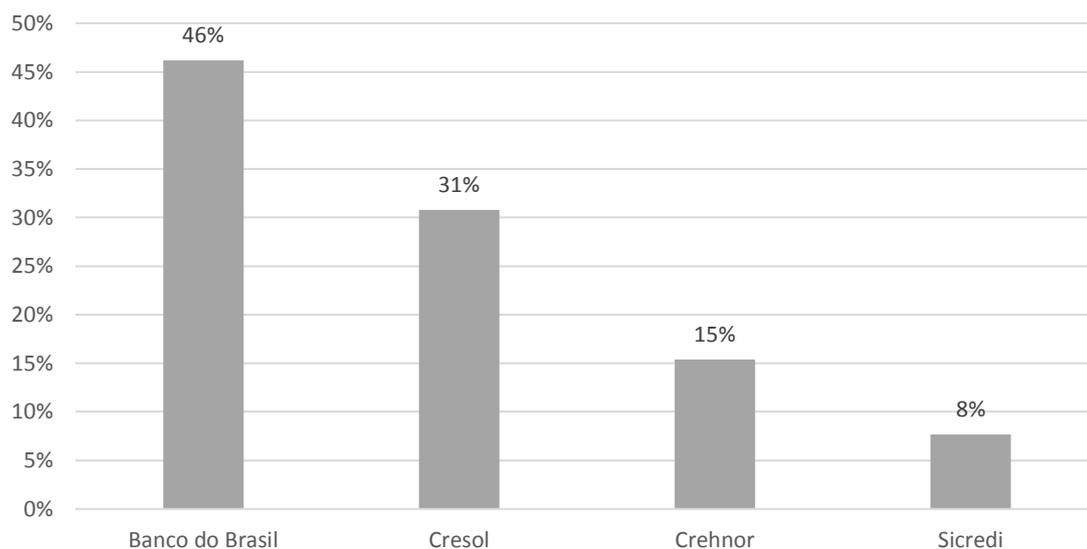


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

A instituição financeira com maior percentual de acessos aos recursos do Pronaf, dentre os entrevistados foi o Banco do Brasil, o que pode ser observado no Gráfico 32.

Apesar do Banco do Brasil ter sido a principal fonte de acesso pelos entrevistados, é possível constatar a partir da observação do Gráfico 32, que os acessos em instituições financeiras cooperativas representam 54% das operações.

Gráfico 32 - Instituições financeiras nas quais as unidades de produção familiar, com área parcialmente certificada na agroecologia, acessaram o Pronaf



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Em todas as unidades de produção foi observado que os agricultores entrevistados que acessaram o Pronaf, receberam assistência técnica para o acesso aos recursos financiados. Houve contratação, com recursos próprios, de técnico para a elaboração do projeto e o laudo de acompanhamento e fiscalização da aplicação do recurso. Em relação a satisfação com a assistência técnica, a maior parte dos respondentes (84,62%) declararam ser imparciais. Os demais, responderam estar satisfeitos com a prestação do serviço. Assim como na categoria anterior, foi possível constatar que a assistência técnica se limitou a confecção do projeto e conferência da aplicação do recurso.

Conforme pode ser observado no Gráfico 33, a maior parte dos entrevistados avaliou que a unidade de produção possui uma dependência relativa aos recursos externos, representando 87% dos respondentes. Sendo assim, consideram que possuem necessidade ocasional e pontual de créditos e financiamentos.

Gráfico 33 - Classificação da dependência de recursos externos nas unidades de produção com área parcialmente certificada na agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

A maior parte dos entrevistados nesta categoria, correspondente a 53,85% tiveram dificuldade no pagamento dos empréstimos e financiamentos obtidos no Pronaf. As justificativas obtidas foram frustração de safra, por problemas climáticos, problemas de saúde na família, baixa nas receitas obtidas com a venda de leite. Os demais entrevistados não tiveram dificuldades.

Em relação ao conhecimento acerca da linha Pronaf Agroecologia, 80% já ouviu falar sobre a linha, entretanto, não sabem acerca das características e exigências da linha. Dentre os respondentes, 6,67% buscou acessar a linha em uma instituição financeira, mas teve seu pedido indeferido. O entrevistado fez diversas reflexões sobre o indeferimento, *“não me falaram certo o porquê, se faltou renda, se o avalista era ruim, se o valor era pouco, mas acabou não dando certo. As exigências são maiores e no fim é tudo mesma coisa”* (HOMEM, 50 anos).

Em relação ao interesse em acessar novos empréstimos e financiamentos pelo Pronaf, 61,54% dos entrevistados tem interesse. Os objetivos do crédito são diversos, melhoramento de benfeitorias, aquisição de matrizes leiteiras, agrofloresta, construção de uma agroindústria. Foi possível observar cautela em acessar novos créditos, sobretudo entre os respondentes que já enfrentaram problemas no pagamento das prestações.

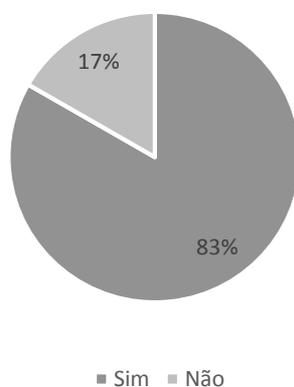
Na próxima seção são apresentadas as características de acesso ao crédito da categoria de agricultores familiares que estão em transição para a agroecologia.

6.3 DIAGNÓSTICO DE ACESSO AO CRÉDITO RURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA

Esta seção é composta pelos dados de acesso ao Pronaf por parte dos agricultores familiares que estão em processo de transição para a agroecologia e ainda não possuem certificação orgânica/agroecológica.

Todos os agricultores familiares desta categoria fizeram tentativa de acesso ao Pronaf, sendo que a maior parte dos respondentes conseguiu deferimento nas propostas. Conforme pode ser observado no Gráfico 34, do total de entrevistados, 83% destes agricultores já acessaram o Pronaf.

Gráfico 34 - Acesso ao Pronaf por agricultores familiares em transição para a agroecologia



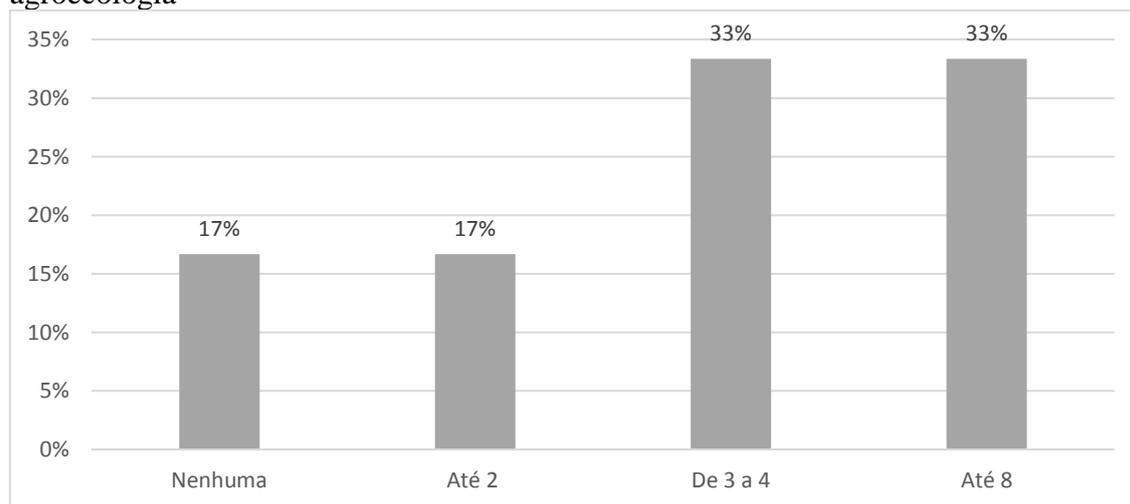
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Dentre o percentual daqueles que nunca acessaram o Pronaf cabe ressaltar que encaminharam propostas em instituições financeiras, porém, estas foram indeferidas. *“Eles não aprovaram, porque eu ‘tava’ começando a atividade, ‘tava’ com pouca estrutura. Na época queria comprar umas vacas. Também estava com dificuldade de achar avalista”* (HOMEM, 28 anos). A fala ilustra desafios enfrentados por agricultores menos capitalizados que tentam acessar o Pronaf. A fim de minimizar o risco das operações de crédito é comum que as instituições financeiras sejam rigorosas na análise para a aprovação de uma proposta. Quesitos como patrimônio, capacidade de pagamento, oscilações na renda, tempo de experiência na atividade financiada, viabilidade do projeto técnico, estrutura da unidade de produção, são alguns dos fatores considerados potenciais para uma aprovação. Portanto, agricultores que estão iniciando atividades, ou que

possuem pouco patrimônio⁷⁵, podem encontrar dificuldades no deferimento de uma proposta.

Dentre os respondentes que acessaram o Pronaf, as modalidades acessadas foram o Pronaf Custeio Agrícola, Pronaf Custeio Pecuário e Investimento. Somando todos os entrevistados, totalizaram vinte e quatro operações, com uma média de 4 operações por entrevistado. No Gráfico 35 é possível observar a o percentual de entrevistados conforme o número de operações acessadas.

Gráfico 35 - Número de operações acessadas por entrevistados em transição para a agroecologia

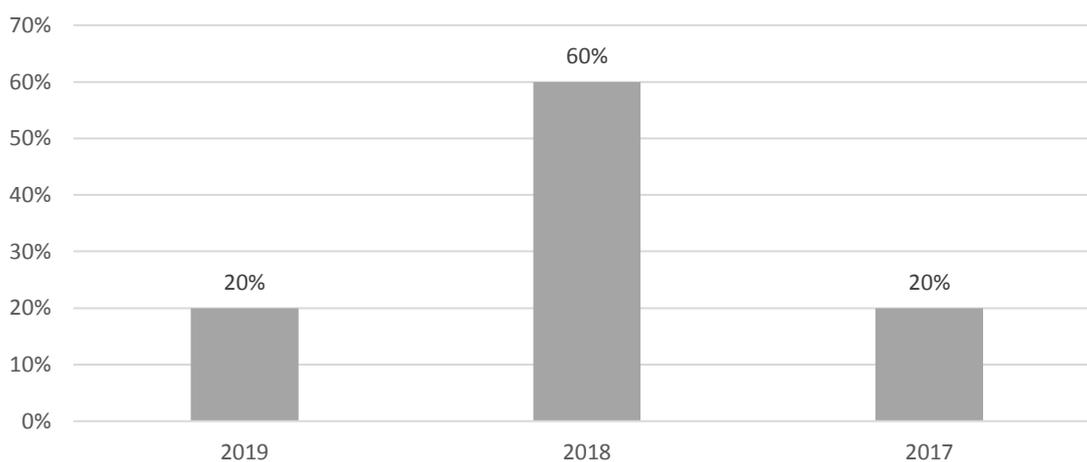


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Dentre as finalidades do crédito, 50% foram para manutenção de animais na linha Pronaf Custeio Pecuário, 33% para custear o plantio de milho na linha Custeio Agrícola e 17% para aquisição de matrizes leiteiras na linha Pronaf Investimento mais alimentos. As finalidades foram para custear e investir em atividades convencionais. Foi observado que o último acesso a esses recursos foi feito recentemente por parte dos entrevistados, tendo em vista que 80% acessou nas safras 2018 e 2019, conforme Gráfico 36.

⁷⁵ A maior parte dos agricultores abordados nesta pesquisa, possui pouco patrimônio, fator evidenciado pela condição de posse da terra. Em geral, as instituições financeiras não consideram o Contrato de Concessão de Uso como patrimônio, tendo em vista que nesta condição a terra não pode ser comercializada ou dada em garantia nas operações. A terra é considerada patrimônio apenas para os agricultores que já detém a titulação da área.

Gráfico 36 - Ano do último acesso ao Pronaf nas unidades de produção familiar em transição para a agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Se comparadas as informações presentes no Gráfico 36, com os dados obtidos dos agricultores das outras categorias⁷⁶, é possível constatar que o grupo dos agricultores em transição, são os que possuem o maior⁷⁷ percentual de acesso recente ao Pronaf. As instituições financeiras que concederam o crédito a estes agricultores estão apresentadas no Gráfico 37.

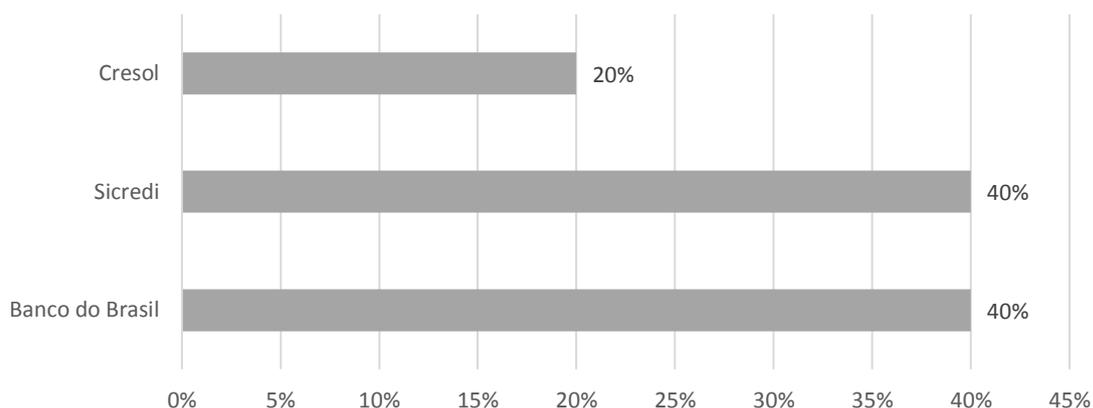
A partir da observação do Gráfico 37, é possível constatar que as principais fontes de recursos acessadas pelos entrevistados foram cooperativas de crédito, correspondendo a 60% dos casos.

Todos os agricultores entrevistados que acessaram o Pronaf, tiveram assistência técnica para a utilização dos recursos financiados. Contrataram técnico com recursos particulares, em geral indicado pela instituição financeira para realização do projeto, serviço que além do projeto incluiu laudo de acompanhamento e fiscalização da aplicação do recurso. Em relação à satisfação com a prestação da assistência técnica, 20% respondeu estar satisfeito, 60% respondeu estar imparcial (nem satisfeito, nem insatisfeito) e 20% insatisfeito.

⁷⁶ Para comparativo observar Gráfico 28 (página 127) e Gráfico 33 (página 134)

⁷⁷ Tal informação precisa ser relativizada tendo em vista que a categoria de entrevistados em transição, contou com seis entrevistados, sendo o menor número de respondentes.

Gráfico 37: Instituições financeiras em que as unidades de produção familiar, em transição para a agroecologia, acessaram o Pronaf



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Conforme já mencionado nas seções anteriores, a assistência técnica é um elemento importante, pois pode apontar desde a viabilidade de um projeto, até orientações durante a execução deste. Na categoria em questão, foram identificados agricultores que relacionam a baixa renda obtida por meio do investimento, à falta de orientação técnica mais qualificada.

Bem da verdade o técnico veio aqui, mas não opinou muito sobre o que eu tinha que melhorar. Eu financiei vacas de leite, e não tinha nem pasto direito, se fosse bem pelo certo não tive muita orientação quanto a isso. Ele só queria ganhar o dele e boa, e por isso passei dificuldade no início (HOMEM, 43 ANOS).

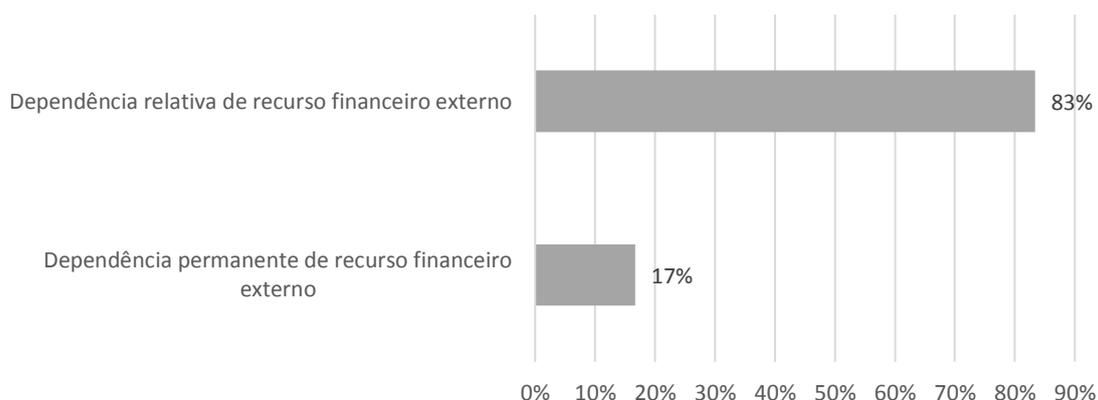
A falta de pasto e de infraestrutura mínima, fizeram com que o entrevistado em questão, tivesse que adquirir mais insumos externos para manutenção dos seus animais. Depois, enfrentou problemas de oscilação no preço do leite. Os fatores descritos comprometeram sua capacidade de pagamento e na visão do entrevistado, tais elementos poderiam ter sido previstos pelo técnico, no momento da elaboração do projeto técnico.

Do total de entrevistados, 40% encontrou dificuldades em honrar com as parcelas do Pronaf. Dentre os motivos relatados, estão os fatores climáticos que afetaram a produtividade, problemas de saúde de algum membro da família e a falta de orientação técnica. Outros alegaram não ter dificuldade, atribuindo o quesito à aplicação do recurso, o que é retratado na seguinte manifestação: “*Não tem dificuldade, tem que investir no que financia, aí não tem erro*” (HOMEM, 43 ANOS).

No quesito dependência em relação aos recursos financeiros externos, do total de entrevistados 83% considera que possui dependência relativa, ou seja, necessita de

maneira pontual obter financiamentos e empréstimos, conforme pode ser evidenciado no Gráfico 38.

Gráfico 38: Classificação da dependência de recursos externos nas unidades de produção em transição para a agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Dentre os agricultores pesquisados nas unidades de produção em transição para a agroecologia, 17% considera que possui dependência permanente de recurso financeiro externo, ou seja, não consegue dar continuidade às atividades da unidade de produção, sem o acesso a empréstimos e financiamentos. Nesse sentido, é possível observar que o respondente em questão ainda está muito ligado ao pensamento de plantar monoculturas como soja, milho e trigo. Também o fato de os agricultores desta categoria estarem em transição para a agroecologia, na fase que apresenta os maiores desafios técnicos e financeiros, pode ser outra justificativa para a dependência em relação aos recursos externos.

Nesta categoria de entrevistados, foi aquela em que as falas dos agricultores apontaram para uma quantidade maior de benefícios obtidos através do Pronaf. Dentre os benefícios mencionados foram citados: as baixas taxas de juro, e prazo para pagamento (os dois apontamentos foram efetuados por 60% dos agricultores entrevistados neste grupo). Este ponto de vista fica ilustrado na manifestação a seguir: *“Sim. Pra mim foi tudo bom, tive carência, as vacas me geraram mais renda por mês. Pouco juro”* (HOMEM, 43 ANOS).

Houve no grupo, entrevistados que julgaram não ter tido benefícios com o acesso aos recursos do Pronaf, demonstrada a insatisfação pela seguinte fala: *“Foi mesma coisa que nem tivesse feito, mais trouxe apuro do que ajudou alguma coisa”* (HOMEM, 41 ANOS). Quanto às dificuldades para a obtenção dos recursos via Pronaf, as respostas

mais frequentes estão relacionadas à necessidade de que o agricultor ofereça garantias (60%), e dificuldades enfrentadas com a disponibilidade de avalistas (40%). *“O meu avalista teve problemas e não conseguiu pagar. Tô com o CPF travado por causa disso, não posso pegar crédito em lugar nenhum”* (HOMEM, 37 ANOS).

Quando indagados sobre a contribuição do Pronaf para a produção agroecológica, todos responderam que não destinaram recursos do Pronaf para as atividades agroecológicas, ainda que indiretamente.

Em relação ao conhecimento sobre o subprograma Pronaf Agroecologia, do total de entrevistados nas unidades de produção em transição para a agroecologia, 50% já ouviu algo a respeito. Entretanto alegam que possuem conhecimento superficial em relação às características da linha, conforme evidenciado nas falas a seguir: *“Sei que existe porque já ouvi falar no Banco, mas também é só, sei meio por cima”* (HOMEM, 43 ANOS). *“Já ouvi falar, mas não sei como funciona”* (HOMEM, 37 ANOS). Assim, dentre os motivos pelos quais nunca acessaram o Pronaf Agroecologia está o desconhecimento da linha.

Todos os entrevistados desta categoria consideram que a fase em que se encontram na agroecologia, no caso em transição é aquela que mais demanda recursos financeiros externos. Apesar disso, mesmo os que já possuem algum conhecimento sobre a linha do Pronaf Agroecologia, não buscaram o recurso para essa finalidade, tal como expresso na frase a seguir: *“No início a produção cai muito e em muitos lugares você acaba pegando o mesmo preço do convencional. Sem falar nas pragas que atacam. O começo é o que mais precisa”* (HOMEM, 43 anos).

Ao serem indagados se tem sugestões para facilitar ao agricultor o acesso aos recursos do Pronaf, seja no subprograma Agroecologia ou nas demais linhas uma das manifestações foi: *“Não sei, mas acho que mais carência. Para a agroecologia, tem que ter carência e depois parcela mensal”* (HOMEM, 43 ANOS).

Também foi perguntado aos agricultores familiares desta categoria se gostariam de obter novos financiamentos do Pronaf. Metade dos entrevistados respondeu que não e a outra metade sim. As finalidades citadas foram para irrigação para a produção agroecológica, custeio agrícola para plantio de milho convencional, aquisição de matrizes leiteiras convencional.

Apesar do menor número de entrevistados na presente categoria (se comparado às demais), nota-se semelhança entre eles em relação às dificuldades no quesito técnico e no manejo das atividades da produção agroecológica. Os relatos sobre falta de conhecimento

de algumas práticas e sobre quais insumos devem ser utilizados quando alguma praga ataca ou quando a planta adoece, ilustra estas dificuldades. “*Tenho lembrado coisas do tempo do meu avô, porque não usava veneno que nem hoje. O veneno tem que ir reduzindo dia após dia*” (HOMEM, 43 anos). “*Às vezes a gente vê um matinho crescendo dá vontade de passar veneno, é mais fácil, mas isso não dá*” (HOMEM, 33 anos). Os elementos apontados pelos agricultores deste grupo como nas falas também são evidenciados por Gliessman (1998), segundo o qual no processo de transição para a agroecologia, a redução de insumos externos e das práticas convencionais é progressiva, assim como o conhecimento tradicional do agricultor vai ao longo do tempo sendo recuperado e apropriado.

A próxima seção reúne uma síntese comparando as três categorias de agricultores familiares pesquisadas em relação ao acesso aos subprogramas do Pronaf, incluindo a Agroecologia.

6.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS TRÊS GRUPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS

O presente capítulo reúne as principais informações sobre o acesso às linhas do Pronaf por parte dos agricultores pesquisados, identificando os limites e potencialidades do crédito rural para com a agroecologia.

Em relação aos dados de acesso ao crédito rural, foi possível observar que a maior parte (71%) dos agricultores entrevistados já acessou o Pronaf pelo menos uma vez. A categoria com o maior número de respondentes com acesso ao Pronaf foi a de agricultores familiares com certificação parcial na agroecologia⁷⁸. E o grupo com menor acesso, são os agricultores que detém 100% da área certificada na agroecologia, havendo número significativo de entrevistados que nunca acessou o Pronaf por dificuldades como as restrições legais para acesso a tal recurso, tendo em vista que estão em acampamentos.

Foi identificado número significativo de entrevistados que enfrentou problemas no pagamento das prestações, por fatores relacionados à garantia e frustrações de safra. Tais problemas levaram estes agricultores a não acessar novos financiamentos em

⁷⁸ A categoria de agricultores com área parcial na agroecologia teve 87% dos respondentes com acesso as diversas linhas do Pronaf, por pelo menos uma vez. A categoria de agricultores em transição, possui 83% do total de entrevistados que já acessou ao Pronaf, A categoria de agricultores com 100% da área certificada na agroecologia possui 40% dos entrevistados com acesso ao Pronaf.

instituições financeiras. Mas adquiriram os insumos diretamente em cooperativas de grãos⁷⁹, para pagamento na colheita da safra. Posteriormente, foram aumentando a produção da horta e certificando a produção agroecológica. Conforme mencionado anteriormente, a maior parte dos entrevistados tem vínculo com movimentos sociais, fato evidenciado por muitos como fator significativo na escolha da produção agroecológica.

No quesito classificação da dependência financeira nas unidades de produção, a maior parte, correspondendo a 68% dos entrevistados, respondeu ter dependência relativa de recurso financeiro externo, 26% classificou como dependência permanente de recurso financeiro externo e 6% com autonomia financeira.

Com relação ao crédito para a produção agroecológica, os entrevistados disseram que tem conhecimento superficial da linha Pronaf Agroecologia. No entanto, não acessam por desconhecimento, ou porque não visualizam nenhuma vantagem em relação às demais linhas, tendo em vista que, segundo eles, as exigências são maiores e os benefícios são os mesmos do crédito comum. Foi possível observar, pela fala dos entrevistados, que o crédito é utilizado para atividades que demandam maiores valores monetários. Conforme mencionado por um entrevistado, no sistema agroecológico a demanda por insumos é menor se comparado ao pacote para plantio de soja, milho, trigo e outros monocultivos. Esse elemento também foi apontado por Gliessman (1998), Altieri (2004) e Caporal (2009), portanto, visualizou-se na prática o que os autores mencionam.

Diante das constatações, é possível observar que o Pronaf tem contribuído pouco para com a agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Isso pode ser explicado devido a forma com que o Pronaf foi construído e implementado. No que tange ao ciclo desta política pública, surge na década de 90 por meio de um movimento para inclusão da agricultura familiar nas agendas para formação de políticas públicas. Em 1995, frente às demandas por uma política pública específica para a agricultura familiar, surge o Pronaf, objetivando fortalecer a agricultura familiar através do acesso ao crédito para modernização. Desde a implementação do Pronaf diversos problemas foram identificados. Através dos resultados deste estudo e outros apontados na teoria (Schneider (2006), Costa, Gonçalves (2012), Costa (2013), Gazolla, Schneider (2013)) é possível constatar que o Pronaf, favorece o aumento no grau de especialização das atividades agrícolas. Conseqüentemente, sucede na redução da diversificação da produção, pois reproduz o modelo urbano-industrial, através da inserção dos “insumos modernos”, que

⁷⁹ Compraram os insumos em Cooperativas de grãos para pagamento até a colheita, com juros de 1,2% a.m.

incentivam principalmente, a produção de grãos e commodities, ou seja, promove um movimento contrário a agroecologia. Além disso, a tendência que o Pronaf possui em custear atividades produtivas de mercado, em detrimento da diversificação.

Diante disso, avalia-se que a existência de uma linha de crédito específica para a Agroecologia, é apenas um elemento isolado, sobre a qual a maioria dos beneficiários sequer tem conhecimento aprofundado. Dentre as dificuldades, os maiores gargalos estão nas condições das estradas, que por sua vez prejudicam a logística, o transporte dos produtos. A comercialização também foi identificada como limitador, pois não adianta produzir se não existe um mercado para o qual escoar a produção, aliado a isso a dependência de comercialização por meio de programas como o PNAE e o PAA também é elemento de vulnerabilidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar em que medida o Pronaf vem estimulando a produção agroecológica na agricultura familiar do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Para alcançar esse objetivo buscou-se inicialmente caracterizar com dados secundários o Pronaf como programa e o subprograma Agroecologia a nível nacional, estadual e regional. Em relação ao subprograma buscou-se analisar o acesso a este tipo de crédito por parte de produtores certificados e em transição para a agroecologia. Em seguida, foram descritas e analisadas as potencialidades e limitações do Pronaf no estímulo à produção agroecológica no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, através do perfil e das experiências relacionadas ao acesso ao crédito do Pronaf por parte dos entrevistados.

No quesito dos repasses/acessos na linha Pronaf Agroecologia a nível nacional e estadual foram identificados montantes pouco expressivos se comparados às outras linhas do Pronaf, como o Mais Alimentos, por exemplo. Num comparativo com a soma de todas as linhas do Pronaf, o Pronaf Agroecologia representa 0,03%⁸⁰ dos recursos repassados. A predominância das finalidades mais acessadas pelo Pronaf no conjunto dos subprogramas, ainda é para monocultivo, em produção convencional, em detrimento da diversificação, principalmente nos estados do sul brasileiro. Uma curiosidade a ser destacada é que no Estado do Paraná, foi observado que dentre as principais finalidades de acesso ao Pronaf Agroecologia está a aquisição de tratores. No Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, nas safras a partir de 2012 até 2018, não houve acesso ao Pronaf Agroecologia⁸¹.

Ao observar os acessos às demais linhas do Pronaf, assim como no caso nacional e estadual, na região as principais culturas financiadas pela linha custeio agrícola foram as *commodities* soja, trigo e milho. Na linha custeio pecuário a predominância foi para manutenção de animais. Na linha de Pronaf investimento, também foi observada a compra de máquinas agrícolas, ou seja, tecnologias para o desenvolvimento de monocultivos.

Considerando que nem mesmo no subprograma Agroecologia tem havido acesso a recursos na região, constata-se que o Pronaf tem contribuído pouco para a produção agroecológica no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. A falta de prioridade em

⁸⁰ Média das safras 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018.

⁸¹ É possível observar no Anexo H, os municípios do estado do Paraná que tiveram acesso ao Pronaf Agroecologia. Conforme Dados safra 2013/2014 a 2017/2018, não constam acessos pelos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

relação à implementação de políticas públicas para a agroecologia, pode estar relacionada aos pressupostos do esquema do triângulo de ferro (SECCHI, 2013). Nos fóruns de construção das políticas públicas, os defensores da agricultura familiar ainda têm pouca representatividade, fato que também ocorre na agroecologia. Nesse sentido, as políticas públicas representam as ideias daqueles que as constituem, assim como os pressupostos de um governo interferem na forma como as políticas públicas são implementadas.

Em relação ao ciclo da política pública (SECCHI, 2013) referente ao Pronaf, no âmbito da agroecologia, pôde-se constatar que é uma política pouco eficaz. Esta ineficácia pode ser justificada por fragilidades desde a constituição desta política pública, processo que envolve a identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas e tomada de decisão. Conforme os dados obtidos nesta pesquisa, avalia-se que o Pronaf apresenta limitações para o desenvolvimento dos agricultores que realmente necessitam de crédito para a agroecologia, que são os que estão em maior vulnerabilidade (caso dos acampamentos) e que estão em transição para a agroecologia nas fases iniciais.

Não se defende a extinção da política pública, mas é evidente a necessidade de incorporar elementos que subsidiem o desenvolvimento rural sustentável porque apenas uma linha de crédito não é suficiente para impulsionar a agroecologia. Políticas de fortalecimento de mecanismos de reforma agrária, que vão desde o acesso à terra e aos recursos mínimos para mantê-la, condições financeiras de produção e fortalecimento na comercialização, são elementos imprescindíveis no processo de fortalecimento da política pública. Cabe a reflexão sobre quem realmente tem ganhado com o Pronaf?

Em relação à análise das potencialidades e limitações do Pronaf no estímulo à produção agroecológica no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu foram observados diversos elementos. Dentre as limitações, está a falta de acesso à linha Pronaf Agroecologia, fato que pode estar relacionado ao desconhecimento por parte dos agricultores, tendo em vista que a maior parte dos respondentes não soube relatar os pré-requisitos e características da linha. Além disso, destacam-se as frustrações com o Pronaf para atividades convencionais, problemas causados por atraso de parcela por frustração de safra, problemas com avalistas em atraso, baixo retorno a partir dos investimentos. Experiências frustradas fizeram com que os entrevistados avaliassem mal e perdessem o interesse em acessar novas linhas. Não foi identificada relação direta entre as frustrações decorrentes do acesso ao Pronaf com a decisão para a produção agroecológica. Além dos elementos já mencionados, a falta de enquadramento por falta de documentação, pode ser outro limitador para acesso à linha.

Outro problema identificado tem relação com a assistência técnica, tendo em vista que foram poucos agricultores que avaliaram como satisfatório o trabalho prestado pelos técnicos. Diante de tais constatações, ficam alguns questionamentos: será que os projetos técnicos têm contabilizado a realidade do agricultor? Sob quais condições estes projetos estão sendo avaliados como viáveis?

Ainda foi observado em alguns municípios pesquisados um desamparo político. No caso dos assentados, os agricultores conquistaram a terra, através de políticas públicas de reforma agrária, entretanto, carecem de infraestrutura de acesso às suas unidades de produção. Em alguns casos tão graves que impossibilitam a chegada na unidade de produção com veículo. Logo, não basta o acesso à terra como política pública de desenvolvimento rural, é preciso que o agricultor tenha condições mínimas de moradia, saúde, educação, financeira e deslocamento para permanecer e sobreviver nessa terra.

O grupo de pesquisados em transição tem os acessos mais recentes ao Pronaf. Foi observado dentre os respondentes que quanto maior a inserção na agroecologia, mais distante do acesso, mais desligados do crédito. Esta constatação pode estar relacionada a existência de menor dependência em relação aos insumos externos propiciada na produção agroecológica. Ou então, por frustrações vivenciadas, conforme casos mencionados pelos entrevistados. Aliada a isso, também existe a falta de interesse por parte das instituições financeiras em repassar recursos de baixo valor, como seria o caso de muitos dos financiamentos para a agroecologia.

Cabe ressaltar que os movimentos sociais e a ação do Estado exercem papel importante e podem delinear o perfil da agricultura familiar. Foi possível observar que em muitos dos respondentes a opção pela agroecologia foi motivada pela atuação dos e nos movimentos sociais.

O Pronaf certamente representa um grande avanço nas políticas públicas para a agricultura familiar, assim como a criação da linha Pronaf Agroecologia, para com agricultores agroecológicos. Entretanto, ainda se fazem necessários avanços, para uma maior proximidade da realidade dos agricultores familiares, pois a existência do Pronaf, ou da linha Pronaf Agroecologia, por si só não garante que os agricultores familiares tenham acesso ao crédito e consigam se desenvolver.

Ademais, os desafios também são observados no processo produtivo, e iniciam desde a construção de barreiras para isolar a unidade produtiva de agrotóxicos. Num desabafo um dos agricultores entrevistados menciona *“Veja bem se não é contraditório, é nós que temos que construir a barreira, logo nós que tamo contribuindo com a*

redução do veneno, com a preservação do rio, do solo, da saúde”. Tendo em vista os inúmeros desafios enfrentados no processo produtivo e na comercialização, nota-se que o Pronaf acaba sendo menosprezado e não atende às necessidades da maioria dos pesquisados. A política pública de financiamento da produção pode não ser suficiente para fazer com que a agroecologia alavanque. Pois de que adianta financiamentos para produzir se a dificuldade tem apontado para a comercialização?

É possível observar que o Pronaf, tem potencializado forças hegemônicas⁸² do mercado, podendo fragilizar no caso da agricultura familiar as estruturas sociais e produtivas. Desta forma, constata-se que não atende aos pressupostos do desenvolvimento rural sustentável, pois não é capaz de contemplar todas as dimensões (sociais, ambientais, econômicos, culturais, político-institucionais), que buscam a promoção do bem-estar da população rural.

⁸² Forças ligadas ao agronegócio, produção convencional de alimentos, monocultivo, que controlam o capital financeiro por meio de bancos, jornais, rádios, televisões, técnicos de campo, indústrias de insumos químicos, indústria de maquinários (DELGADO, 2012).

REFERÊNCIAS

ABAG, Associação Brasileira do Agronegócio. **Setor de orgânicos deve crescer 30% no País**. Disponível em: <http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-setor-de-organicos-deve-crescer-30-no-pais> Acesso em 20 de set. 2019.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: Reforma agrária**, 1998, 28.1: 2. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 641).

ALMEIDA, Jalcione (org.). **A modernização da agricultura**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADE OLIVEIRA, Dalila, **Das políticas de Governo uma política de Estado: Reflexões sobre uma agenda educacional Atual Brasileira**. Educação & Sociedade [online] 2011, 32 (Abril-Junho). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87319092005>> Acesso em 21 abril 2019.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Revista Contexto & Educação, v. 23, n. 80, p. 195-222, 2013.

ARRETCHE, Marta. **Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 nº. 51. Fevereiro/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>> Acesso em 14 abril 2019.

ASSIS, Renato Linhares de. ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<file:///C:/Users/Grasieli%20Rode/Downloads/22129-79762-1-PB.pdf>> Acesso em 25 jun. 2018.

AZEVEDO, Rosaly Stage; SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. **Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos?** Geografia (Londrina) v. 26. nº. 2. p. 58 – 77, jul/dez, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/27838/21258>> Acesso em 20 jun. 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/en/#!/c/MICRRURAL/>> Acesso em 10 fev. 2019.

BACEN. Circular 1.536. Disponível em: <[https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f44fb.htm?fullName=2%20-%20Sistema%20Nacional%20de%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20\(SNCR\)](https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f44fb.htm?fullName=2%20-%20Sistema%20Nacional%20de%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20(SNCR))> Acesso em 27 jun. 2018.

BACEN. Resolução Nº 4.483, de 3 de maio de 2016. Normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50189/Res_4483_v1_O.pdf> Acesso em 30 jun. 2018.

BALESTRIN, Juliano. **A relevância do PRONAF na agricultura familiar** : perspectiva e importância do programa desde sua criação. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25416>> Acesso em 30 jun. 2018.

BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3407/1/td_2028.pdf> Acesso em 19 jun. 2018.

BIANCHINI, V. *O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná*. 2010. 413 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2010. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/23805/valter.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 24 out. 2017.

BIANCHINI, V. **Vinte Anos do Pronaf, 1995-2015: Avanços e Desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf> Acesso em 30 jun. 2018.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Abrindo a caixa preta: O financiamento da Agricultura Familiar no Brasil*. 2003. 243 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286205>> Acesso em 19 set. 2018.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Financiamentos**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento>> Acesso em 30 jun. 2018.

BRASIL. BNDES. Circular nº 16, de 04 de julho de 2017. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Investimento**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/93d5ef06-d9c8-4609-ac76-9dfed2bcb3ac/17Cir16+PRONAF+Investimento+Ano+Agr%C3%ADcola+2017-2018.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m8xu831>> Acesso em 01 jun. 2019.

BRASIL. Decreto 3.508, de 14 de junho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm> Acesso em 12 set. 2017.

BRASIL. Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm> Acesso em 16 nov. 2019.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em 12 jan. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei PL 6299/2002. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1654426&filenome=PRL+1+PL629902+%3D%3E+PL+6299/2002> Acesso em: 10 jul. 2018. Texto Original.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei PL 4576/2016. Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, para dispor sobre a comercialização direta aos consumidores de produtos orgânicos. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1437916&filenome=PL+4576/2016> Acesso em: 10 jul. 2018. Texto Original.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, outubro-dezembro/2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n4/v30n4a07.pdf>> Acesso em 20 jun. 2018.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. Bib São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1º semestre 2006. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf>>. Acesso em: 22 abril 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Gervásio Paulus- Brasília: 2009 111 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um plano Nacional de transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés Villamil (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2 ed. 328p. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf>
Acesso em 1 dez. 2017.

CARAZZA, Bruno. Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro. Editora Companhia das Letras, 2018.

CARLI, Caetano de. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5245>> Acesso em 14 jul. 2019.

CASADO, G. G. I.; MOLINA, M. G. de; GUZMAN, E. S. (coord.). **Agroecologia y desarrollo rural sostenible**. In: Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Ediciones Mundi Prensa. 2000.

CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O365.pdf>> Acesso em 28 abril 2019.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Development and International Economic Co-operation: Environment** – (Relatório de Brundland). Disponível em: < <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>> Acesso em 30 de nov. 2017.

COELHO, L. B. *Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma análise dos impactos do PRONAF no Desenvolvimento Rural no Território do Cantuquiriguaçu*. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38041>> Acesso em 15 out. 2017.

CONDETEC, Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Território Cantuquiriguaçu PR: Diagnóstico Socioeconômico. CONDETEC, 2004.

COSTA, Ana Alexandra Vilela Marta Rio. **Agricultura sustentável I: Conceitos**. **Rev. de Ciências Agrárias** - Vol. 33, n. 2 - Lisboa, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-018X2010000200007>. Acesso em: 11 jun. 2018.

COSTA, Leonardo Tavares Lameiro. **A política de garantia de preços mínimos – PGPM**. Julho/2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema2/2015-7842-politica-de-garantia-de-precos-minimos-leonardo-costa>> Acesso em 20 jun. 2018.

COSTA, V. G. *Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma avaliação do PRONAF em dois assentamentos rurais da Mata Sul Paraibana*. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=378946> Acesso em 02 nov. 2017.

COSTA, V. G.; GONÇALVES, A. F. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**: uma análise crítica. Revista Artigos Inéditos. Publicada em Jan/Jun de 2012. Disponível em: <http://www.mapp.ufc.br/images/revista_aval/edi%C3%A7%C3%B5es/2_ed/Pg-93-108.pdf> Acesso em 17 dez. 2017.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. E. Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. v.1, n.4, p.50-60; out.dez/2000. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2019.

CUNHA, Wellington Alvim. *Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local*. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3497139> Acesso em 22 fev. 2019.

DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Regina Rumi (Org.). **Agricultura e Sustentabilidade**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agonegocio*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano (Coord.). **Brasil Rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf> Acesso em 2 jan. 2018.

FAO, A fome volta a crescer no mundo, afirma novo relatório da ONU. Publicado em: 15/09/2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1037611/>> Acesso em 03 jun. 2018.

FAVARETTO, Arilson da Silva Favareto. *Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão - Do Agrário ao Territorial*. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>> Acesso em 20 de novembro de 2017.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O Pronaf na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=>> Acesso em 20 de jun. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriales entre el campesinado y la agroindustria en Brasil. Cuadernos del CENDES, v. 29, n. 81, p. 1-22, 2012. Disponível em: <<http://ve.scielo.org/pdf/cdc/v29n81/art02.pdf>> Acesso em 18 ago. 2019.

FETASE. **Grito da Terra Brasil.** Disponível em: <<http://fetase.org.br/mobilizacoes/grito-da-terra-brasil/>> Acesso em 27 jun. 2018.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER Sergio. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul.** 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003> Acesso em: 10 set. 2017

GLIESSMAN, Stephen R. [et. al]. **Agroecologia:** promoviendo una transición hasta La sostenibilidad. Ecosistemas: revista científica y técnica de ecología y médio ambiente v.16, n. 1. p. 13-23, jan. 2007.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems.** 2ª Ed. CRC press, 1998.

_____. **Agroecologia:** Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. 5ª edição.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <cloud.google.com/google_maps/general_info> Acesso em 10 jan. 2018.

GÖRGEN, Sérgio Antônio, Frei. **Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto do poder do agronegócio.** Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017. 616 p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna,** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRISA, Catia. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** um ensaio a partir da abordagem cognitiva. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285887253_As_Políticas_Publicas_para_a_Agricultura_Familiar_no_Brasil_um_Ensaio_a_Partir_da_Abordagem_Cognitiva> Acesso em jun. de 2019.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural.* Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

GUZMÁN, E. S. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. In: **Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible.** Barcelona: Cajamar, 2013. p. 85-109.

GUZMÁN CASADO, Gloria I.; GONZÁLES DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid, ES: Mundi-Prensa, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em 28 fev. 2018.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf> Acesso em: 28 fev. 2019.

_____. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 10 set. 2017

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3631&z=p&o=2&i=P>> Acesso em: 10 set. 2017

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Superintendência Regional Paraná – Assentamentos Informações Gerais**. Data de atualização: 31/12/2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em 09 jul. 2019.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Titulação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao>> Acesso em 22 jun. 2019.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Copirraite, 1976.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Volume I. Campinas: UNICAMP, 1993.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. **Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil**. *Sociedade e Território*, v. 28, n. 2, p. 57-81, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/11583>> Acesso em 23 abril 2019.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204229-74145-It_Pronaf_10_anos_mapa_d-1182991.pdf> Acesso em 28 de maio de 2019.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São

Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producao textual/lovois-de-andrade-miguel-1/mazoyer-m-roudart-l-historia-das-agriculturas-no-mundo-do-neolitico-a-crise-contemporanea-brasilia-nead-mda-sao-paulo-editora-unesp-2010-568-p-il>> Acesso em 20 mai. 2019.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Marcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 10, p. 213-243, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643152/10701>> Acesso em 22 jun. 2018.

MCR. Manual do Crédito Rural. Atualização MCR nº 649, de 13 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>> Acesso em 10 jun. 2019.

MDA, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf>> Acesso em 9 fev. 2018.

MICHAELIS. Dicionário online. **Português**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em 11 jun. 2018.

MOLINA, Manuel González de. Las experiencias agroecológicas y su incidencia em el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés Villamil. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3 Ed. – Florianópolis: UFSC, 2008.

MPF, Ministério Público Federal. **Projeto de lei que altera conceito de trabalho escravo é um retrocesso social, afirma MPF em nota técnica**. 25 de janeiro de 2017. Secretaria de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/projeto-de-lei-que-altera-conceito-de-trabalho-escravo-e-um-retrocesso-social-afirma-mpf-em-nota-tecnica>> Acesso em 08 set. 2019.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2012. 562p.

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. **Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. *Rev. Adm. Pública* [on-line], v. 45, n. 6, p. 1.943-1.967, 2011. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000600015>>. Acesso em: 14 abril 2019.

PASSOS, A. T. B. *O impacto do PRONAF Sustentável sobre a sustentabilidade agrícola da agricultura familiar: o caso da microrregião do Vale do Médio Curu no Estado do Ceará*. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14250>> Acesso em 15 out. 2017.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação.** Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, outubro de 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>> Acesso em 23 fev. 2019.

PLANO SAFRA 2016/2017. **Plano safra da agricultura familiar 2016-2017.** MDA, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf> Acesso em 01 jun. 2019.

PLOEG, J. D. V. D. **O modo de produção camponês revisitado.** A diversidade da agricultura familiar, p. 13-54, 2006.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>> Acesso em: 28 abr. 2018.

PORTO NETO, A. A política agrícola e a globalização. Revista de política agrícola, ano V, n. 4, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola-n04-1996.pdf/view>> Acesso em 24 out. 2017.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>> Acesso em 30 mai, 2018.

REDE ECOVIDA. **Certificação.** 2019. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/certificacao/>> Acesso em ago. 2019.

RIBEIRO, R. C. *Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar: Diagnóstico Participativo de Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais da Região Oeste do Paraná.* 2015. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1507/1/Rita_Ribeiro_2015> Acesso em 9 dez. 2017.

RIBEIRO, Wagner Costa. A Ordem Ambiental Internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

SABOURIN, Eric. **Será que existem camponeses no Brasil?** Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/552678/1/document_552678.pdf> Acesso em 26 fev. 2019.

SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAF/MAPA, Secretaria de agricultura familiar e cooperativismo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Conheça o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>> Acesso em 01 jun. 2019.

SAMBUICHI, R. H. R., **Dados Pronaf**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <regina.sambuichi@ipea.gov.br> em 7 dez. 2017.

SAMBUICHI, R. H. R., OLIVEIRA, M. A. G. **Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar**. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11186/0>> Acesso em 01 jun. 2019.

SANTOS, Cristina Sturmer dos. *Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia Luta Camponesa*. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, PR), 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4216717> Acesso em: 29 jul. 2019.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés Villamil. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>> Acesso em 20 jun. 2018.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHUHMANN, Maitê Luize. O contexto e os efeitos do Pronaf Mais Alimentos para os agricultores familiares do Município de Teutônia – RS. 157 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural, Área de Dinâmicas Econômicas e Organizacionais na Agricultura) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/dissertacoes/Dissertacao_Maite_Luize_Schuhmann.pdf> Acesso em 30 jun. 2018.

SECCHI, Leonardo. **COQ3: um framework de análise de políticas públicas**. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. Setembro de 2008. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt32-5/2614-leonardosecchi-coq/file>> Acesso em 22 abril 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. In: AQUINO, AM de; ASSIS, RL de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap4ID-1B89GA0bdo.pdf>> Acesso em 24 fev. 2019.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, CG de. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, p. 93-99, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf> Acesso em 08 set. 2019.

SIT, Sistema de Informações Territoriais. **Caracterização do Território Cantuquiriguaçu**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4117057>> Acesso em 8 jul. 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Revista Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em 22 jan. 2018.

SOUZA, Yalle Hugo de.; SECCHI, Leonardo. **Extinção de políticas públicas síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle**. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 20, n. 66, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/39619/52574>> Acesso em 14 abril 2019.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SUERTEGARAY, Dirce Maria; OLIVEIRA, Mateus Gleiser. **Arenização, areais e políticas de ordenamento territorial**. Cadernos de Geografia, n. 38, p. 69-76, 2019.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA, CANTUQUIRIGUAÇU. Disponível em: <www.cantuquiriguaçu.com.br>, Acesso em 12 set. 2017.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. **Agricultura familiar: Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais: Ensinaamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, set./dez. 1996.

WANDERLEY, M de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21 de outubro, 2003, p.

42-61. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> Acesso em 6 out. 2018.

WANDERLEY, M de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: Anais do ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, Caxambu, 1996. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>> Acesso em 31 mai. 2018.

WEID, Jean Marc von der. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. *Agriculturas* - v. 3 – no 1 - abril de 2006. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-5-A-transi%C3%A7%C3%A3o-agroecol%C3%B3gica-das-pol%C3%ADticas-de-cr%C3%A9dito-voltadas-para-a-agricultura-familiar.pdf>> Acesso em 07. out 2017.

WLADIMIR, Ferreira. Mapas e Gráficos. 2012. Disponível em: <<http://profwladimir.blogspot.com/2012/02/grafico-violencia-no-campo-no-brasil.html>> Acesso em 20 mai. 2018.

ZAIA, Cristiano. **Cresce inadimplência no crédito rural**. Revista Valor Econômico. 12/09/2016, Brasília. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/agro/4706141/cresce-inadimplencia-no-credito-rural>> Acesso em 01 jun. 2019.

ZUGASTI, C. G. Agroecologia e desarrollo rural em Mexico: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberania alimentaria. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/_____

Nome (opcional):

Local do estabelecimento:

Município:

Bloco 1 – Perfil socioeconômico
01 – Conte-me sua história de vida (e da família)
02 – Qual é a área total da unidade?
03 – Há quanto tempo a família está na unidade?
04 – Quantas famílias estão alocadas na unidade?
05 – Quantas pessoas da família trabalham na unidade?
06 – Qual a idade dos integrantes da família?
07 – Qual o nível de escolaridade dos integrantes da família?
08 – Qual a rotina de trabalho diária?
09 – Qual a participação das mulheres na unidade?
10 - Alguém já saiu da propriedade para morar em outro lugar? que lugar? por quê?
11 – A família participa de alguma associação, cooperativa ou rede? Qual?
12 – Qual a condição de posse da unidade?
13 – Qual é a estrutura física da unidade em termos de máquinas, equipamentos e benfeitorias?
14 - Tem acesso a benefícios como por exemplo bolsa família, aposentadoria, outros?

Bloco 2 – Perfil da produção
1 – Como a área está distribuída entre culturas permanentes e temporárias?
2 – Quais culturas são produzidas na unidade? (diversidade de culturas, animais e presença de mata nativa)
3 – Das culturas acima, qual a renda obtida na unidade com cada atividade?
4 – Nas culturas desenvolvidas são utilizados equipamentos/ máquinas, quais são?
5 - Do que é produzido na propriedade qual a porcentagem corresponde a produção agroecológica/ orgânica?
6 - Quais as culturas desenvolvidas na propriedade em sistema agroecológico/ orgânico?
7 – Há quanto tempo está na atividade agroecológica?
8 – Qual o primeiro contato com a agroecologia?
9 - Quais os motivos que o levaram a produção agroecológica/orgânica? Dentre estes houve algum fator decisivo, qual?
10 - Quais as maiores dificuldades no processo de transição?
11 - A produção da unidade é utilizada para autoconsumo ou comercializada? se for comercializada, qual canal é utilizado?
12 - Na comercialização, quais são as principais dificuldades enfrentadas, principalmente nas culturas agroecológicas?

Bloco 3 – Diagnóstico de acesso ao crédito rural
1 – Já acessou recursos do Pronaf?
2 - Quantas operações desde 1996?
3 – Quando foi o último acesso?
4 - Para que finalidades você destinou o financiamento?
5 - Em quais fontes de financiamento foi acessado o recurso? (Bancos, Cooperativa de Crédito....)
6 – Teve alguma assistência técnica para a utilização dos recursos do Pronaf?
7 – Já enfrentou alguma dificuldade em relação ao pagamento das prestações?
8 – Quais dificuldades interferem no pagamento das prestações do financiamento?
9 - Em relação a situação financeira da Unidade de Produção Agrícola como você classificaria? <input type="checkbox"/> dependência permanente de recurso financeiro externo; <input type="checkbox"/> dependência relativa de recurso financeiro externo; <input type="checkbox"/> autonomia financeira;
10 – O Pronaf proporcionou benefícios para você e sua família? Quais?
11 - O Pronaf proporcionou dificuldades para você e sua família? quais?
12 - Existem situações que dificultam seu acesso aos recursos do Pronaf? quais são?
13 - O Pronaf já contribuiu para a produção agroecológica na sua propriedade? de que modo?
14 – O que você sabe a respeito da linha de Pronaf agroecologia?
15 - Qual das fases de transição agroecológica ou processos produtivos demandam recursos financeiros externos para aquisições externas?
16 - Por qual motivo você nunca acessou?
17 - Você tem alguma sugestão de melhoria para o Pronaf em geral ? e na linha Pronaf /agroecologia?
18 - Você gostaria de obter novos financiamentos do Pronaf? para que finalidades?

ANEXO A : Número de assentamentos nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu – Dados de 2017

Nº	Município	Nº de Assentamentos	Nº de famílias Assentadas	Ano de implementação
1	Campo Bonito	03	137	1993 e 2005
2	Candói	06	246	1984, 1986, 1999 e 2010
3	Cantagalo	04	195	1987, 1995 e 1997
4	Catanduvas	01	44	2005
5	Diamante do Sul	-	-	-
6	Espigão Alto do Iguaçu	01	23	1994
7	Foz do Jordão	-	-	-
8	Goioxim	10	237	1987, 1988, 1992 e 1995
9	Guaraniaçu	-	-	-
10	Ibema	-	-	-
11	Laranjeiras do Sul	03	113	1987 e 2000
12	Marquinho	02	42	1989 e 1992
13	Nova Laranjeiras	03	217	1986, 1995 e 1997
14	Pinhão	04	201	1989, 1992 e 1999
15	Porto Barreiro	-	-	-
16	Quedas do Iguaçu	03	1.070	1988, 1995 e 2004
17	Reserva do Iguaçu	03	174	1999, 2000 e 2006
18	Rio Bonito do Iguaçu	03	1.575	1997, 1998 e 2005
19	Três Barras do Paraná	03	74	2001 e 2005
20	Virmond	-	-	-
	Total	49	4.348	

Fonte: INCRA PR, 2017.

ANEXO B: Fotos da residência dos entrevistados em acampamento, 2019.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

ANEXO C: Foto de horta mandala de um dos entrevistados, diversidade de culturas produzidas, 2019.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Foto de horta de um entrevistado, diversidade de culturas produzidas, 2019.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

ANEXO D: Fotos apresentando problemas de produtividade na beterraba por incidência de pragas, 2019.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

ANEXO E: Precariedade na infraestrutura para acesso a uma das unidades de produção entrevistadas – ponte danificada



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

ANEXO F: Quantidade e Valor dos Contratos por Programa, Subprograma e Produto – Linhas do Pronaf – Dados safra 2013/2014 a 2017/2018

Programa	Subprograma	Produto	Finalidade								Total	
			Qtd. Custeio	Vir. Custeio	Qtd. Invest.	Vir. Invest.	Qtd. Comerc.	Vir. Comerc.	Qtd. Indust.	Vir. Indust.	Quantidade	Valor
PRONAF - PROGRAMA NA...	SEM SUBPROGRAMA	Total	1.254.151	20.229.875.329,86	2.405.859	25.398.946.281,85	0	0,00	0	0,00	3.660.010	45.628.821.611,71
	CUSTEIO	Total	1.536.545	34.047.901.526,16	98	2.157.205,54	0	0,00	0	0,00	1.536.643	34.050.058.731,70
	MAIS ALIMENTOS	Total	175	4.016.417,50	721.677	23.284.075.195,20	0	0,00	0	0,00	721.852	23.288.091.612,70
	MICROCRÉDITO	Total	21.049	93.645.697,78	1.656.437	4.248.280.014,48	0	0,00	0	0,00	1.677.486	4.341.925.712,26
	AGROINDÚSTRIA	Total	290	593.300.165,98	21	797.840,67	2	9.000.000,00	471	978.121.345,35	784	1.581.219.352,00
	AGROINDÚSTRIA (INVESTIMENTO)	Total	0	0,00	1.429	708.946.731,39	0	0,00	0	0,00	1.429	708.946.731,39
	REFORMA AGRÁRIA	Total	4.834	30.961.562,52	77.076	517.332.119,48	0	0,00	0	0,00	81.910	548.293.682,00
	SEMIÁRIDO	Total	0	0,00	97.873	469.334.300,89	0	0,00	0	0,00	97.873	469.334.300,89
	COTAS PARTES	Total	0	0,00	36	254.060.000,00	0	0,00	0	0,00	36	254.060.000,00
	MULHER	Total	0	0,00	10.299	126.410.495,48	0	0,00	0	0,00	10.299	126.410.495,48
	FLORESTA	Total	0	0,00	7.080	118.351.339,06	0	0,00	0	0,00	7.080	118.351.339,06
	ECO (ENERGIA RENOVÁVEL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL)	Total	0	0,00	2.779	87.670.945,04	0	0,00	0	0,00	2.779	87.670.945,04
	REFORMA AGRÁRIA (MICROCRÉDITO)	Total	0	0,00	5.880	59.091.077,04	0	0,00	0	0,00	5.880	59.091.077,04
	PRONAMP	Total	222	8.508.560,56	258	20.768.999,35	0	0,00	0	0,00	480	29.277.559,91
	PRODUTIVO ORIENTADO	Total	0	0,00	7.130	23.467.235,40	0	0,00	0	0,00	7.130	23.467.235,40
	AGROECOLOGIA	Total	0	0,00	1.139	21.759.663,71	0	0,00	0	0,00	1.139	21.759.663,71
	JOVEM	Total	0	0,00	1.186	11.429.232,55	0	0,00	0	0,00	1.186	11.429.232,55
Total	Total	Total	2.817.266	55.008.209.260,36	4.996.257	55.352.878.677,13	2	9.000.000,00	471	978.121.345,35	7.813.996	111.348.209.282,84

Fonte: BACEN, 2019.

ANEXO G: Filtro para pesquisa de Custeio – Pronaf Agroecologia– Dados safra 2015/2016 a 2017/2018

Mês Início	Junho	Ano Início	2013
Mês Fim	Julho	Ano Fim	2018
Atividade	AGRÍCOLA	Modalidade	All selected
Fonte de Recursos	-- Todas --	Programa	PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO
Subprograma	AGROECOLOGIA		

1 de | | |

3.6. Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio por Região, UF e Produto



Período: Junho/2013 - Julho/2018

Extraído em 11/09/2019 19:49

Valores em Reais (R\$)

Região	UF	Produto	Quantidade	Valor
BRASIL				

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

ANEXO H: Quantidade e Valor dos Contratos por Município – Pronaf Agroecologia – Paraná - Dados safra 2015/2016 a 2017/2018

Município	UF	Cód. CADMU	Atividade	Finalidade								Total	
				Qtd. Custeio	Vir. Custeio	Qtd. Invest.	Vir. Invest.	Qtd. Comerc.	Vir. Comerc.	Qtd. Indust.	Vir. Indust.	Quantidade	Valor
TIJUCAS DO SUL	PR	16441	Agrícola	0	0,00	12	524.941,89	0	0,00	0	0,00	12	524.941,89
			Total	0	0,00	12	524.941,89	0	0,00	0	0,00	12	524.941,89
MANDAGUARI	PR	19633	Agrícola	0	0,00	3	248.530,50	0	0,00	0	0,00	3	248.530,50
			Total	0	0,00	3	248.530,50	0	0,00	0	0,00	3	248.530,50
ARAUCÁRIA	PR	35635	Agrícola	0	0,00	1	117.900,00	0	0,00	0	0,00	1	117.900,00
			Total	0	0,00	1	117.900,00	0	0,00	0	0,00	1	117.900,00
CASCAVEL	PR	18975	Agrícola	0	0,00	1	114.418,00	0	0,00	0	0,00	1	114.418,00
			Total	0	0,00	1	114.418,00	0	0,00	0	0,00	1	114.418,00
URAI	PR	4219	Agrícola	0	0,00	2	66.630,30	0	0,00	0	0,00	2	66.630,30
			Total	0	0,00	2	66.630,30	0	0,00	0	0,00	2	66.630,30
PALMEIRA	PR	24464	Agrícola	0	0,00	2	60.972,02	0	0,00	0	0,00	2	60.972,02
			Total	0	0,00	2	60.972,02	0	0,00	0	0,00	2	60.972,02
GUÁIRA	PR	31732	Agrícola	0	0,00	1	53.188,65	0	0,00	0	0,00	1	53.188,65
			Total	0	0,00	1	53.188,65	0	0,00	0	0,00	1	53.188,65
CRUZ MACHADO	PR	40084	Pecuária	0	0,00	1	35.000,00	0	0,00	0	0,00	1	35.000,00
			Total	0	0,00	1	35.000,00	0	0,00	0	0,00	1	35.000,00
JATAIZINHO	PR	26642	Agrícola	0	0,00	2	24.541,39	0	0,00	0	0,00	2	24.541,39
			Total	0	0,00	2	24.541,39	0	0,00	0	0,00	2	24.541,39
UNIÃO DA VITÓRIA	PR	16960	Agrícola	0	0,00	1	8.080,00	0	0,00	0	0,00	1	8.080,00
			Total	0	0,00	1	8.080,00	0	0,00	0	0,00	1	8.080,00
Total			Total	0	0,00	26	1.254.202,75	0	0,00	0	0,00	26	1.254.202,75

Fonte: BACEN, 2019.

ANEXO I: Quantidade, Valor e Finalidade dos Contratos por Município – Pronaf Agroecologia – Paraná - Dados safra 2013/2014 a 2017/2018

UF: PARANÁ

Período: Julho/2015 - Junho/2018

Extraído em 11/09/2019 20:04

Valores em Reais (R\$)

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
TIJUCAS DO SUL	18441	TRATOR*	4	254.319,35
		OCULTO(*)	1	128.874,90
		OCULTO(*)	3	65.457,37
		OCULTO(*)	2	37.776,50
		OCULTO(*)	1	24.184,27
		OCULTO(*)	1	16.549,50
	Total			12
Total			12	524.941,89

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
MANDAGUARI	19833	OCULTO(*)	1	121.705,00
		OCULTO(*)	1	101.300,00
		OCULTO(*)	1	25.525,50
	Total			3
Total			3	248.530,50

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
ARAUCÁRIA	35835	OCULTO(*)	1	117.900,00
	Total		1	117.900,00
Total			1	117.900,00

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
CASCADEL	18975	OCULTO(*)	1	114.418,00
	Total		1	114.418,00
Total			1	114.418,00

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
URAI	4219	OCULTO(*)	1	56.070,30
		OCULTO(*)	1	10.560,00
	Total		2	66.630,30
Total			2	66.630,30

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
PALMEIRA	24464	OCULTO(*)	1	50.212,40
		OCULTO(*)	1	10.750,82
	Total		2	60.972,02
Total			2	60.972,02

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
GUAÍRA	31732	OCULTO(*)	1	53.188,65
	Total		1	53.188,65
Total			1	53.188,65

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
CRUZ MACHADO	40084	OCULTO(*)	1	35.000,00
	Total		1	35.000,00
Total			1	35.000,00

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
JATAIZINHO	28842	OCULTO(*)	1	15.410,97
		OCULTO(*)	1	9.130,42
	Total		2	24.541,39
Total			2	24.541,39

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Município	Cód. CADMU	Produto	Quantidade	Valor
UNIÃO DA VITÓRIA	18960	OCULTO(*)	1	8.080,00
	Total		1	8.080,00
Total			1	8.080,00

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop)
Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)

Página 1 de 1

(*) Para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.